

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

JAINÉ GOMES DE AMORIN

**EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA DO TERRITÓRIO DA CIDADANIA
CANTUQUIRIGUAÇU/PR:
UM ESTUDO DO PERÍODO DE 1996 A 2017**

LARANJEIRAS DO SUL/PR

2022

JAINÉ GOMES DE AMORIN

**EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA DO TERRITÓRIO DA CIDADANIA
CANTUQUIRIGUAÇU/PR:
UM ESTUDO DO PERÍODO DE 1996 A 2017**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) como requisito parcial para obtenção do grau de Economista.

Orientadora: Prof^a. Dr.^a Janete Stoffel

LARANJEIRAS DO SUL/PR

2022

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Amorin, Jaine Gomes de
Evolução da estrutura fundiária do Território da
Cidadania Cantuquiriguaçu/PR: Um estudo do período de
1996 a 2017 / Jaine Gomes de Amorin. -- 2022.
104 f.

Orientadora: Dr^a Janete Stoffel

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
Bacharelado em Ciências Econômicas, Laranjeiras do Sul,
PR, 2022.

1. Questão agrária. 2. Concentração Fundiária. 3.
Luta pela Terra. I. Stoffel, Janete, orient. II.
Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

JAINÉ GOMES DE AMORIN

**EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA DO TERRITÓRIO DA CIDADANIA
CANTUQUIRIGUAÇU/PR:
UM ESTUDO DO PERÍODO DE 1996 A 2017**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) como requisito parcial para obtenção do grau de Economista.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 01/04/2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Janete Stoffel – UFFS
Orientadora



Prof.^o Dr.^o Eleazar do Nascimento Cezimbra – UFFS
Avaliador


Prof. Dr. Fábio Luiz Zeneratti - UFFS
Avaliador

Dedico este trabalho a minha Mãe e ao meu Pai, por todo apoio e suporte para que eu pudesse concluir o ensino superior. Ao MST e todas as famílias camponesas, pela luta realizada e conhecimento partilhado no percurso da militância.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha mãe Delci e meu pai Sadi, por não pouparem esforços e darem todo o apoio e incentivo para que eu pudesse estudar. Também agradeço a todo restante da minha família, minhas irmãs Desieli e Fatima, meu irmão Sadiel, as sobrinhas e sobrinho, cunhada e cunhado, por todo carinho e incentivo para que eu concluísse mais esta etapa da vida.

Ao Movimento Sem Terra por proporcionar a tantas famílias camponesas o direito de ter um pedaço de terra para viver e sonhar com um mundo mais justo e solidário. De possibilitar que jovens, como eu, possam estudar e contribuir para a construção de uma nova sociedade.

A todas as companheiras e companheiros de luta e de vida que partilham sua amizade e carinho, sendo essencial para que mantenhamos o ânimo pela vida.

Agradeço a Prof^a Dr^a Janete Stoffel, pela paciência, zelo, cuidado e por todo o conhecimento partilhado durante o período de orientação e para além dele. Estendendo o agradecimento a UFFS, a todas as professoras e professores e aos colegas que contribuíram para minha formação acadêmica.

“A Liberdade da Terra não é assunto de lavradores.
A Liberdade da Terra é assunto de todos quantos
se alimentam dos frutos da Terra.
Do que vive, sobrevive, de salário.
Do que não tem casa. Do que só tem o viaduto.
Dos que disputam com os ratos os restos das
grandes cidades.
Do que é impedido de ir à escola.
Das meninas e meninos de rua.
Das prostitutas. Dos ameaçados pelo Cólera.
Dos que amargam o desemprego.
Dos que recusam a morte do sonho.
A Liberdade da Terra e a paz no campo têm nome:
Reforma Agrária!”

(PEDRO TIERRA)

RESUMO

A questão agrária é um tema muito debatido pelos Movimentos Sociais, impulsionado pela problemática da concentração fundiária que impede o desenvolvimento de uma nação. Com o objetivo de compreender mais sobre esta problemática a pesquisa apresenta aspectos que permeiam o debate da concentração fundiária como a reforma agrária e a luta pela terra e os sujeitos que lutam pelo acesso à terra, os agricultores familiares camponeses. Juntamente com estes conceitos é apresentada uma série de fatos históricos que contribuíram diretamente e indiretamente para a formação da estrutura fundiária do Brasil e do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, recorte espacial estudado. Através de uma pesquisa qualitativa esta pesquisa se propõe a apresentar a evolução da estrutura fundiária destes municípios entre os anos de 1996 e 2017 através de dados do Instituto Brasileiro de Pesquisa e Geografia (IBGE) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Dos resultados alcançados é possível identificar que o MST é responsável diretamente pela desconcentração de terra ocorrida em 3 dos 20 municípios. No entanto, a concentração fundiária ainda se faz presente no território, sendo este um resultado das decisões do Estado por manter o modelo colonial e atrasado de grandes propriedades fundiárias. Portanto, o Território estudado replica os dados do Brasil, que embora tenha aumentado o número de estabelecimentos entre os anos estudados não mudou a estrutura fundiária do país. Algo que só será possível com um verdadeiro plano de reforma agrária popular.

Palavras-chave: Questão agrária, Concentração Fundiária, Luta pela Terra

RESUMEN

La cuestión agraria es un tema muy debatido por los Movimientos Sociales, impulsados por el problema de la concentración de la tierra que impide el desarrollo de una nación. Para entender mejor este problema, la investigación presenta aspectos que impregnan el debate sobre la concentración de la tierra, como la reforma agraria y la lucha por la tierra, y los sujetos que luchan por el acceso a la tierra, los agricultores familiares campesinos. Junto a estos conceptos, se presentan una serie de hechos históricos que contribuyeron directa e indirectamente a la formación de la estructura de la propiedad de la tierra en Brasil y en el Territorio de Ciudadanía de Cantuquiriguaçu, la selección espacial estudiada. A través de una investigación cualitativa esta investigación se propone presentar la evolución de la estructura de la propiedad de la tierra de estos municipios entre los años 1996 y 2017 a través de datos del Instituto Brasileño de Investigación y Geografía (IBGE) y del Instituto Nacional de Colonización y Reforma Agraria (INCRA). A partir de los resultados obtenidos, es posible identificar que el MST es responsable directo de la desconcentración de tierras que se produjo en 3 de los 20 municipios. Sin embargo, la concentración de la tierra sigue presente en el territorio, como resultado de las decisiones del Estado de mantener el modelo colonial y atrasado de la gran propiedad. Por lo tanto, el Territorio estudiado replica los datos de Brasil, que, aunque ha aumentado el número de establecimientos entre los años estudiados, no ha cambiado la estructura de la propiedad de la tierra del país. Algo que sólo será posible con un verdadero plan de reforma agraria popular.

Palabras clave: Cuestión agraria, Concentración parcelaria, Lucha por la tierra

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 - Mapa De Localização Do Território Da Cidadania Cantuquiriguaçu _____ 45

Figura 1 - Obra 'A Luta Pela Terra: A Marcha De Uma Coluna Humana' de Sebastião Salgado – ocupação MST 1997 _____ 50

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|---|----|
| Gráfico 1 - Número de ocupações no Brasil por ano (1990 a 2016) | 35 |
| GRÁFICO 2- Número de Estabelecimento e área total do município de Campo Bonito/PR, em 1996, 2006, 2017 | 54 |
| GRÁFICO 3- Número de Estabelecimento e área total do município de Candói/PR, em 1996, 2006, 2017 | 56 |
| GRÁFICO 4- Número de Estabelecimento e área total do município de Foz do Jordão/PR, em 1996, 2006, 2017 | 58 |
| GRÁFICO 5- Número de Estabelecimento e área total do município de Cantagalo/PR, em 1996, 2006, 2017 | 60 |
| GRÁFICO 6- Número de Estabelecimento e área total do município de Goioxim/PR, em 1996, 2006, 2017 | 62 |
| GRÁFICO 7- Número de Estabelecimento e área total do município de MarquinhoPR, em 1996, 2006, 2017 | 64 |
| GRÁFICO 8- Número de Estabelecimento e área total do município de CatanduvasPR, em 1996, 2006, 2017 | 66 |
| GRÁFICO 9- Número de Estabelecimento e área total do município de Diamante do Sul/PR, em 1996, 2006, 2017 | 68 |
| GRÁFICO 10- Número de Estabelecimento e área total do município de Guaraniaçu/PR, em 1996, 2006, 2017 | 69 |
| GRÁFICO 11- Número de Estabelecimento e área total do município de Ibema/PR, em 1996, 2006, 2017 | 72 |
| GRÁFICO 12- Número de Estabelecimento e área total do município de Laranjeiras do Sul/PR, em 1996, 2006, 2017 | 74 |
| GRÁFICO 13- Número de Estabelecimento e área total do município de Porto Barreiro/PR, em anos de 2006, 2017 | 76 |
| GRÁFICO 14- Número de Estabelecimento e área total do município de Nova Laranjeiras/PR, em 2006, 2017 | 78 |
| GRÁFICO 15- Número de Estabelecimento e área total do município de Pinhão/PR, em 1996, 2006, 2017 | 80 |
| GRÁFICO 16- Número de Estabelecimento e área total do município de Reserva do Iguaçu/PR, em 2006, 2017 | 82 |

GRÁFICO 17- Número de Estabelecimento e área total do município de Quedas do Iguaçu/PR, em 2006, 2017 _____ 84

GRÁFICO 18- Número de Estabelecimento e área total do município de Espigão Alto do Iguaçu/PR, em 2006, 2017 _____ 86

GRÁFICO 19- Número de Estabelecimento e área total do município de Rio Bonito do Iguaçu/PR, em 1996, 2006, 2017 _____ 87

GRÁFICO 20- Número de Estabelecimento e área total do município de Três Barras do Paraná/PR, em 1996, 2006, 2017 _____ 89

GRÁFICO 21- Número de Estabelecimento e área total do município de Virmond/PR, em 1996, 2006, 2017 _____ 91

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|----|
| Quadro 1 - Conceito de Questão Agrária, Questão Agrícola e Estrutura Fundiária, 2021 _____ | 29 |
| Quadro 2 – Conceitos de Reforma Agrária e Luta Pela Terra, 2021 _____ | 36 |
| Quadro 3 - Procedimentos de coleta de dados para o alcance dos objetivos da pesquisa _____ | 42 |
| Quadro 4 – Municípios atuais, municípios originários, ano de emancipação e ano de instalação _____ | 46 |
| Quadro 5 - Usinas Hidrelétricas com atividades no Território Cantuquiriguaçu ____ | 49 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|----|
| Tabela 1 – Número de PAs implementados e área ocupada (em hectares) no Brasil, por Presidente/a, no período de 1994 a 2019 _____ | 34 |
| Tabela 2 - Período, número de assentamento, hectares e famílias assentadas, nos municípios do TC Cantuquiriguaçu, entre os anos de 1984 a 2017 _____ | 51 |
| Tabela 3 - Número de estabelecimentos agrícolas familiares e não familiares e área ocupada (em hectares) no Brasil, Região Sul, Paraná e Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, em 2017 _____ | 53 |
| Tabela 4 - Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares) por grupos de área total, do município de Campo Bonito/PR, em 1996, 2006, 2017 _____ | 55 |
| Tabela 5 - Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares) por grupos de área total, do município de Cândói/PR, em 1996, 2006, 2017 _____ | 57 |
| Tabela 6 - Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares) por grupos de área total, do município de Foz do Jordão/PR, em 1996, 2006, 2017 _____ | 59 |
| Tabela 7 - Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares) por grupos de área total, do município de Cantagalo/PR, em 1996, 2006, 2017 _____ | 61 |
| Tabela 8 - Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares) por grupos de área total, do município de Goioxim/PR, em 1996, 2006, 2017 _____ | 63 |
| Tabela 9 - Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares) por grupos de área total, do município de Marquinho/PR, em 1996, 2006, 2017 _____ | 65 |
| Tabela 10 - Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares) por grupos de área total, do município de Catanduvas/PR, em 1996, 2006, 2017 _____ | 67 |
| Tabela 11 - Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares) por grupos de área total, do município de Diamante do Sul/PR, em 1996, 2006, 2017 _____ | 69 |
| Tabela 12 - Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares) por grupos de área total, do município de Guaraniaçu/PR, em 1996, 2006, 2017 _____ | 71 |
| Tabela 13 - Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares) por grupos de área total, do município de Ibema/PR, em 1996, 2006, 2017 _____ | 73 |
| Tabela 14 - Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares) por grupos de área total, do município de Laranjeiras do Sul/PR, em 1996, 2006, 2017 _____ | 75 |
| Tabela 15 - Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares) por grupos de área total, do município de Porto Barreiro/PR, em 1996, 2006, 2017 _____ | 77 |

Tabela 16 - Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares) por grupos de área total, do município de Nova Laranjeiras/PR, em 1996, 2006, 2017 _____ 79

Tabela 17 - Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares) por grupos de área total, do município de Pinhão/PR, em 1996, 2006, 2017 _____ 81

Tabela 18 - Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares) por grupos de área total, do município de Reserva do Iguaçu/PR, em 1996, 2006, 2017 _____ 83

Tabela 19 - Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares) por grupos de área total, do município de Quedas do Iguaçu/PR, em 1996, 2006, 2017 _____ 85

Tabela 20 - Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares) por grupos de área total, do município de Espigão Alto do Iguaçu/PR, em 1996, 2006, 2017 _____ 87

Tabela 21 - Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares) por grupos de área total, do município de Rio Bonito do Iguaçu/PR, em 1996, 2006, 2017 _____ 88

Tabela 22 - Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares) por grupos de área total, do município de Três Barras do Paraná/PR, em 1996, 2006, 2017 _____ 90

Tabela 23 - Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares) por grupos de área total, do município de Virmond/PR, em 1996, 2006, 2017 _____ 92

Tabela 24 - Número de estabelecimentos agrícolas e área ocupada (em hectares) no Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, em 1996, 2006 e 2017 – 69 _____ 93

Tabela 25 - Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares) por grupos de área total, do município de Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, em 1996, 2006, 2017 _____ 94

Tabela 26 - Número de estabelecimentos agrícolas e área ocupada (em hectares) no Brasil, em 1996, 2006 e 2017 – 70 _____ 95

Tabela 27 - Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares) por grupos de área total, no Brasil, em 1996, 2006, 2017 _____ 96

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|---------|---|
| II PNRA | II Plano Nacional de Reforma Agrária |
| Contag | Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura |
| CPT | Comissão Pastoral da Terra |
| CF | Constituição Federal |
| DRd | Desenvolvimento Regional em Debate |
| EFSPRS | Companhia de Construção de Estradas de Ferro São Paulo - Rio Grande |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Pesquisa e Geografia |
| INCRA | Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária |
| MAPA | Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento |
| MST | Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra |
| PAs | Projetos de Assentamentos |
| PCA | Projeto de Assentamento Casulo |
| PRB | Reassentamento de Barragem |
| PNRA | Plano Nacional de Reforma Agrária |
| PTC | Programa Territórios da Cidadania |
| SIDRA | Sistema IBGE de Recuperação Automática |
| STR | Sindicatos dos Trabalhadores Rurais STR |
| TC | Território da Cidadania |
| TFI | Território Federal do Iguaçu |
| UDR | União Democrática Ruralista |
| UFFS | Universidade Federal da Fronteira Sul |

SUMÁRIO

| | | |
|-----------|---|------------|
| 1. | INTRODUÇÃO..... | 17 |
| 2. | QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA..... | 21 |
| 3 | METODOLOGIA..... | 40 |
| 3.1 | DELINEAMENTO DAS ETAPAS DA PESQUISA..... | 40 |
| 3.2 | PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS | 41 |
| 3.3 | LIMITAÇÕES DA PESQUISA..... | 42 |
| 4 | FORMAÇÃO SOCIAL DO TERRITÓRIO DA CIDADANIA CANTUQUIRIGUAÇU | 44 |
| 5 | EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA DO TERRITÓRIO DA CIDADANIA CANTUQUIRIGUAÇU | 52 |
| 5.1 | EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA DOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM O TC CANTUQUIRIGUAÇU | 53 |
| 5.2 | DADOS DO TERRITÓRIO DA CIDADANIA CANTUQUIRIGUAÇU/PR E BRASIL 93 | |
| 6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 98 |
| | REFERÊNCIAS..... | 100 |

1. INTRODUÇÃO

Desde a colônia, iniciada com as sesmarias, seguida da Lei de Terras, até o processo de modernização agrícola, que ocorreu no Brasil após o golpe de 1964, há uma preservação e ampliação do latifúndio. O Brasil optou em todos os períodos históricos por beneficiar os latifúndios e seus latifundiários, primeiro com a doação de terras nas sesmarias, depois com a privatização cruel das terras a partir de 1850, através da Lei de Terras.

Esta opção pelos latifúndios, expulsou de suas terras e exterminou tribos indígenas, negou terra para os trabalhadores africanos que foram escravizados e para os trabalhadores europeus que migraram em busca de trabalho, além de ter expulsado camponeses de suas terras. Assim formou uma grande massa de trabalhadores e trabalhadoras sem-terra. Entretanto, apesar de ter ocorrido a expulsão e tentativa de extermínio de milhares de pequenos trabalhadores do campo, o agricultor familiar camponês e diversos outros povos, eles não deixaram de existir. Eles seguem existindo e resistindo em meio aos latifúndios do agronegócio. Dada por uma formação da estrutura fundiária brasileira marcada pela desigualdade na distribuição de terras, o que instiga a conhecer mais sobre as realidades regionais.

Dentre os recortes territoriais existentes no Brasil, está o Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, localizado na região Centro-Sul do Estado do Paraná, na região Sul do Brasil, (SIT, 2021). Apesar da descontinuidade das políticas públicas, destinadas aos Territórios da Cidadania, diversas pesquisas continuam a abordar estes recortes espaciais para compreender as dinâmicas regionais e contribuir para o desenvolvimento dos municípios do território. Portanto, esta pesquisa tem por objetivo apresentar como se deu a evolução da estrutura fundiária dos vinte municípios desse território entre os anos de 1996 e 2017, através de dados do Instituto Brasileiro de Pesquisa e Geografia (IBGE) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Para alcançar este objetivo a pesquisa foi dividida em três objetivos específicos buscando, inicialmente compreender, através de uma pesquisa bibliográfica, 1) o conceito de questão agrária brasileira e estrutura fundiária brasileira, reforma agrária e a luta pela terra, e agricultura familiar camponesa. Em um segundo momento,

também utilizando de revisão bibliográfica, realizou-se uma 2) contextualização da ocupação do território estudado destacando a formação social existente. Por fim, 3) apresentar a estrutura fundiária em municípios do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, observando a evolução a partir de dados secundários dos Censos Agropecuários do IBGE de 1996, 2006 e 2017 e base de dados do INCRA. O recorte de tempo foi escolhido pela disponibilidade de dados do IBGE para os municípios deste território que são considerados jovens, alguns destes implementados após o ano de 1990.

Desde a implementação dos territórios da Cidadania em 2008, diversos pesquisadores utilizam esses recortes espaciais para realização de suas pesquisas. Tendo em vista que os territórios são compostos por municípios que têm em comum características como o subdesenvolvimento. A realização de pesquisas com este recorte possibilita compreender a dinâmica desses municípios e contribuir para compreensão das causas de seu subdesenvolvimento, a partir de diagnósticos de suas realidades e proposições para possíveis ações que promovam melhores resultados.

Já no que diz respeito ao recorte de tempo escolhido (1996 a 2017) é devido à disponibilidade de dados do IBGE para os municípios deste território que são considerados jovens, alguns dos quais implementados após o ano de 1990. Outro motivo que leva a escolha do ano de 1996 como ano base é o fato histórico ocorrido neste ano no município de Rio bonito do Iguaçu, quando cerca de 12 mil sem terras ocuparam o maior latifúndio do Sul do Brasil, Giacomet Marodin, atual madeireira Araupel S.A. (CEZIMBRA, 2013).

Dentre as pesquisas já realizadas na região em questão, destaca-se a tese de doutorado de Ana Cristina Hammel que buscou “analisar historicamente em que medida as relações sociais de produção capitalista interferiram na ocupação na propriedade e o uso da terra nos imóveis Pinhal Ralo e Rio das Cobras[...]” (2020, p. 34). Sendo estes imóveis que compõem o que era o maior latifúndio do sul do Brasil, pertencente à Empresa Giacomet Marodin, atualmente madeireira Araupel S/A.

Também em tese de doutorado nomeada de ‘O MST e a Participação Política dos Camponeses Sem Terra – O Caso do Acampamento Herdeiros da Terra de Primeiro de Maio em Rio Bonito do Iguaçu/Pr’, publicada em janeiro de 2021, Elemar

do Nascimento Cezimbra faz um levantamento histórico das ocupações de terra realizadas a partir de 1980. Ambos os trabalhos contribuíram para melhor compreensão do processo de reforma agrária ocorrido na região do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu.

Nesta pesquisa propomos abordar o território em que o Campus Laranjeiras do Sul da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) está implementado e está sendo realizada por uma discente do curso de Bacharelado em Ciências Econômicas que tem como linha de pesquisa o Desenvolvimento regional e cooperativismo. A região também foi objeto de pesquisa da tese de doutorado de Luis Claudio Krajevski (2018) na qual foi analisada a importância da UFFS/Campus Laranjeiras do Sul (PR) no Desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu.

Assim, com o suporte de trabalhos já realizados na região, esta pesquisa propõe, por meio de uma análise da estrutura fundiária da região, discutir e contribuir com o desenvolvimento rural e conseqüentemente com o desenvolvimento regional e territorial. O estudo é um dos resultados da atuação da autora como bolsista no projeto de iniciação científica, intitulado de *A influência da agricultura familiar no desenvolvimento rural: estudo comparativo entre os municípios do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu/PR e Noroeste Colonial/RS*, que teve vigência entre dezembro de 2020 e novembro de 2021. A acadêmica contou com uma bolsa da Fundação Araucária, viabilizada via aprovação do projeto no edital 270/GR/UFFS/2020. A pesquisa, deu fôlego a propor este projeto de monografia e resultou em um artigo que foi submetido e apresentado no 59º Congresso da SOBER & 6º EBPC 2021, realizado em Brasília-DF, de 02 a 06 de agosto de 2021, de forma virtual.

Assim, no projeto de iniciação científica se observou a estrutura fundiária dos Territórios da Cidadania Cantuquiriguaçu/PR e Noroeste Colonial/RS onde verificou-se uma grande concentração fundiária nos territórios no ano de 2017, instigando a compreender mais como se deu a formação da estrutura fundiária na Cantuquiriguaçu

Caio Prado Jr (1979, p. 22) escreveu que “qualquer análise social é sempre afetada, consciente ou inconscientemente, pela posição política do analista”, ele ainda aponta que o melhor caminho é que isso seja consciente, pois o pesquisador não corre o risco de divagar sem rumo. Assim sendo, esta pesquisadora tem consciência

que sua posição política guiou a execução da pesquisa, pois outros motivos que levam a autora a optar por esta temática estão vinculados ao fato de ser uma militante Sem Terra, filha de agricultores camponeses assentados da reforma agrária. Estando dentre seus objetivos contribuir efetivamente para a luta dos Movimentos Sociais e para a resistência dos Povos Tradicionais que habitam este território.

Para dar conta do que este trabalho se propõe, sua organização e apresentação está constituída desta introdução, do capítulo dois que traz a revisão teórica que aborda a questão agrária brasileira, onde são trabalhados os conceitos de estrutura fundiária, reforma agrária, a luta pela terra, e a agricultura camponesa familiar. No capítulo 3 está a metodologia utilizada para a pesquisa. Já no quarto capítulo consta uma breve caracterização da formação social do TC Cantuquiriguaçu. O quinto capítulo é composto pelos resultados alcançados na busca de dados secundários apresentando a evolução da estrutura fundiária do Território entre 1996 e 2017, e por fim estão as considerações finais e referências utilizadas neste estudo.

2. QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA

Desde a colônia até o processo de modernização agrícola, que ocorreu no Brasil após o golpe de 1964, há uma preservação e ampliação do latifúndio. Em 1978, Eduardo Galeano aponta no livro *'As veias abertas da América Latina'* que o gargalo do desenvolvimento da América Latina são os latifúndios, existentes desde o período colonial:

Da plantação colonial, subordinada às necessidades estrangeiras e, em muitos casos, com financiamento estrangeiro, provém em linha reta o latifúndio de nossos dias. Este é um dos gargalos de garrafa que estrangulam o desenvolvimento da América Latina e um dos primordiais fatores da marginalização e da pobreza das massas latino-americanas (GALEANO, 2016, P. 92).

Na mesma época, Prado Júnior (1979) no livro *'A Questão Agrária no Brasil'*, diz que a estrutura agrária do Brasil “consiste na acentuada concentração da propriedade fundiária” (p. 18). Em que os grandes proprietários, que representam uma minoria, possuem as melhores áreas e as maiores extensões de terra. Enquanto os pequenos, que são a maioria em número de produtores e pessoas ocupadas, se dividem em dois grupos: a) um que possui pequenas unidades agrícolas, insuficientes para sobreviver dos frutos da terra, b) e o outro grupo que não possui terras e não tem condições de arrendar pequenos terrenos para sobreviver.

A descrição feita por Prado Júnior, assim como toda a questão agrária contemporânea, tem suas raízes no processo de colonização. Assim como Galeano (1978), Linhares e Silva (2021, p.80) apontam que a origem do atraso e da desigualdade brasileira “residem, ora na origem colonial e no caráter do colonizador(...), ora no caráter da própria colonização”. Esse processo de colonização foi marcado pela desigualdade social e pela monopolização do acesso à terra, com a concentração fundiária e a expulsão dos povos originários de suas terras (MIRALHA, 2006).

Miralha (2006) fala das três principais características da colonização brasileira: a) A grande propriedade fundiária: iniciada com as sesmarias e confirmada pela Lei de Terras; b) A monocultura de exportação: modelo agroexportador baseado em ciclos de produção, Pau-Brasil, Ouro, Cana-de-Açúcar, Café, dentre outros. E; c) o trabalho

escravo¹: escravidão de indígenas (povos nativos) e, principalmente, das populações africanas traficadas pelos europeus e vendidas na América;

A primeira lei que regulamentou o acesso à terra no Brasil Colônia, foi o regime das sesmarias, implementado no início da colonização pelo governo Português e suspenso em 1823, logo após a independência² (MIRALHA, 2006; WESTIN, 2020). Tinha como finalidade “disciplinar a apropriação territorial privada e se caracterizava por uma concessão de terras aos súditos com capacidade para o desenvolvimento de atividades agropecuárias” (NORDER, 2014, p. 134). Somente após 27 anos do fim do regime das sesmarias que outra lei passou a vigorar e regulamentar o acesso à terra, a Lei de Terras. Criada em 18 de setembro de 1850, quando o acesso à terra deixava de ser ‘livre’ sendo instituído em seu primeiro artigo que “Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra” (BRASIL, 1850. p.307). Assim a partir da referida lei, somente quem tinha dinheiro poderia adquirir terras no Brasil, e como aponta Miralha (2006), este não era o caso dos trabalhadores que haviam sido escravizados e nem dos imigrantes europeus que vinham à América em busca de trabalho:

Desse modo, com a Lei de Terras passava-se do cativo do homem (escravo) para o cativo da terra, pois a terra no Brasil a partir dessa lei já não tinha mais “livre acesso”, era restrito a quem tinha condições de pagá-las, e esse não era o caso nem dos escravos, prestes a serem libertos, e nem dos imigrantes colonos, que vieram para trabalhar no regime de colonato nas lavouras de café (MIRALHA, 2006, p. 154).

A Lei de Terras foi planejada pelo governo brasileiro para limitar o acesso à terra, criando o cativo da terra³. Martins (2010) aponta que o Brasil inventou uma fórmula simples de que, quando havia homens escravos a terra era livre, quando estes homens se tornaram livres a terra passou a ser escrava. Portanto, a criação desta lei antecedeu o fim do regime escravocrata, começou a ser planejada quando iniciaram as pressões britânicas para que houvesse a implementação do regime de trabalho assalariado. No mesmo ano da implementação da Lei de Terras, duas semanas antes, foi criada a Lei Eusébio de Queirós - lei nº 581 - que proibia o tráfico de africanos no Império, reduzindo a oferta de trabalhadores escravos, a partir de quando estes

¹ Escravidão teve fim com a lei n. 3.353 de 13 de maio de 1888, Lei Áurea (BRASIL, 1888).

² O Brasil tornou-se independente de Portugal em 22 de abril de 1822.

³ Termos é abordado por José de Souza Martins no livro *O Cativo da Terra* (2010), e utilizado por Miralha (2006).

ficavam mais caros para serem comprados o que pressionou o fim da escravidão (MAPA, 2019). A Lei Eusébio de Queirós o Brasil definiu o fim da escravidão e criou uma perspectiva de acabar com os latifúndios, a qual foi frustrada com Lei de Terras (MARTINS, 2010).

Com o fim do tráfico de africanos em 1850, o governo brasileiro começou a criar condições para trazer imigrantes brancos europeus para serem trabalhadores livres assalariados e assumirem os postos de trabalho nas lavouras de café substituindo os trabalhadores negros africanos escravizados, buscando resolver o problema da mão-de-obra (FURTADO, 2007). Após o fim da escravidão, que ocorreu somente em 1888, os trabalhadores que haviam sido escravizados ficaram 'livres', mas sem empregos e sem direito ao acesso à terra e nem mesmo os imigrantes europeus tiveram o direito à posse da terra, pois ela havia deixado de ser livre em 1850 (MIRALHA, 2006).

Em pesquisa histórica no arquivo do Senado, Ricardo Westin (2020) afirma que com a Lei de Terras o Brasil oficializou sua decisão pelos latifúndios, de ter sua área rural dividida em latifúndios e não em pequenas propriedades familiares. Esta decisão pelos latifúndios foi planejada, pois com a chegada de imigrantes europeus e com os trabalhadores que passaram a ser 'livres' no fim do século XIX o Brasil teve sua maior oportunidade de fazer reforma agrária como ocorreu nos Estados Unidos, na América do Norte. No entanto, esta opção era uma ameaça aos cafeicultores que não teriam mão-de-obra em abundância para o trabalho nas lavouras e usaram de sua influência política para burocratizar e dificultar o acesso à terra.

Em sua pesquisa Westin (2020) ainda destaca que segundo o historiador Marcio Both⁴ o Brasil optou pelos latifúndios antes mesmo da Lei de Terras, pois nas sesmarias não havia exigências de que as terras fossem exploradas, o latifúndio andava de mãos dadas com o trabalho escravo. O acesso à terra nunca foi livre de fato, pois havia regras estabelecidas que impediam africanos, indígenas, judeus, mouros, a terem o acesso à terra, eram somente os brancos (puro sangue) católicos que tinham esse direito (MIRALHA, 2006).

Portanto, a Lei de Terras não criou os latifúndios, serviu como base para manter e ampliá-los. Os latifundiários recorriam ao governo através de seus recursos

⁴ Professor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) e estudioso da Lei de Terras.

financeiros e de sua influência política para ampliar suas propriedades, pois os próprios senhores de terras ocupavam, em grande parte, os cargos de senadores e deputados (WESTIN, 2020). Já os sitiantes⁵ que não tinham informações ou influência, e nem mesmo recursos financeiros foram perdendo suas terras, o que levou a criação de grande número de trabalhadores rurais sem terra aumentando os conflitos no campo (IDEM, 2020). Estes conflitos são oriundos da resistência dos povos, e embora haja registros históricos de conflitos agrários no Brasil e em toda a América Latina, até os dias atuais, a desigualdade na distribuição fundiária é uma marca presente nesses países, incluindo o Brasil (LINHARES E SILVA, 2021).

No fim do século XIX e início do século XX o Brasil, assim como a maioria dos países da América Latina, não optou por solucionar os problemas da questão agrária gerados pela concentração fundiária. Neste período a elite brasileira era predominantemente agrária, o que não gerou confronto entre a burguesia agrária e a industrial, pois esta última não existia. Somente após a depressão de 1930, com a queda do preço do café, que o governo brasileiro optou pela industrialização (MIRALHA, 2006).

A partir de 1960 o processo industrial focou em implementar uma modernização agrícola, que foi impulsionado pela Revolução Verde. Mas Prado Júnior (1979, p. 27) alerta que “o progresso tecnológico não significa uma melhoria de condições do trabalhador. E às vezes, até pelo contrário, pode agravá-las”. No caso brasileiro não trouxe uma melhoria para os trabalhadores, pois não debateu a questão agrária em sua estrutura, apenas considerou as questões relativas à oferta de produtos agrícolas com foco na produtividade da terra (DELGADO, 2009). Implementada após o golpe militar, a modernização conservadora, que ocorreu no Brasil levou a expansão do agronegócio, consolidando e ampliando ainda mais a concentração fundiária (RAMOS, 2014).

Segundo Stedile (2006) a implementação da ‘modernização agrícola’ foi de fato o que marcou a derrota de qualquer iniciativa de reforma agrária, que vinha sendo debatida no Estatuto da Terra. Tanto que o termo de democratização foi atrelado, pelas organizações patronais rurais, ao conceito de empresa agrícola como caminho

⁵ Moradores de pequenas áreas que usufruem da terra para sobrevivência.

para o desenvolvimento agrícola e, portanto, precursor da modernização conservadora.

Delgado (2009, p.56) aponta cinco objetivos centrais desse processo: “i) liberar mão-de-obra para a indústria; ii) gerar oferta adequada de alimentos; iii) suprir matérias-primas para indústrias; iv) elevar as exportações agrícolas; e v) transferir renda real para o setor urbano.” Ou seja, a modernização agrícola não teve como base resolver os problemas da questão agrária e sim aumentar a produtividade agrícola, realizada nos estabelecimentos de grande porte e voltados para a produção de commodities exportáveis. Navarro (2001) afirma que este processo foi chamado de desenvolvimento, no entanto foi moldado pelo espírito da época, mas não é possível afirmar que tenha desenvolvido o meio rural.

Em termos de pesquisas, Delgado (2009) aponta que somente no campo da esquerda aparecem os termos de ‘crise agrária’ e/ou ‘questão agrária’, focalizando assim na estrutura fundiária e nas relações econômicas e não econômicas. Já no campo conservador (direita) que guiou o processo de modernização agrícola o foco das pesquisas está somente nas funções produtivas da agricultura para com o capital. Stedile (2012) aponta que entre os séculos XVIII e XX, o problema agrário surge nas pesquisas clássicas debatendo somente a questão da elevada concentração fundiária, que nos países capitalistas centrais, era um empecilho para o desenvolvimento do capitalismo industrial.

Já na atualidade a Questão Agrária busca analisar, segundo Stedile (2012), profunda ou superficialmente questões relacionadas ao 1) **uso**: que determina como e para que está sendo utilizada a terra, se está atendendo necessidades sociais; 2) **posse**: analisa quem mora na terra e as condições em que vive. 3) **Propriedade**: uma questão jurídica que torna a terra uma mercadoria, permitindo que uma pessoa física ou jurídica ao possuir dinheiro compre a terra, tornando-se assim proprietária. Sendo esta última uma característica específica do capitalismo.

No Brasil, as pesquisas no campo da esquerda sobre a chamada “Questão Agrária Brasileira” só aparecem no início do século XX. Delgado (2014, p.29) aponta os dois elementos que nortearam esse debate, o primeiro estava relacionado “às condições de vida e de trabalho das populações rurais”, enquanto o segundo está relacionado à “presumida incapacidade dessa estrutura agrária de prover excedentes

produtivos às necessidades da industrialização e da urbanização então em plena evidência”. Este segundo elemento sozinho norteou o debate da modernização conservadora, negando qualquer mudança na estrutura fundiária.

Aparecendo como um dos aspectos que compõem a problemática da questão agrária, o conceito de estrutura fundiária “refere-se ao perfil de distribuição das terras numa dada sociedade” (ALENTEJANO, 2012, p. 355). Neste sentido, podemos afirmar que, a formação da estrutura fundiária brasileira é extremamente conservadora. Das sesmarias passou para a Lei de Terras, até a modernização conservadora, ambas as fases preservaram e ampliaram os latifúndios. Sendo que a partir da Lei de Terra criou-se o cativo da terra. A democratização do acesso à terra surge somente a partir dos debates da questão agrária brasileira que identificou e apontou os problemas na estrutura fundiária propondo uma reforma agrária, que foi interrompida pelo golpe militar de 1964 (DELGADO, 2014).

A reforma agrária foi debatida em instância de Estado a partir do Plano Trienal coordenado por Celso Furtado. Segundo Giambiagi (2011, p. 41) o plano foi “lançado oficialmente em 30 de dezembro de 1962, seu objetivo mais geral era conciliar crescimento econômico com reformas sociais e o combate à inflação” e de suas cinco metas a quarta tinha como objetivo “realizar a reforma agrária como solução não só para a crise social como para elevar o consumo de diversos ramos industriais.” Em 1964, já no governo de Castelo Branco, foi decretada a Lei nº 4.504 que promulgava o Estatuto de Terra (BRASIL, 1964), mas que não foi executada durante toda a ditadura militar. Segundo Stedile (2006), esta lei foi um golpe para a grande propriedade improdutivo, pois tentou estabelecer alguns limites ao latifúndio improdutivo. Mas, obviamente, que a elite agrária se sentiu traída e manifestou sua posição contrária a qualquer tentativa de reforma agrária, através das sociedades patronais: a Sociedade Rural Brasileira e a Sociedade Nacional de Agricultura (IDEM, 2006).

Ainda durante este período foi criado, pelo Decreto-Lei nº 1.110 de 1970 (BRASIL, 1970), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) que tem como objetivo executar a reforma agrária de forma a democratizar o acesso à terra, no entanto não houve nenhuma efetividade durante a ditadura militar. Com o fim da ditadura em 1984, são retomados os debates da questão agrária, “levando a

Constituição de 1988 a incorporar os princípios jurídicos da função social e ambiental de propriedade da terra, contidos no Estatuto da Terra” (DELGADO, 2014, p. 29).

Ao debater a questão agrária intrinsecamente estamos debatendo a reforma agrária, “as expressões ‘questão agrária’ e ‘reforma agrária’ são irmãs univitelinas no tempo histórico, porque ambas se geram das estruturas fundiárias historicamente configuradas” (DELGADO, 2014, p. 30). No entanto, Delgado ainda nos aponta que ambas têm diferenças, pois embora a reforma agrária seja uma das soluções para problemas da questão agrária, a linha de raciocínio que implementou a modernização conservadora não trouxe esse aspecto para o debate. A questão agrária, debatida pela linha conservadora que predominou no Brasil desde a colonização, apenas resolveu direitos de propriedade mercantis e não a posse e uso de terra, que também consta no Estatuto da Terra.

No campo da esquerda encontramos diversos teóricos que buscam compreender mais sobre a questão agrária brasileira. Dentre eles Prado Júnior, que coloca como ponto de partida “a relação de efeito e causa entre a miséria da população rural brasileira e o tipo da estrutura agrária do País, cujo traço essencial consiste na acentuada concentração da propriedade fundiária” (1979, p. 18). Prado Júnior ainda aponta que como outros problemas sociais, o problema da questão agrária brasileira é humano. Portanto, é a partir da posição dos homens e mulheres que habitam esses espaços que deve partir qualquer análise da questão agrária.

Quando observamos os debates agrários é possível visualizar que existem dois debates distintos. 1) Temos a questão agrícola, que “diz respeito aos aspectos ligados às mudanças na produção em si mesma (o que, onde e quanto se produz)” (MATTEI, 2016, p. 236), 2) e a questão agrária, “ligada às transformações nas relações de produção e de trabalho e no acesso à terra” (IDEM, p. 236). No que diz respeito ao acesso à terra existem dois lados, e entre eles há um abismo. Por um lado, temos os grandes proprietários de terra que dominam em termos de áreas e utilizam estas como um negócio agropecuário, estritamente mercantil. Do outro lado temos os pequenos proprietários e sem terras que sobrevivem dos frutos da terra, os quais são a maioria em termos de população, mas que possuem pouco ou nada de terra (PRADO JUNIOR, 1979).

Segundo Prado Júnior (1979) é impossível analisar ambos os lados partindo da mesma lógica, pois enquanto de um lado temos a terra como um negócio mercantil (agronegócio), do outro temos a terra como meio de sobrevivência, o ser humano como base para compreender essa dimensão, pois ele vive e trabalha a terra (trabalhadores rurais). Portanto, não é possível englobar ambas as questões em uma única análise, a primeira tende a uma análise da questão agrícola e a outra da questão agrária (MATTEI, 2016).

A questão agrária brasileira consiste em resolver problemas inerentes à divisão democrática da terra, elevando o padrão de vida da população rural e assim efetivando o desenvolvimento econômico brasileiro (PRADO JÚNIOR, 1979). No entanto como já debatido neste texto "desde o início da ocupação e colonização do território brasileiro, e até hoje ainda, os títulos de propriedade e o domínio da terra galopam muito adiante da frente pioneira de penetração e ocupação" (PRADO JÚNIOR, 1979, p. 25).

Ou seja, os trabalhadores rurais, nunca tiveram a oportunidade de adquirir a propriedade da terra, senão por meio da compra, e a reforma agrária nunca foi cogitada de forma plena. Quando começou a ser debatida no início do século XX houve um golpe de estado que impediu sua continuidade, e nem mesmo com os governos progressistas do início deste século XXI, ela aconteceu efetivamente. E confirmando o quanto é a alta concentração fundiária brasileira, o Atlas do Agronegócio (2018), destaca que o Brasil ocupa o 5º lugar no ranking de desigualdade no acesso à terra e se o latifúndio brasileiro fosse um país seria o 12º maior território do mundo, com 2,3 milhões de km².

Antes de adentrar no debate sobre a luta pela terra no Brasil, cabe ressaltar a compreensão que esta autora teve, a partir desta revisão de literatura, dos conceitos apresentados no quadro 1.

Quadro 1 - Conceito de Questão Agrária, Questão Agrícola e Estrutura Fundiária, 2021

| Conceito | Descrição |
|----------------------------|--|
| Questão agrária | Surge no debate clássico com a problemática da concentração fundiária, no entanto passa a ser mais abrangente debatendo o uso, posse e propriedade da terra. Tendo em vista que este debate só poderá ser feito de forma eficiente quando colocamos o ser humano como principal elemento de análise. |
| Questão agrícola | Está vinculada somente aos problemas da produtividade agrícola, e uso mercantil da terra. |
| Estrutura fundiária | Observa como está distribuída a terra em determinada sociedade - ou como no caso desta pesquisa em um recorte espacial. Embora este tenha sido o problema agrário, que gerou o debate da questão agrária, é apenas uma das esferas que compõem o debate do conjunto da questão agrária. |

Fonte: Elaboração própria, 2022, a partir de diversos autores pesquisados

Após esclarecer o entendimento desta autora sobre os conceitos de Questão Agrária, Questão Agrícola e Estrutura Fundiária, ainda cabe ressaltar que a reforma agrária aparece como a solução da problemática da concentração fundiária sendo este um dos aspectos do debate da questão agrária. Embora a concentração fundiária comprometa o desenvolvimento do capitalismo industrial, o Brasil optou por mantê-la. Mas, por outro lado, a luta pela terra marca a história brasileira.

A luta pela terra no Brasil se inicia com a resistência dos povos indígenas, se perpetua na luta pela liberdade dos trabalhadores escravizados, sendo que atualmente se revela na luta pela liberdade do cativo da terra⁶, criado com a Lei de Terras. Linhares e Silva (2021, p. 80) afirmam que “a luta pela terra foi, e continua sendo um dos traços marcantes da constituição de uma sociedade mais justa no continente (Latino-americano)”. E com as palavras de Fernandes (1999) podemos compreender que este processo faz parte da história brasileira, dos povos que existem e resistem desde a colonização até a atualidade:

A luta pela terra é uma ação desenvolvida pelos camponeses para entrar na terra e resistir contra a expropriação. A resistência do campesinato brasileiro é uma lição admirável. Em todos os períodos da história, os camponeses lutaram para entrar na terra. Lutaram contra o cativo, pela liberdade humana. Lutaram pela terra das mais deferentes formas, construindo organizações históricas.

⁶ Termos é abordado por José de Souza Martins no livro *O Cativo da Terra* (2010), e também utilizado por Miralha (2006).

Desde as lutas messiânicas ao cangaço. Desde as Ligas Camponesas ao MST, a luta nunca cessou, em nenhum momento. Lutaram e estão lutando até hoje e entrarão o século XXI lutando. Desde as capitâneas hereditárias até os latifúndios modernos, a estrutura fundiária vem sendo mantida pelos mais altos índices de concentração do mundo. Esse modelo insustentável sempre se impôs por meio do poder e da violência. Agora, ou fazemos a reforma agrária ou continuaremos sendo devorados pela questão agrária. (FERNANDES, 1999, p. 1).

Portanto, ao debater a questão agrária também estamos debatendo os conflitos agrários. No entanto, não se pode observar o conflito de forma isolada, pois este faz parte de um processo alimentado pelas contradições do sistema, e o conflito é apenas o resultado. Esse é o 'movimento da conflitualidade' de Bernardo Mançano Fernandes, que explica:

O movimento da conflitualidade é paradoxal ao promover, concomitantemente, a territorialização – desterritorialização – reterritorialização de diferentes relações sociais. A realização desses processos geográficos gerados pelo conflito é mais bem compreendida quando analisada nas suas temporalidades e espacialidades. São processos de desenvolvimento territorial rural formadores de diferentes organizações sociais (FERNANDES, 2004, p. 2).

Sendo assim, o conflito entre camponeses e latifundiários, e entre camponeses e o Estado, é resultado da organização dos camponeses ao se apropriarem de suas territorialidades e lutarem por seus direitos e sua autonomia. A luta pela terra é feita através da organização dos camponeses, de sua autonomia, portanto antecede os debates de reforma agrária, que só surgem no início do século XX. A luta pela terra está acontecendo independente da realização de uma reforma agrária. Fernandes (1999) explica que esta luta é capaz de promover a reforma agrária e de que na reforma agrária está contida a luta pela terra. Carvalho (2014), afirma que a reforma agrária é um processo de democratização do acesso e posse da terra que contribui para a multiplicação de camponeses e para o desenvolvimento rural, afirmando que:

Negar a reforma agrária é negar o desenvolvimento rural pela via da sua massiva camponização que se pretende moderna sem conduzir a um uso do espaço rural oligopolizado, homogeneizado, estandardizado e degradado pelas tecnologias agrícolas dependentes dos agrotóxicos. Pelo contrário, é a afirmação da diversidade cultural (etnodiversidade), da agrobiodiversidade e de uma ação antrópica que promova a natureza na sua totalidade" (CARVALHO, 2014, p. 84 e 85).

O autor supracitado ainda aponta que essa decisão política ultrapassada de não realizar reforma agrária contribui evidentemente para a concentração da renda e

da riqueza do país, a privatização de bens naturais e a expropriação de trabalhadores rurais. Além de impedir a soberania alimentar devido a produção de commodities, dado por esse modelo agroexportador que imita o processo de colonização, ou seja, é atrasado.

O debate da reforma agrária no Brasil surge a partir da luta pela terra, junto ao debate da questão agrária em meados do século XX. Os primeiros movimentos organizados em defesa da reforma agrária foram as Ligas Camponesas no Nordeste brasileiro, a partir de 1945, organizando trabalhadores sem-terra para lutar pela terra e por seus direitos. Nesta época são criados os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag) que reivindicavam mais do que o direito à terra. “A luta pela terra vinha inserida num conjunto de reivindicações sobre os direitos elementares do trabalho, da saúde, da previdência, da escolarização, com base no direito à organização autônoma dos grupos sociais” (SABOURIN, 2008, p. 153).

As Ligas Camponesas pressionaram o governo João Goulart a debater a nível de governo as reformas de base, no entanto seu governo foi interrompido pelo golpe militar em 1964. Em 1964, durante a ditadura, é criada a primeira lei de reforma agrária, ou seja, a lei nº 4.504 que promulgava o Estatuto de Terra, em que se previa uma melhor distribuição da terra garantindo os direitos sociais de uso e posse da terra, mediante pagamento de indenização aos proprietários (BRASIL, 1964). No entanto, como já abordado, esta lei não foi executada.

E após o fim das Ligas Camponesas que nasceram no Nordeste, surge em 1984 no Centro e no Sul do Brasil o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), sendo este o atual Movimento Social protagonista das lutas pela terra e do debate da reforma agrária no Brasil. Sobre a criação do MST Fernandes comenta que:

Em janeiro de 1984, no município de Cascavel - PR, os sem-terra fundaram o MST e partiram para a construção de um movimento nacional. Com a realização do Primeiro Congresso em 1985, na cidade de Curitiba, abriram caminhos para a organização do Movimento nas regiões Nordeste e Amazônia, territorializando a luta pela terra. Nesse período de reconstrução da democracia no Brasil e início da Nova República, os camponeses sem-terra definiram a ocupação da terra como forma de resistência da luta camponesa (FERNANDES, 1999, p. 6).

Para Maria José Costa Fernandes (2016) a luta realizada pelo MST vai muito além da divisão mais justa da terra, a autora compreende que:

O MST entende a reforma agrária como uma questão social e não agrícola que tem, entre outros, os seguintes objetivos: trabalho para todos, alimentação farta, justiça social e igualdade de direitos. Esse movimento social almeja a transformação da sociedade, na qual a distribuição de terras é apenas uma etapa desse projeto global (FERNANDES, 2016, p. 66)

Sendo está a Reforma Agrária Popular defendida pelo MST. No sítio oficial o Movimento explica que:

É preciso realizar uma ampla Reforma Agrária, com caráter popular, para garantir acesso à terra para todos os que nela trabalham. Garantir a posse e uso da terra para todas as comunidades originárias, dos povos indígenas, ribeirinhos, seringueiros, geraizeiros e quilombolas. Estabelecer um limite máximo quanto ao tamanho da propriedade de terra, como forma de garantir sua utilização social e racional. É preciso organizar a produção agrícola nacional tendo como objetivo principal a produção de alimentos saudáveis, livres de agrotóxicos e organismos geneticamente modificados (transgênicos) para toda a população, aplicando assim, o princípio da soberania alimentar. A política de exportação de produtos agrícolas deve ser apenas complementar, buscando maior valor agregado possível e evitando a exportação de matérias-primas (MST, 2022, NÃO PAGINADO).

Embora essa bandeira seja defendida por milhares que apoiam a luta do MST esta não foi a reforma agrária pautada pelos governos brasileiro, quando pautada sempre esteve muito limitada e foi sempre repreendida por aqueles que se beneficiam com os latifúndios. Com a redemocratização do estado brasileiro se institui o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), em 1985, que foi reprimido e combatido pela União Democrática Ruralista (UDR) e não teve nenhuma aplicação relevante antes da constituição de 1988 (SABOURIN, 2008). E o pouco que foi implementado se deu pela ocupação de terras realizada pelos sem terras. O MST se territorializou e se enraizou em todo Brasil, com o apoio da Igreja Católica através da Comissão Pastoral da Terra (CPT), dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e de Partidos Políticos no trabalho de base nas periferias urbanas (FERNANDES, 1999).

Devido à força desse conjunto de iniciativas, foi possível pautar a reforma agrária na Constituição Federal (CF) de 1988. Em seu capítulo III *Da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária*, a CF define que a desapropriação de terra para fins

de reforma agrária compete à união e deve ser feita quando houver o descumprimento da função social da terra, uma vez que em seu art. 186, fica clara qual é esta função:

A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, *simultaneamente*, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: I—aproveitamento racional e adequado; II—utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III—observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV—exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988, p. 113).

No entanto, com o governo Fernando Collor, eleito em 1989, a reforma agrária saiu da pauta política do governo federal, e iniciou uma forte repressão ao MST, que resistiu e segue pautando a reforma agrária até os dias atuais. Após o mandato de Collor, no governo de Fernando Henrique Cardoso se institui a Lei Agrária, nº 8.629 em 1993, que reitera as normas previstas no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal (BRASIL, 1993). Portanto, determina que o Estado brasileiro tem o dever de desapropriar terras improdutivas e que não cumprem sua função social.

Já em 2003 com o Governo Lula é apresentado o II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA) com 11 grandes metas que iam desde assentar famílias até a criação de universidades⁷:

Uma grande Reforma Agrária se faz com grandes metas. As diretrizes do II PNRA desdobram-se em metas que demonstram o compromisso com uma Reforma Agrária massiva e de qualidade, capaz de produzir uma profunda transformação no meio rural brasileiro e impulsionar um novo padrão de desenvolvimento com igualdade e justiça social, democracia e sustentabilidade social (MDA, 2003, p. 38).

Segundo os dados oficiais do INCRA (2021), entre 1994 e 2019 foram implementados e reconhecidos no Paraná 330 Projetos de Assentamentos (PAs) em 429.476 hectares. Já em todo o Brasil, foram 9.374 em PAs em uma área de 89.504.122 hectares. Na tabela 1 é possível visualizar um comparativo entre os governos que perpassam estes anos: 1) Fernando Henrique Cardoso (1994 - 2002);

⁷ Os planos e projetos mencionados infelizmente não foram executados na íntegra.

2) Luiz Inácio Lula da Silva (2003 - 2010); 3) Dilma Rousseff (2011 - 2016); 4) Temer (2017 - 2018) e o; 5) Primeiro ano de governo de Jair Bolsonaro (2019);

Tabela 1 – Número de PAs implementados e área ocupada (em hectares) no Brasil, por Presidente/a, no período de 1994 a 2019

| Presidente/a | Período | Número de PAs | | Hectares | |
|---------------------------|-------------|---------------|-------|---------------|-------|
| Total | 1994 - 2019 | 8.549 | | 73.109.086 | |
| Fernando Henrique Cardoso | 1994 - 2002 | 4.281 | 50,08 | 21.524.551,69 | 29,44 |
| Luís Inácio Lula da Silva | 2003 - 2010 | 3.544 | 41,46 | 47.765.351,96 | 65,33 |
| Dilma Rousseff | 2011 - 2016 | 612 | 7,16 | 3.162.198,31 | 4,33 |
| Michel Temer | 2017 - 2018 | 110 | 1,29 | 655.467 | 0,90 |
| Jair Messias Bolsonaro | 2019 | 2 | 0,02 | 1.517 | 0,002 |

Fonte: Elaboração própria, INCRA (2022)

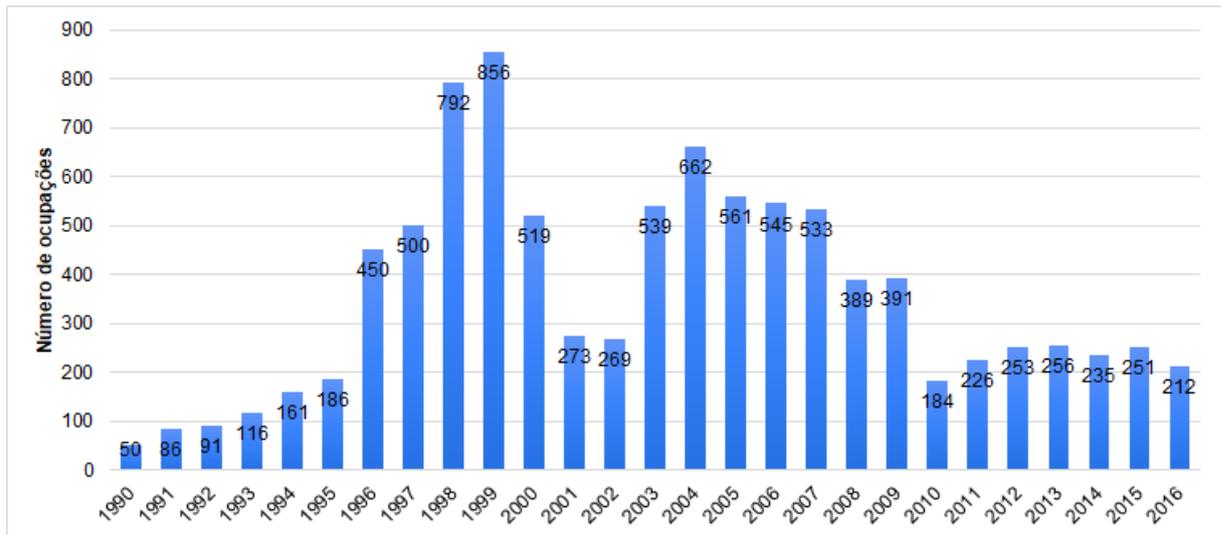
Como apresentado na tabela 1, Fernando Henrique Cardoso implementou 50,08% (4.281) dos PAs em que reformou 29,44% dos hectares. Já Lula, embora tenha um menor número de PAs 41,46% (3.544), reformou 65,33% dos hectares. Sendo estes dois os que mais efetivaram a implementação de PAs e cada um permaneceu no governo por 8 anos (dois mandatos).

Já Dilma, que ficou 6 anos no governo, é responsável por 7,16% (612) PAs, em 4,33% (3.190.162) da área. Temer que permaneceu por 2 anos implementou 1,29% (110) PAs e 0,90% (655.467) de hectares. Já Bolsonaro, que desde sua campanha eleitoral se mostrou totalmente contrário a qualquer tentativa de reforma agrária e vem criminalizando a luta pela terra, teve em seu primeiro ano de governo a implementação obrigatória de 2 PAs (0,02%), em 1.517 dos hectares reformados⁸, representando 0,001% de área reformada em todos estes anos. Infelizmente não foram localizados dados de 2020 e 2021, ou não houve implementação de PAs nestes dois anos. Ainda segundo o INCRA, atualmente 972.289 famílias vivem em assentamentos criados e reconhecidos no Brasil desde 1900.

⁸ A implementação se deu por ordem expressa do poder judiciário.

A luta pela terra impulsiona o debate da reforma agrária e a reforma de território, sendo assim no gráfico 1 apresenta-se os dados referentes ao número de ocupações realizadas entre 1990 e 2016. As informações foram apresentadas por CATTELAN, MORAES e ROSSONI (2020) e foram coletadas na base de dados do DATALUTA.

Gráfico 1 - Número de ocupações no Brasil por ano (1990 a 2016)



Fonte: CATTELAN; MORAES; ROSSONI, 2020, p. 142

Os períodos de governo de Fernando Henrique e Lula são os que mais se destacam, com a concentração da maior parte das ocupações ocorridas entre os anos abordados. Sendo 1999 o ano com maior número de ocupações (856) e 1990 com o menos (50). Podemos afirmar que os períodos que mais tiveram criação de assentamentos foi o período em que mais ocorreram ocupações de terra.

Cosme (2016) relata que a história do campo brasileiro é marcada por profundas contradições, embora haja tentativas e iniciativas isoladas de territórios reformados o Brasil sempre optou pelo modelo agrário latifundiário:

Entretanto, a história e a realidade do campo brasileiro do século XXI não deixam dúvidas: foram leis e planos que não saíram do papel. Ao contrário, historicamente o Estado, nos distintos períodos e através dos diferentes governos, optou pelo modelo agrário/agrícola latifundista, hoje transmutado de agronegócio, em detrimento do campesinato. Opção que se concretizou, conseqüentemente na execução continuada de uma contrarreforma agrária no país (COSME, 2016, p. 1).

No mesmo sentido da abordagem acima, Fernandes (1999, p. 5) escreve que “durante toda a história do Brasil, os camponeses, bem como todos os trabalhadores, foram mantidos à margem do poder, por meio da violência”. No entanto seguem resistindo e existindo nos confins do nosso imenso Brasil.

Para sintetizar a compreensão da autora desta monografia em relação aos conceitos de reforma agrária e a luta pela terra, o quadro 2 apresenta as definições utilizadas.

Quadro 2 – Conceitos de Reforma Agrária e Luta Pela Terra, 2021

| | |
|-------------------------|---|
| Reforma Agrária | Pode ser considerada uma revolução agrária, pois é uma mudança em toda a estrutura fundiária, impedindo a formação de latifúndios e garantindo os direitos de posse, uso e propriedade da terra. Para que ocorra a reforma agrária é necessário que esteja presente em um plano de nação, que no caso Brasileiro romperia com a opção pelos latifúndios identificada desde a colonização. |
| Reforma Agrária Popular | Bandeira defendida pelo MST, que vai muito além de repartir a terra concentrada, e sim de garantir a todos os que vivem e trabalham na terra o direito de serem regularizados. Defendendo que as terras tenham como principal função a produção de alimentos saudáveis. |
| Luta pela Terra | Está inserida na reforma agrária e em muitos casos é através da luta pela terra que se sustenta e é pautada a reforma agrária. Como no caso brasileiro, onde não houve reforma agrária, mas a luta pela terra existe e através dela já houve a reforma de alguns territórios. |

Elaboração própria, com base no referencial teórico deste subcapítulo

Ambos os termos esclarecidos fazem parte do debate da questão agrária, assim como os sujeitos dessa história, que lutam pela terra e pautam a importância da reforma agrária no espaço rural no qual vivem.

Este espaço rural é composto por uma diversidade de trabalhadores e trabalhadoras rurais que utilizam a terra como meio de sobrevivência, que existem e resistem em meio aos latifúndios que utilizam a terra como capital. Com culturas e nomenclaturas distintas: agricultores familiares camponeses, indígenas, povos tradicionais, quilombolas, ribeirinhos, colonos, pequenos agricultores, pescadores, dentre vários outros. Estes, embora tenham ficado em um segundo plano no processo produtivo e estejam subordinados às grandes propriedades, existem e resistem desde a invasão realizada em 1500 (MIRALHA, 2006).

Neste texto abordaremos o agricultor familiar camponês como o conceito que mais se aproxima dos que lutam pela reforma agrária e que habitam o território da

Cantuquiriguaçu, embora não haja nenhuma definição conceituada. Também cabe ressaltar o que Stoffel (2013) destaca em sua tese quando está conceituando a agricultura familiar:

A agricultura familiar como categoria política não tem uma definição consensuada entre os diferentes autores que a tomam por objeto. Há disputas de espaço com categorias sociais como: colono, camponês, pequeno produtor/proprietário, exploração familiar, produtor familiar (STOFFEL, 2013, p. 28).

A opção nesta pesquisa por juntar os conceitos de camponês e agricultor familiar parte também de uma posição política, pois os diversos estudos que abordam este conceito não definem um consenso sobre as semelhanças e diferenças entre agricultura familiar e campesinato. Alguns autores defendem, o que para muitos é uma ideia ultrapassada, que o fator que os diferencia é a sua interação com os mercados, enquanto o camponês não interage com os mercados o agricultor familiar opera com os mercados (ZACHOW; PLEIN, 2018).

No entanto, Ploeg (2008) afirma que é necessário levar em consideração que a agricultura é dialética, ou seja, se modifica ao longo do tempo, não é algo estável e pragmático, conforme a estrutura social se transforma o agricultor também se transforma. Assim como Ploeg (2008), Wanderley (2004) aborda que o atual agricultor familiar tem suas raízes no camponês, embora tenha se modernizado traz presente em seu trabalho cotidiano os conhecimentos milenares da agricultura manual com um vínculo muito forte com a terra, produzindo para sua subsistência e sobrevivência.

Neste aspecto, segundo Carvalho e Costa (2012) as correntes teóricas que abordam os termos agricultura camponesa e agricultura familiar são hegemonia no campo que se opõe à agricultura empresarial capitalista, pois ambas partem da preservação dos conhecimentos populares e da utilização da mão-de-obra familiar. No entanto as expressões têm uma certa heterogeneidade, enquanto a agricultura familiar é utilizada como enquadramento em lei e acesso às políticas públicas, a agricultura camponesa está relacionada à autonomia dos camponeses em relação à lógica capitalista, sem negar a modernidade (IDEM, 2012).

O termo camponês está relacionado a duas definições complementares: a primeira que identifica o camponês como uma civilização ou cultura e a segunda pela

forma de organização da produção feita pela família (WANDERLEY, 2004). Nesta mesma linha Schneider (2016, p.95) aponta que:

Do ponto de vista sociológico, os agricultores familiares se caracterizam por uma forma social específica de trabalho e produção que se situa em um espaço geográfico definido e que consiste na interação de um grupo familiar, ligado por laços de parentesco, com a terra e os outros meios de produção, do mesmo modo que com outras unidades familiares e grupos sociais.

A agricultura familiar impulsiona economias locais e contribui para o desenvolvimento rural sustentável por estabelecer vínculos entre o agricultor e a terra, mantendo uma sucessão familiar (BITTENCOURT, 2020). Zachow e Plein (2018) assim como Bittencourt (2020) defendem a inegável importância da agricultura familiar para a produção de alimentos e o seu vínculo com a segurança alimentar. Com base nos dados do Censo Agropecuário de 2017, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, 2020) afirma que a agricultura familiar é a principal responsável pela produção de alimentos que vai para a mesa das famílias brasileiras.

Das 15.105.125 pessoas ocupadas em atividade agrícola no Brasil, 10.115.559 (66,97%) estão vinculados diretamente à agricultura familiar, enquanto a agricultura não familiar ocupa 4.989.566 pessoas (33,03%) (IBGE, 2021). Portanto podemos aqui afirmar, que a agricultura familiar embora ocupe apenas 23% da área rural, produz uma diversidade de alimentos e ainda gera mais empregos que a agricultura não familiar que ocupa 77% da área total.

Neste trabalho não chegaremos a uma conclusão teórica sobre as semelhanças e diferenças entre a agricultura familiar e a agricultura camponesa, pois não é o objetivo. Apenas serão trabalhados ambos os conceitos como forma de caracterizar os agricultores e agricultoras que vivem no Território da Cidadania Cantuquiriguaçu. Mas, em virtude da utilização dos dados do IBGE e INCRA o trabalho se limita à definição de agricultura familiar utilizada por estes órgãos, que é determinada pela Lei 11.326/06⁹. Que em seu último decreto Nº 9.064, de 31 de maio de 2017 art. 84, inciso IV, Art. 3º A, da Constituição, determina que uma Unidade Familiar de Produção Agrícola (UFPA) atenda aos seguintes requisitos:

⁹ Esta delimitação se torna necessária uma vez que os dados secundários foram levantados considerando estas definições.

- I - Possuir, a qualquer título, área de até quatro módulos fiscais;
- II - Utilizar, no mínimo, metade da força de trabalho familiar no processo produtivo e de geração de renda;
- III - Auferir, no mínimo, metade da renda familiar de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; e
- IV - Ser a gestão do estabelecimento ou do empreendimento estritamente familiar.” (BRASIL, 2017).

Podemos refletir aqui que com o passar do tempo o camponês foi se modificando, ou seja, mesmo mantendo os conhecimentos tradicionais culturais e políticos o camponês se modificou, e de alguma forma as normativas tentam apagar essa construção histórica alterando a forma com que este camponês é chamado. O agricultor familiar, traz consigo o conhecimento milenar que é passado de geração a geração, embora possa ter se modernizado ainda mantém o vínculo com a terra, a família está envolvida no processo de produção, portanto este tem raízes no campesinato.

Com base na revisão de literatura efetuada, a autora desta monografia compreende que o termo agricultura familiar é uma definição técnica, limitada por lei. Já o termo camponês, que é o mesmo sujeito que se enquadra nas limitações da lei, traz consigo também a resistência desses povos em um sentido mais político. Portanto o agricultor familiar e camponês são os mesmos sujeitos.

Esclarecidos os conceitos de Questão agrária, Estrutura Fundiária, Reforma Agrária, Luta Pela Terra e Agricultura Camponesa Familiar avançamos para o capítulo que aborda a metodologia utilizada para a realização da pesquisa.

3 METODOLOGIA

Em termos metodológicos buscou-se, inicialmente, compreender e apresentar, através de uma pesquisa bibliográfica, os conceitos de questão agrária brasileira e estrutura fundiária, reforma agrária e a luta pela terra, e agricultura familiar camponesa. Em um segundo momento, também utilizando de revisão bibliográfica, realiza-se uma contextualização da ocupação do território estudado destacando a formação social existente. Por fim, é apresentada a estrutura fundiária em municípios do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, observando a evolução a partir de dados secundários dos Censos Agropecuários do IBGE de 1996, 2006 e 2017 e base de dados do INCRA.

A seguir são apresentados três subtópicos que trazem o delineamento das etapas da pesquisa, o procedimento de coleta e análise dos dados e, por fim, as limitações da pesquisa.

3.1 DELINEAMENTO DAS ETAPAS DA PESQUISA

Esta pesquisa é majoritariamente qualitativa, com caráter descritivo, o que segundo Gil (2008, p. 28) tem por “objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”. A pesquisa é ainda exploratória que “têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores” (IDEM, p. 27). Também podemos considerar esta pesquisa como dialética pois estabelece fatos sociais que são influenciados por seus aspectos políticos, econômicos, culturais, (IBIDEM, 2008).

Quanto aos procedimentos, em um primeiro momento é realizada uma revisão bibliográfica de autores como Caio Prado Junior, João Pedro Stedile, Guilherme Delgado, Daniela Dias kühn, Ana Cristina Hammel, Elemar do Nascimento Cezimbra, dentre outros. Nesta etapa o objetivo é conceituar a questão agrária brasileira e estrutura fundiária, reforma agrária e a luta pela terra, agricultura camponesa familiar,

trazendo fenômenos históricos que contribuem para compreender a estrutura fundiária contemporânea.

Em um segundo momento, através do método de revisão bibliográfica é realizada uma caracterização da formação social dos municípios que compõem o Território da Cidadania Cantuquiriguaçu. Nesta foram pesquisadas obras de autores como Arno Bento Mussoi, Luís Claudio Krajevski e Fabio Pontarolo.

Já no terceiro momento foi realizada uma busca de dados nos Censos do IBGE de 1996, 2006 e 2017 e na base de dados do INCRA, que caracterizam a evolução da estrutura fundiária dos municípios do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu realizando uma análise descritiva e exploratória dos dados. E por fim, as considerações finais que apresentam a resposta do problema e o alcance dos objetivos da pesquisa.

3.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

Para a coleta de dados é utilizado o procedimento organizado no quadro 3 que está orientado a partir do objetivo geral da pesquisa e de acordo com os objetivos específicos.

O quadro 3 apresenta como foi realizada a pesquisa para alcançar cada um dos objetivos específicos, perpassando a metodologia e as principais bases de dados que serão utilizadas. A ilustração ainda aponta como são analisados e apresentados os dados coletados.

Na coleta dos dados secundários foram analisados dados disponibilizados pelos Censos Agropecuários do IBGE nas edições de 1996, 2006 e 2017 e outros disponibilizados pelo INCRA. Ao entender essa evolução espera-se que sejam constituídas novas compreensões sobre a estrutura fundiária existente, e compreender como essa impacta no desenvolvimento regional, o qual é um tema de interesse desta pesquisadora.

Quadro 3 - Procedimentos de coleta de dados para o alcance dos objetivos da pesquisa

| | | | |
|--------------------------|---|---|---|
| Objetivo geral | Apresentar a evolução da estrutura fundiária em municípios do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu de 1996 a 2017; | | |
| Objetivos específicos | a) Conceituar as terminologias: questão agrária e estrutura fundiária, reforma agrária e a luta pela terra, agricultura familiar camponesa; | b) Contextualizar a ocupação do território estudado destacando a formação social existente; | c) Caracterizar e apresentar a evolução da estrutura fundiária dos municípios do Território estudado; |
| Procedimento de pesquisa | Pesquisa Bibliográfica; | Pesquisa Bibliográfica; | Coleta de dados; |
| Instrumento de pesquisa | Revisão de Literatura; | Revisão de Literatura; | Levantamento de dados secundários; |
| Análise dos dados | - | | Tabelas e gráficos; |
| Fonte | Livros; Artigos científicos; Trabalhos científicos; Legislação; | Livros; Artigos científicos; Trabalhos científicos; | Base de dados IBGE (Censos Agropecuários 1996, 2006 e 2017) e INCRA; |

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Em relação aos dados coletados no Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA) e INCRA, estes são apresentados em tabelas, gráficos, e são analisados de forma descritiva e exploratória evidenciando as principais informações encontradas que caracterizam a evolução da estrutura fundiária dos 20 municípios do Território estudado.

3.3 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

A pesquisa tem como objetivo apresentar os municípios do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, portanto os resultados não servirão para interpretação de outros recortes territoriais, embora possam ser replicados analisando dados referentes aos outros recortes. A pesquisa não teve como objetivo realizar um levantamento histórico da questão agrária brasileira, do território, ou dos municípios estudados, embora perpassasse o conceito de questão agrária e aspectos históricos

relevantes para poder compreender a estrutura fundiária do território abordado no período de 1996 a 2017.

A formação deste território é muito recente. Os municípios que compõem este território são considerados jovens, muitos deles implementados após o ano de 1990. Portanto, o recorte temporal escolhido está vinculado à disponibilidade de dados nos Censos Agropecuários a partir de 1996. No entanto, para utilizar os dados coletados e sistematizados pelo IBGE, a pesquisa se limitou ao que está disponível no SIDRA e nas definições e divisões pré-estabelecidas por este órgão. Assim como nos limitamos aos dados disponibilizados pelo INCRA sobre as áreas de reforma agrária e em pesquisas realizadas no território que abordaram este tema, pois não será realizada pesquisa com dados primários.

A opção por utilizar dados secundários se deu pela dificuldade de circulação e riscos de contaminação por COVID-19 tanto da pesquisadora como dos pesquisados/entrevistados, vivenciadas ainda diante da Pandemia atual.

Na próxima seção adentramos nos resultados da pesquisa empírica, onde primeiro apresenta-se a formação social dos municípios do TC Cantuquiriguaçu e posteriormente nos dados secundários que apresentam a evolução da estrutura fundiária destes municípios.

4 FORMAÇÃO SOCIAL DO TERRITÓRIO DA CIDADANIA CANTUQUIRIGUAÇU

Nesta seção é contextualizada a constituição do território estudado destacando sua formação social. Utilizando da metodologia de revisão bibliográfica, a construção desse capítulo se deu pela leitura de pesquisas já realizadas sobre o Território da Cidadania Cantuquiriguaçu.

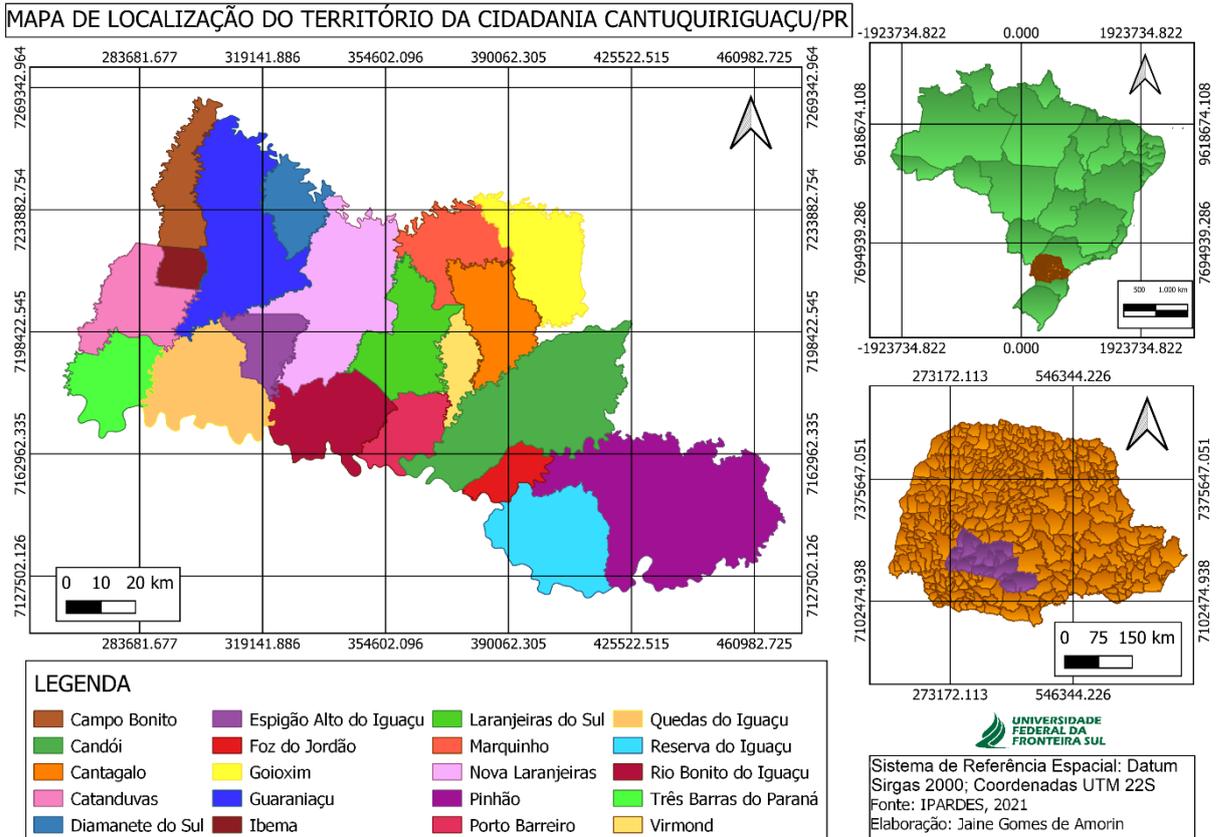
Localizado na mesorregião Centro-Sul e parte na mesorregião Oeste do Estado do Paraná, na região Sul do Brasil (SIT, 2021), no vale dos rios Cantu, Piquiri e Iguaçu que dão origem ao seu nome, estão os municípios que compõem o Território da Cidadania Cantuquiriguaçu. A constituição com esta designação foi consolidada em 2008 através do decreto presidencial que criou o Programa Territórios da Cidadania (PTC)¹⁰ (BRASIL, 2008). Os Territórios foram compostos por municípios que apresentavam características em comum, - baixo índice de desenvolvimento humano e baixo dinamismo econômico - e que juntos, gradualmente, através da cooperação poderiam se desenvolver (SOUZA, HESPANHOL, 2021). O território em questão é marcado pela desigualdade e pobreza, sendo o segundo mais pobre do estado do Paraná (KRAJEVSKI, 2018).

O território é composto por 20 municípios e possui uma área de 13.947,74 km² - o que equivale a 7% do território do Paraná - (IPARDES, 2007; IBGE, 2021) e uma população estimada pelo IBGE, em 2021, de 236.440 pessoas equivalente a 2,04% da população estimada do Paraná, a qual é de 11.597.484 pessoas (IBGE, 2021).

Os municípios que compõem o território estudado são: Campo Bonito, Candói, Cantagalo, Catanduvas, Diamante do Sul, Espigão Alto do Iguaçu, Foz do Jordão, Goioxim, Guaraniaçu, Ibema, Laranjeiras do Sul, Marquinho, Nova Laranjeiras, Pinhão, Porto Barreiro, Quedas do Iguaçu, Reserva do Iguaçu, Rio Bonito do Iguaçu, Três Barras do Paraná e Virmond (SIT, 2021). Na imagem 1 pode ser visualizada a sua distribuição, com os 20 municípios integrantes e sua localização no estado do Paraná e no Brasil.

¹⁰ Os PTCs foram constituídos como um aprimoramento do Programa Territórios Rurais, iniciado em 2003. No entanto, agora abrangendo o desenvolvimento territorial, rural e urbano conjuntamente, com o objetivo de reduzir as desigualdades sociais e regionais, através da cooperação e solidariedade (BENSON; ALLEBRANDT, 2014).

Imagem 1 - Mapa De Localização Do Território Da Cidadania Cantuquiriguaçu



Fonte: Elaboração própria, 2022

Em relação à origem de cada um dos vinte municípios, no quadro 4, é possível observar estas informações, replicadas a partir da sistematização de Krajevski (2018). Embora os municípios sejam relativamente jovens todos foram, direta ou indiretamente, desmembrados do município de Guarapuava - Campos de Guarapuava - que tem mais de 200 anos (KRAJEVSKI, 2018). Sendo Laranjeiras do Sul o mais velho, criado e instalado em 1946.

Em abril de 1871, a região dos Campos de Guarapuava elevou-se à categoria de município, sendo então a maior municipalidade em termos de área do Estado do Paraná, com 175.000 km², que posteriormente foi desmembrado em diversos outros municípios. “Com o passar dos anos, o território de Guarapuava foi se desmembrando em vários outros municípios, não somente os que compõem o Território Cantuquiriguaçu” (KRAJEVSKY, 2018, p. 164). Ainda segundo o autor, com base em IPARDES (2017), mesmo com os desmembramentos, Guarapuava segue sendo o maior município paranaense em extensão territorial com 3.177,598 km².

Quadro 4 – Municípios atuais, municípios originários, ano de emancipação e ano de instalação

| Município atual | Município de origem | Ano de criação | Ano de instalação |
|------------------------|----------------------------|-----------------------|--------------------------|
| Campo Bonito | Guaraniaçu | 1986 | 1989 |
| Candói | Guarapuava | 1990 | 1993 |
| Cantagalo | Guarapuava | 1982 | 1983 |
| Catanduvras | Laranjeiras do Sul | 1960 | 1961 |
| Diamante do Sul | Guaraniaçu | 1990 | 1993 |
| Espigão Alto do Iguaçu | Quedas do Iguaçu | 1994 | 1997 |
| Foz do Jordão | Candói | 1995 | 1997 |
| Goioxim | Cantagalo | 1995 | 1997 |
| Guaraniaçu | Laranjeiras do Sul | 1951 | 1952 |
| Ibema | Catanduvras | 1989 | 1990 |
| Laranjeiras do Sul* | TFI (Guarapuava) | 1946 | 1946 |
| Marquinho | Cantagalo | 1995 | 1997 |
| Nova Laranjeiras | Laranjeiras do Sul | 1990 | 1993 |
| Pinhão | Guarapuava | 1964 | 1965 |
| Porto Barreiro | Laranjeiras do Sul | 1995 | 1997 |
| Quedas do Iguaçu | Laranjeiras do Sul | 1967 | 1968 |
| Reserva do Iguaçu | Pinhão | 1995 | 1997 |
| Rio Bonito do Iguaçu | Laranjeiras do Sul | 1990 | 1993 |
| Três Barras do Paraná | Catanduvras | 1980 | 1983 |
| Virmond | Laranjeiras do Sul | 1990 | 1993 |

Fonte: Krajevski (2018, p. 173)

*Criado com o nome de Iguaçu, alterado para Laranjeiras do Sul em 1947.

Como pode ser visto no quadro 4, os primeiros municípios da região que se emanciparam se desmembraram de Guarapuava e posteriormente os demais se desmembraram destes primeiros municípios criados. Ou seja, a origem dos municípios do território se dá pelo desmembramento do município de Guarapuava, antes Campos de Guarapuava, que foram, segundo o sítio governamental de Guarapuava, descobertos em 1770, com uma área de 175.000 km² que se estendia até a fronteira com a Argentina. No entanto, foi somente a partir de 1810 que se

iniciaram as expedições e a primeira fase de ocupação desta área para a agricultura que vai até meados de 1840.

Nesta primeira fase, segundo Pontarolo (2019), a estratégia da coroa foi distribuir sesmarias para grandes proprietários de terras dos Campos Gerais¹¹. Somado a isso, havia o surgimento de povoados pobres nesta região e a tentativa de civilizar os povos indígenas, considerados 'selvagens' pela coroa. Já a considerada segunda fase de ocupação possibilitou o aumento de povoados pobres, a partir de 1840, com a abertura do caminho das missões que ligavam o extremo sul da província de São Paulo com a região das Missões na Província do Rio Grande do Sul (PONTAROLO, 2019).

Assim como Pontarolo (2019), Krajevsky (2018) afirma que estas terras dos Campos de Guarapuava, descobertas pela coroa no final do século XVII, eram originalmente habitadas por tribos indígenas. Havia nesta região tribos Indígenas Kaingang e que durante o século XVIII, liderado por líderes missionários da igreja católica, houve um processo de 'civilização' através do catecismo (PONTAROLO, 2019). Ou seja, estes povos originários eram doutrinados e até mesmo expulsos de suas terras para que se considerasse que o espaço estava ocupado de fato.

Segundo Hammel (2020)¹², os Campos de Guarapuava eram formados por diversas outras subdivisões e dentre estas estavam os Campos de Laranjeiras, na mesorregião Centro Sul, com parte do Oeste e Sudoeste do atual Paraná.

Os denominados Campos de Laranjeiras eram habitados por povos originários e caboclos que viviam, em sua grande maioria, das condições que a natureza fornecia, como o cultivo do milho e a criação de animais, e tendo pouco acesso à organização social da Coroa portuguesa, do Império e depois da própria da República (HAMMEL, 2020, p. 56).

Oliveira O. (1999), segundo Hammel (2020), apresenta que as terras nesta região tiveram seus primeiros registros, não muito precisos e ordenados pelo padre na freguesia de Guarapuava, através das chamadas cartas paroquiais, entre os anos de 1853 e 1924.

Essa organização ocasionou conflitos pelo uso e posse da terra, sobretudo após a Lei de Terras de 1850, nos imóveis Xagu (conhecido nessa época

¹¹ Região de Castro, onde havia maior concentração de sesmarias do Paraná, na época província de São Paulo.

¹² Que tem como parte de suas referências Fabio Pontarolo.

como terra dos índios bravos), Fazenda Laranjeiras, Colônia Adelaide, Andradas, Pinhal Ralo e Rio das Cobras, entre outros, cujas ocupações apresentam inúmeras similaridades e convergências (HAMMEL, 2020, p. 56).

Impactando diretamente na vida dos indígenas, caboclos, camponeses que viviam nos Campos de Laranjeiras, o Decreto nº 10.432 de 4 de novembro de 1889, estabelecia a concessão de terras para a Companhia de Construção de Estradas de Ferro São Paulo - Rio Grande (EFSPRS) (HAMMEL, 2020). Ainda segundo a autora, com base em Feres (1990), em 1920 foram repassados para a companhia 2.614.335 ha e em 1929 foram titulados mais 2.500.000 ha em nome do grupo da companhia férrea. Estas ações acabaram formando diversos latifúndios que foram posteriormente vendidos a outros grupos (HAMMEL, 2020).

Outro marco importante para a formação do que hoje é o Território da Cidadania Cantuquiriguaçu se deu em 13 de setembro de 1943, quando foi instituído pelo decreto nº 5.812, o Território Federal do Iguaçu (TFI) que foi destituído em 1946 (MUSSOI, 2015). Segundo Mussoi (2015), enquanto vigorou, o TFI abrangeu os Campos de Laranjeiras e parte do Oeste de Santa Catarina, e tinha como objetivo assegurar a área de fronteira com Paraguai e Argentina, correspondendo a 65.854 Km².

Dentre os municípios que compunham o TFI estava a capital do território, Iguaçu, que em 1947 passou a se chamar Laranjeiras do Sul, sendo esta como já visto, no quadro 4, uma desmembração de Guarapuava. Com o passar do tempo Laranjeiras do Sul foi se desmembrando dando origem a outros 12 municípios. No quadro 4 é possível visualizar que do total de 20 municípios, 6 (Espigão Alto do Iguaçu, Foz do Jordão, Goioxim, Marquinho, Porto Barreiro e Reserva do Iguaçu) foram instalados em 1997. Portanto, nos dados do Censo Agropecuário de 1996 estão incluídos nas informações de seus municípios de origem (Quedas do Iguaçu, Cândói, Cantagalo, Laranjeiras do Sul e Pinhão).

Outros aspectos relevantes sobre a formação deste território são elencados por Krajevski (2018), tais como a existência da ferrovia que liga Cascavel e Guarapuava e as duas rodovias que cortam o território, sendo elas: “BR 277 sentido leste ↔ oeste, que liga Foz do Iguaçu ao litoral paranaense, e a BR 158, que atravessa o Paraná no sentido norte ↔ sul, são as mais relevantes” (p. 176). Além destas, as usinas hidrelétricas que usufruem do potencial hídrico dos rios são extremamente relevantes.

De um total de 15 usinas instaladas no território ou no entorno, oito estão dentro de municípios do TC Cantuquiriguaçu e sete em municípios vizinhos. Essas usinas têm grande impacto nos municípios do território e no estado do Paraná pela capacidade de produção de energia elétrica. No quadro 5, sistematizado por Krajevski (2018) podem ser observadas as usinas instaladas nos municípios do território.

Quadro 5 - Usinas Hidrelétricas com atividades no Território Cantuquiriguaçu

| Usina | Município(s) | Rio |
|---|-----------------------------------|--------|
| Gov. Bento Munhoz da Rocha (Foz do Areia) | Guarapuava, Mangueirinha e Pinhão | Iguaçu |
| Salto Osório | Quedas do Iguaçu | Iguaçu |
| Salto Santiago | Saudade do Iguaçu ¹³ | Iguaçu |
| Gov. Ney Aminthas de Barros Braga (Segredo) | Guarapuava, Mangueirinha e Pinhão | Iguaçu |
| Barra | Candói | Jordão |
| Fundão | Foz do Jordão e Pinhão | Jordão |
| Santa Clara | Candói e Pinhão | Jordão |
| Salto Curucaca | Candói e Guarapuava | Jordão |

Fonte: Krajevski (2018)

Embora as usinas desempenhem um papel fundamental na produção de energia elétrica para o Paraná (KRAJEVSKI, 2018) elas também são responsáveis pela retirada de milhares de camponeses de suas terras.

Assim, a formação social deste território se deu por inúmeros conflitos de terras devido à concentração fundiária. Seja pelas sesmarias nos Campos de Guarapuava, seja pela doação de terras ordenadas pela igreja, e até mesmo a titulação de terras de forma ilegal com as chamadas grilagens¹⁴ (CEZIMBRA, 2021). Dentre os conflitos existentes, para além da resistência dos que aqui já viviam, está a luta pela terra realizada pelo MST.

Como já visto anteriormente o MST nasceu em 1984 no Oeste paranaense e logo se espalhou por todo o território brasileiro. Chegando ainda nos anos de 1980 em municípios que posteriormente formariam o TC Cantuquiriguaçu. “O MST no final

¹³ Apesar do município Saudade do Iguaçu não integrar o Território Cantuquiriguaçu, alguns municípios que integram o TC tiveram áreas alagadas em virtude da construção desta Usina (KRAJEVSKI, 2018).

¹⁴ Falsificação de documentos de terras.

dos anos de 1980 passou a atuar na região, e em poucos anos obteve dezenas de assentamentos” (CEZIMBRA, 2021, p. 111). Sendo que a ocupação mais marcante realizada pelo MST neste território, com repercussão internacional e um registro (IMAGEM 1) memorável do fotógrafo Sebastião Salgado intitulado por ele no livro Terra (1997) como ‘A Luta Pela Terra: A Marcha De Uma Coluna Humana’, ocorreu na madrugada do dia 17 de abril de 1996¹⁵ (MST, 2021). Na ocasião mais de 3 mil famílias Sem Terra, cerca de 12 mil pessoas, quebram as correntes do maior latifúndio do Sul do Brasil, ocupando 93 mil hectares de terras griladas pela Empresa Giacometti Morandini, atual madeireira Araupel S/A (IDEM, 2021).

Figura 1 – Obra ‘A Luta Pela Terra: A Marcha De Uma Coluna Humana’ de Sebastião Salgado – ocupação MST 1996



Fonte: MST, 2021

Após sucessivas ocupações neste território grilado, são reformados 54 mil hectares até os primeiros anos do século XXI que voltam a ser ocupados no ano de 2014 e ainda hoje as novas ocupações seguem em conflito (CEZIMBRA, 2013). Além deste extenso latifúndio, diversas outras áreas improdutivas foram sendo ocupadas na região. Como pode ser visualizado na tabela 3, entre 1984 e 1995 são

¹⁵ Neste mesmo dia, no Pará, ocorreu o massacre de Eldorado dos Carajás, onde 19 Sem Terra foram assassinados pela Polícia Militar do Estado do Pará. Assistir: https://www.youtube.com/watch?v=n59th4opL_E.

implementados 29 Assentamentos, assentando 963 famílias em uma área de 23.435,20 hectares. Já a partir do ano de 1996 até 2017¹⁶ foram 22 Assentamentos executados assentando 3.430 famílias em 75.040,11 hectares de terra. Ao todo foram reformados 98.475,31 hectares de terra e assentadas 4.393 famílias entre 1984 e 2017.

Tabela 2 - Período, número de assentamento, hectares e famílias assentadas, nos municípios do TC Cantuquiriguaçu, entre os anos de 1984 a 2017

| Período | Assentamentos | Área (há) | Famílias Assentadas |
|-------------|---------------|-------------|---------------------|
| TOTAL | 51 | 98.475,32 | 4.393 |
| 1987 - 1995 | 29 | 23.435,20 | 963 |
| 1996 - 2017 | 22 | 75.040,1142 | 3.430 |

Fonte: INCRA (2021)

O MST começou a atuar na região em 1987¹⁷ e é responsável pela maior parte dos territórios reformados nesses municípios. Atualmente segundo o MST são aproximadamente 2.700 famílias acampadas em 31 áreas de conflitos em 10 municípios. Para além da luta realizada bravamente pelas famílias Sem Terra, esta região possui dois Territórios Indígenas (TI), Rio das Cobras, localizado no município de Nova Laranjeiras, e Boa Vista, localizado em Laranjeiras do Sul (TERRA INDIGENA NO BRASIL, 2021).

Embora haja diversos processos de resistência e de terras reformadas, esta pesquisadora observou, em pesquisa realizada anteriormente e já aqui mencionada, a enorme concentração fundiária existente neste território, despertando a curiosidade para entender melhor a evolução da estrutura fundiária na região.

Assim, partindo levantamento bibliográfico que resultou nos capítulos 2 e 4 desta monografia, no próximo capítulo o foco adentra nos resultados alcançados a partir da busca de informações na base de dados do SIDRA/IBGE e INCRA para apontar sobre a estrutura fundiária existente nos municípios do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu.

¹⁶ Período abordado nesta pesquisa.

¹⁷ Ano em que o MST inicia as ocupações de terra no município de Cantagalo (CEZIMBRA, 2013).

5 EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA DO TERRITÓRIO DA CIDADANIA CANTUQUIRIGUAÇU

Neste capítulo serão apresentados os dados coletados dos 20 municípios que compõem o Território da Cidadania Cantuquiriguaçu em ordem alfabética e evidenciando os resultados de alguns municípios mais do que outros, devido a relevância dos dados. Como forma de alcançar melhor organização serão apresentados, na sessão 1, os dados de cada um dos municípios e na seção 2 será apresentado o resultado geral para o Território e uma breve comparação com Paraná e Brasil.

Os municípios que compõem o território estudado são: Campo Bonito, Candói, Cantagalo, Catanduvas, Diamante do Sul, Espigão Alto do Iguaçu, Foz do Jordão, Goioxim, Guaraniaçu, Ibema, Laranjeiras do Sul, Marquinho, Nova Laranjeiras, Pinhão, Porto Barreiro, Quedas do Iguaçu, Reserva do Iguaçu, Rio Bonito do Iguaçu, Três Barras do Paraná e Virmond (SIT, 2021). O critério para organizar a apresentação dos municípios se deu pela ordem alfabética, com exceção dos municípios que foram desmembrados em 1997, estes estão na sequência do município 'mãe'.

Antes de adentrar nos dados de cada município consideramos relevante trazer os dados coletados no Censo Agropecuário de 2017 sobre a concentração fundiária brasileira, e como está se replica na região Sul, no Paraná e no Território da Cidadania Cantuquiriguaçu. Na tabela 2¹⁸, evidencia-se o número de estabelecimentos agrícolas familiares e não familiares e a área ocupada (em hectares) nestes locais.

¹⁸ Embora a pesquisa realizada e já aqui mencionada aborde também o estado do Rio Grande do Sul e um de seus territórios da Cidadania, o Noroeste Colonial, aqui não serão evidenciados dados deste estado e território.

Tabela 3 - Número de estabelecimentos agrícolas familiares e não familiares e área ocupada (em hectares) no Brasil, Região Sul, Paraná e Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, em 2017¹⁹

| Abrangência | Estabelecimentos Agropecuários | Total | Agricultura Não Familiar (Capitalista/patronal) | | Agricultura Familiar (Camponesa) | |
|-----------------|--------------------------------|-------------|---|--------------|----------------------------------|--------------|
| | | | | | | |
| Brasil | Unidade | 5.073.324 | 1175916 | 23,17 | 3.897.408 | 77,82 |
| | Área | 351.289.816 | 270398732 | 76,97 | 80.891.084 | 23,02 |
| Sul | Unidade | 853.314 | 187547 | 21,97 | 665.767 | 78,02 |
| | Área | 42.875.310 | 31.382.790 | 73,20 | 11.492.520 | 26,80 |
| Paraná | Unidade | 305.154 | 76.266 | 24,99 | 228.888 | 75,01 |
| | Área | 14.741.967 | 11.182.128 | 75,85 | 3.559.838 | 24,14 |
| Cantuquiriguaçu | Unidade | 24.782 | 5274 | 21,28 | 19.508 | 78,71 |
| | Área | 1.070.874 | 766.419 | 71,56 | 304.456 | 28,43 |

Fonte: IBGE (2021)

Com base na tabela 2 observa-se que existe uma concentração fundiária oriunda da não realização da reforma agrária no Brasil que impacta diretamente o desenvolvimento e a formação da estrutura fundiária do país e de suas sub-regiões. Com base nesses dados surge a curiosidade de compreender como se deu a evolução da estrutura fundiária dos municípios do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu e mudanças ocorridas entre os anos de 1996 e 2017.

5.1 EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA DOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM O TC CANTUQUIRIGUAÇU²⁰

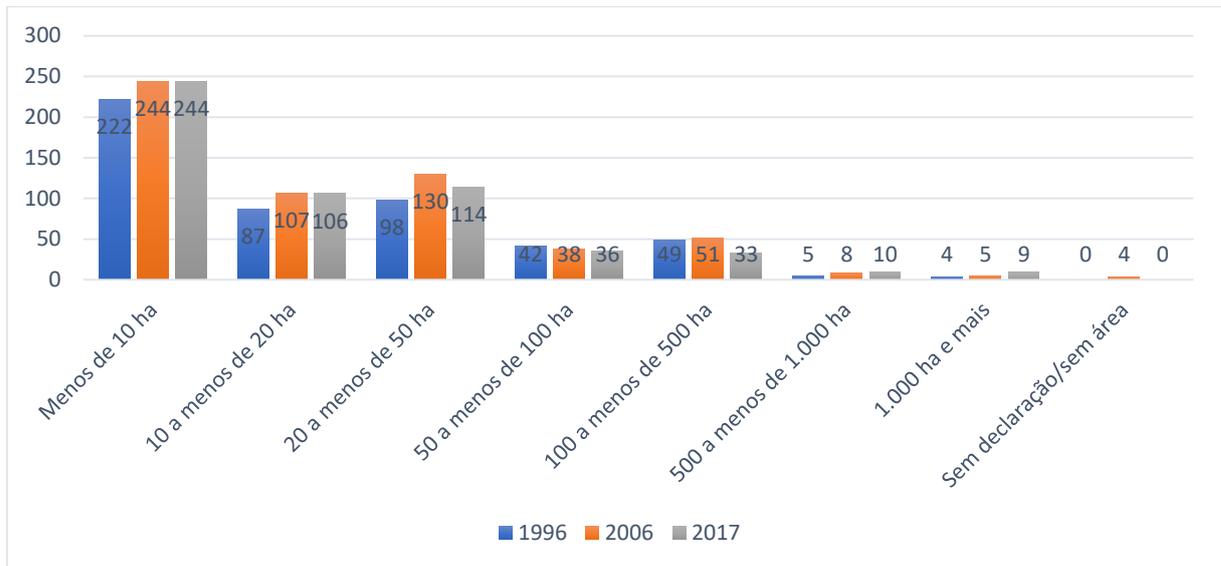
Iniciaremos com o município de **Campo Bonito**, que tem uma área de 433,832 km² e uma população estimada de 3.694 pessoas (IBGE, 2021) o município foi

¹⁹ Na tabela 3 são apresentados dados absolutos e relativos

²⁰ IBGE explica que os dados das Unidades Territoriais com menos de 3 (três) informantes estão desidentificados com o caracter X. No entanto para conseguir realizar a análise foi estimado com base nos demais dados apresentados pelo IBGE quais seriam os possíveis números desidentificados, colocando dados estimados nas tabelas 4 até a 24. Os dados estão mantidos em vermelho.

implementado em 1989 após desmembrar-se de Guaraniaçu (KRAJEWSKI, 2018). Possui um PA implementado em 1993, que assentou 48 famílias em uma área de 946,79 hectares. O Município também conta com a implementação de dois Projetos de Reassentamento de Barragem²¹, os quais aconteceram no ano de 2005 que reformaram 3.406,5 hectares de terra onde 89 famílias foram reassentadas (INCRA, 2021).

Gráfico 2 - Número de estabelecimentos por área total, do município de Campo Bonito/PR, em 1996, 2006, 2017



Fonte: Elaboração própria, IBGE (2021)

No gráfico 1 e na tabela 4 é possível visualizar que embora tenha ocorrido a reforma de algumas áreas, não mudou a estrutura fundiária do município. O grupo das áreas com menos de 10 hectares obteve uma área a mais em 2006 em comparação com 1996 e se manteve no mesmo número até 2017. Mas diminuiu 1,73% da área total do grupo. Nos estabelecimentos com áreas entre 10 e 20 hectares houve um aumento de 22,98% (20) unidades e 0,49% de área, podendo considerar que este aumento se dá pela implementação do PA.

Já na outra ponta, quando olhamos as unidades com áreas de 500 a 1.000 hectares é possível ver que dobrou o número de estabelecimentos entre 1996 e 2017, o qual passou de 5 para 10, aumentando 6,44% de abrangência da área total da do

²¹ A implantação é de competência dos empreendedores e o Incra reconhece como beneficiário do PNRA, quando eles passam a ter direito ao Pronaf A, Assistência Técnica Social e Ambiental (ATES) e Pronera (INCRA, 2022).

município entre os mesmos anos. Do mesmo modo os estabelecimentos com mais de 1.000 hectares, cujo número passou de 4 unidades em 1996 para 5 em 2006 e 9 em 2017. Aumentando 8,28% da área, em 1996 representava 27,91% e passou a representar, em 2017, 36,19% da área total do município

Tabela 4 - Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares) por grupos de área total, do município de Campo Bonito/PR, em 1996, 2006, 2017²²

| Grupos de área total a cada ano | 1996 | | 2006 | | 2017 | | 1996 - 2017 |
|---------------------------------|------------------|-------|---------------|-------|---------------|-------|--------------|
| | Unidades | % | Unidades | % | Unidades | % | Varição % |
| Menos de 10 ha | 1.355,23 | 4,19 | 917 | 2,54 | 944 | 2,46 | -1,73 |
| 10 a menos de 20 ha | 1.242,64 | 3,84 | 1.642 | 4,54 | 1.661 | 4,33 | 0,49 |
| 20 a menos de 50 ha | 2.981,29 | 9,21 | 3.869 | 10,70 | 3.544 | 9,25 | 0,03 |
| 50 a menos de 100 ha | 2.861,00 | 8,84 | 2.692 | 7,44 | 2.647 | 6,91 | -1,94 |
| 100 a menos de 500 ha | 11.311,04 | 34,96 | 13.115 | 36,27 | 8.960 | 23,38 | -11,58 |
| 500 a menos de 1.000 ha | 3.574,34 | 11,05 | 5.536 | 15,31 | 6.701 | 17,48 | 6,44 |
| 1.000 há e mais | 9.030,28 | 27,91 | 8.388 | 23,20 | 13.869 | 36,19 | 8,28 |
| Sem declaração | - | - | - | - | - | - | - |
| Total | 32.355,81 | | 36.159 | | 38.326 | | 18,45 |

Fonte: IBGE (2021)

Na tabela 4 é possível acompanhar que a área em ha do município aumentou 18,45% entre 1996 e 2017, mas que as terras se concentram nos estabelecimentos com mais de 500 ha. Portanto, embora o município tenha aumentado o número de estabelecimentos, é constatado que a concentração de terras neste município se intensifica ao longo dos anos.

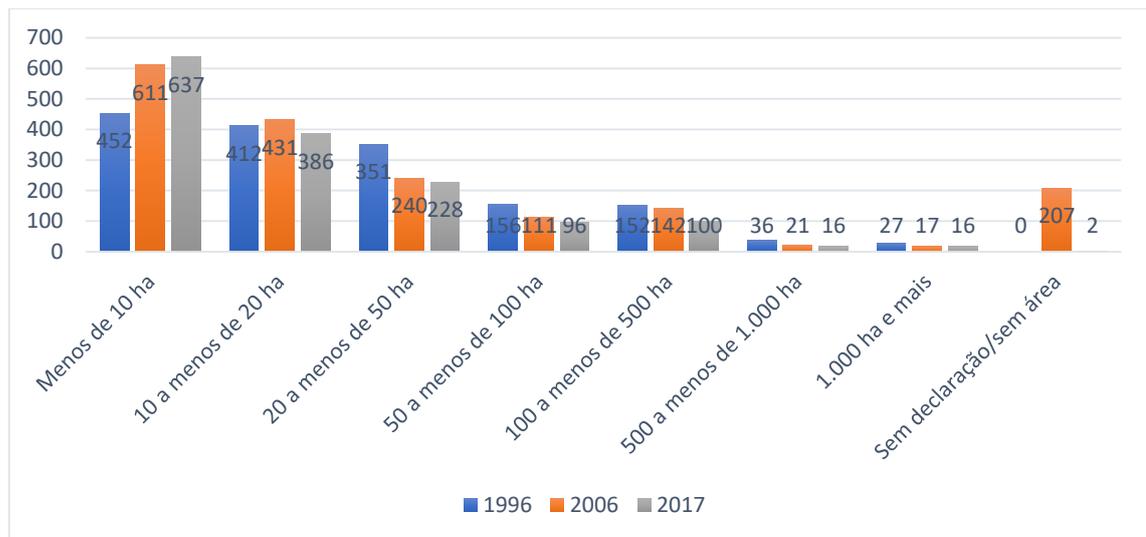
O município de **Candói** foi desmembrado de Guarapuava e implementado em 1993 (KRAJEWSKI, 2018), possuindo uma área de 1.512,786 km² e uma população estimada de 16.126 habitantes (IBGE, 2021). Possui seis PAs implementados no município, sendo um deles no Projeto de Assentamento Casulo (PC)²³ implementado em 1984. Em 1986, anterior ao período aqui abordado, é criado o primeiro PA do

²² Na tabela 4 são apresentados dados absolutos e relativos.

²³ Projeto de Assentamento criado pelo município ou pela União. Modalidade revogada pela Portaria Incra nº 414, de 11 de julho de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 12 de julho de 2017 (INCRA, 2022, NÃO PAGINADO).

município, dois em 1999, um em 2001 e o último em 2010. Os seis assentamentos reformaram 4.165,65 hectares de terra, assentando 246 famílias. Dentre os seis, os 4 últimos, criados no período abordado neste estudo, assentaram 143 famílias reformando 2.597,65 hectares (INCRA, 2021). No gráfico 2 podemos ver a evolução da estrutura fundiária deste município.

Gráfico 3 - Número de estabelecimentos por área total, do município de Candói/PR, em 1996, 2006, 2017



Fonte: Elaboração própria, IBGE (2021)

Ao observar o gráfico 2, podemos visualizar um aumento de 35,18% no número de estabelecimentos com menos de 10 hectares, que passaram de 452 unidades em 1996, para 611 em 2006 e um aumento de mais 5,75% chegando a 637 unidades em 2017. No entanto, na tabela 5 é possível identificar que a área em ha ocupada por essa faixa aumentou somente 0,72%. Já nos estabelecimentos com áreas entre 10 e 20 hectares há um aumento de 19 unidades (4,61%) entre 1996 e 2006, no entanto para 2017 esse número diminuiu em 45 unidades (-6,31%), mesmo assim a faixa aumentou 1,92% de área ocupada no município entre 1996 e 2017.

Nas unidades com áreas de 20 a 50 ha ocorre uma diminuição do número de unidades, passou de 351 em 1996 para 228 em 2017, totalizando uma diminuição de 35,04% no número de unidade, mas manteve o mesmo percentual de área ocupada do total do município, aumentando 0,07%²⁴. Assim como no número de

²⁴ A queda no número de unidades e estabilidade na área ocupada se dá pela desmembração do município de Foz do Jordão em 1997.

estabelecimentos com áreas acima de 50 a menos de 100 ha, os quais passaram de 156, em 1996, para 96 em 2017, indicando uma queda de 38,46%, diminuindo sua área total em apenas 0,15%.

Tabela 5 - Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares) por grupos de área total, do município de Candói/PR, em 1996, 2006, 2017²⁵

| Grupos de área total a cada ano | 1996 | | 2006 | | 2017 | | 1996 - 2017 |
|---------------------------------|-------------------|-------|---------------|-------|---------------|-------|---------------|
| | Unidades | % | Unidades | % | Unidades | % | Variação % |
| Menos de 10 ha | 2441,456 | 1,65 | 2.327 | 2,37 | 2.246 | 2,37 | 0,72 |
| 10 a menos de 20 ha | 5962,567 | 4,04 | 6.137 | 6,25 | 5.633 | 5,95 | 1,92 |
| 20 a menos de 50 ha | 11071,598 | 7,49 | 7.432 | 7,57 | 7.157 | 7,57 | 0,07 |
| 50 a menos de 100 ha | 10892,197 | 7,37 | 7.754 | 7,90 | 6.833 | 7,22 | -0,15 |
| 100 a menos de 500 ha | 35182,327 | 23,81 | 28.967 | 29,52 | 21.343 | 22,56 | -1,25 |
| 500 a menos de 1.000 ha | 26735,42 | 18,10 | 14.420 | 14,69 | 11.499 | 12,16 | -5,94 |
| 1.000 ha e mais | 55456,459 | 37,54 | 31.095 | 31,69 | 39.888 | 42,17 | 4,63 |
| Sem declaração | - | - | - | - | - | - | - |
| Total | 147.742,02 | | 98.132 | | 94.599 | | -35,97 |

Fonte: IBGE (2021)

O número de estabelecimentos com áreas de 50 a 100 ha diminuiu 0,15% da área ocupada e 34,21% do número de unidades entre 1996 e 2017. As unidades com áreas acima de 500 e com menos de 1.000 ha diminuem em 55,56% da unidade e 5,94% da área, de 36 unidades agrícolas em 1996, passaram para 21 em 2006 e 16 em 2017. Em relação ao número de estabelecimentos com áreas acima de 1.000 ha, este de 27 unidades em 1996, passou para 17 em 2006 e 16 em 2017, resultando numa queda de 40,74% das unidades. No entanto, no percentual do município estes estabelecimentos tiveram um aumento de 4,63% de área ocupada. Embora tenha diminuído em unidades, a área ocupada aumentou, ou seja, concentrou mais terras nas unidades já existentes.

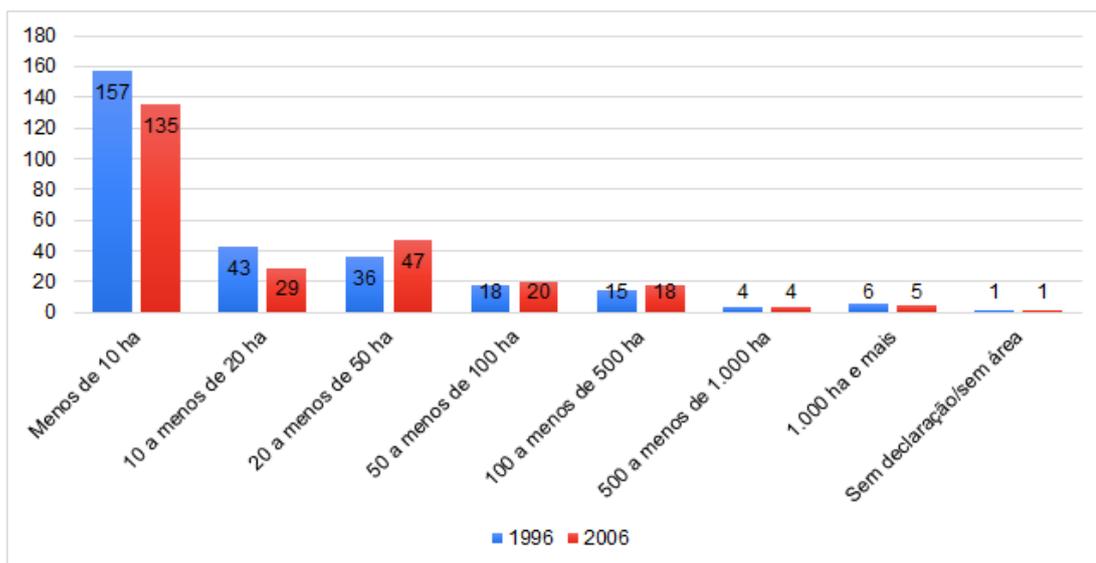
Ao fazer uma comparação entre o número total de unidades de estabelecimentos agropecuários em Candói é possível observar que há uma redução

²⁵ Na tabela 5 são apresentados dados absolutos e relativos.

de 6,62% no número de unidades de 1996 para 2017. No entanto, entre 1966 e 2006 há um aumento de 12,23% (passou de 1586 para 1780 unidades) e uma queda de 18,85% entre 2006 e 2017. Portanto, essa queda do número de unidades ao longo dos anos não pode ser explicada pelo desmembramento do município de Foz do Jordão, ocorrida em 1996, cujas informações estão apresentadas na sequência.

Foz do Jordão se instalou oficialmente como município somente no ano de 1997, após seu desmembramento de Candói (KRAJEWSKI, 2018), sendo assim os dados deste município para o ano de 1996 estão inclusos no município de origem. Foz do Jordão conta na atualidade com uma área de 235,382 km² e uma população estimada em 4.466 pessoas (IBGE, 2021) e não possui nenhum PA (INCRA,2021).

Gráfico 4 - Número de estabelecimentos por e área total, do município de Foz do Jordão, em 1996, 2006, 2017



Fonte: Elaboração própria, IBGE (2021)

É possível observar no gráfico 3 e na tabela 6 que o número de estabelecimentos agropecuários com áreas de até 20 ha diminuiu em 18% (de 200 para 164 unidades) e diminuiu 0,59% da área abrangida entre 2006 e 2017. Já os estabelecimentos com áreas acima de 1.000 ha que diminuíam de 6 para 5 unidades (-16,67%), mas aumentaram 17,23% da área total do município ocupada por este grupo. Já o número de estabelecimentos com áreas de 20 a 50 ha aumentaram 30,56%, de 36 para 47 unidades e diminuíam 1,28% da área ocupada no município. Na faixa entre 100 e 500 ha o número de unidades aumentou em 20%, passando de 15 em 2006

para 18 em 2017 e aumentou 4,18% da área ocupada no município. Nas unidades cujas áreas estão entre 500 e 1.000 ha não sofreram alterações, se mantendo em 4 unidades, enquanto na faixa acima de 1000 hectares o censo indica a redução em uma unidade (de 6 para 5 estabelecimentos) e um aumento de 17,23% no total de área do município ocupada por essa faixa.

Tabela 6 - Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares) por grupos de área total, do município de Foz do Jordão/PR, em 2006, 2017²⁶

| Grupos de área total | 2006 | | 2017 | | 1996 - 2017 |
|-------------------------|---------------|-------|---------------|-------|--------------|
| | Unidades | % | Unidades | % | Variação % |
| Menos de 10 ha | 473 | 2,19 | 413 | 1,61 | -0,59 |
| 10 a menos de 20 ha | 589 | 2,73 | 374 | 1,45 | -1,28 |
| 20 a menos de 50 ha | 1.168 | 5,42 | 1.468 | 5,71 | 0,29 |
| 50 a menos de 100 ha | 1.193 | 5,54 | 1.469 | 5,71 | 0,18 |
| 100 a menos de 500 ha | 2.995 | 13,90 | 4.651 | 18,08 | 4,18 |
| 500 a menos de 1.000 ha | 2.532 | 11,75 | 2.651 | 10,31 | -1,44 |
| 1.000 ha e mais | 12.600 | 39,90 | 14.695 | 57,13 | 17,23 |
| Sem declaração | - | - | - | - | - |
| Total | 21.550 | | 25.721 | | 19,35 |

Fonte: IBGE (2021)

Assim como Cândói, entre 2006 e 2017 Foz do Jordão tem uma queda de 7,5% no número total de estabelecimentos agropecuários, no entanto tem um aumento de 19,35% da área agrícola. A tabela 6 aponta que houve concentração de terras nos estabelecimentos com mais de 1.000 hectares.

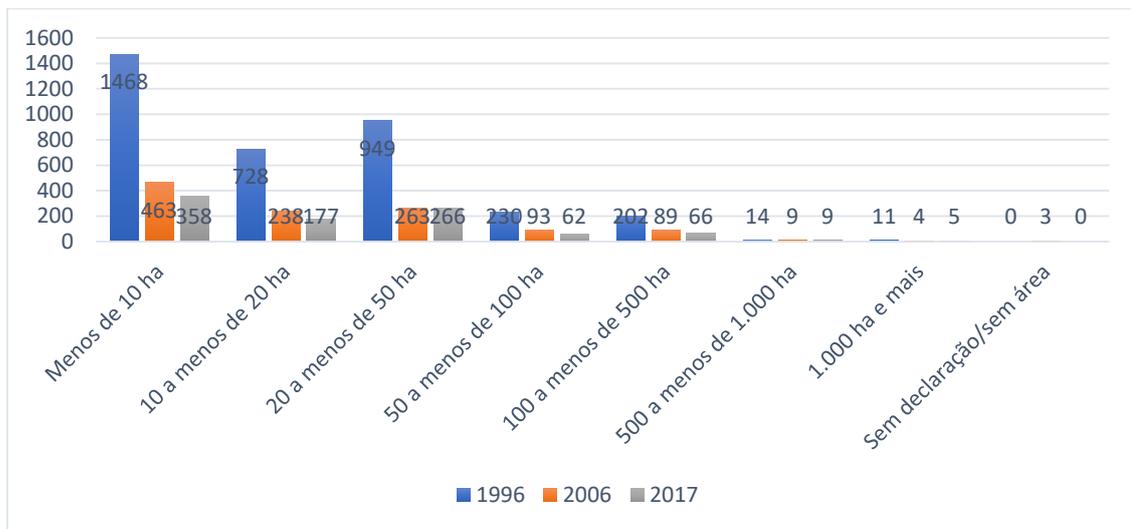
Desmembrado de Guarapuava e implementado no ano de 1983 (KRAJEWSKI, 2018), **Cantagalo** foi sede das articulações políticas do MST e das primeiras ocupações realizadas pelo Movimento nesta região (CEZIMBRA, 2013). O município possui uma área de 583,540 km² e uma população estimada de 13.340 pessoas (IBGE, 2021).

Entre 1987 e 1997 foram implementados 16 PAs, sendo 13.258,55 ha reformados beneficiando 474 famílias (INCRA, 2021). No entanto, após a 1997 com a desmembração de Goioxim e Marquinho, o município passa a ter em sua área 4

²⁶ Na tabela 6 são apresentados dados absolutos e relativos.

assentamentos. Dez dos 16 assentamentos (6.821,94 ha e 603 famílias assentadas) ficam pertencendo a Goioxim e dois ficam na abrangência de Marquinho (1.382,00 ha e 42 famílias assentadas). O que também explica a diminuição do número de estabelecimentos agrícolas em todos os recortes de áreas apresentados no gráfico 4, uma vez que ao todo o município perdeu 67,74% destas unidades entre 1996 e 2006.

Gráfico 5 - Número de estabelecimentos por área total, do município de Cantagalo/PR, em 1996, 2006, 2017



Fonte: Elaboração própria, IBGE (2021)

As unidades com áreas acima de 1.000 ha passaram de onze unidades em 1996, para quatro em 2006 e cinco em 2017, mas mantiveram ao longo dos anos um percentual parecido de área ocupada, aumentando 1,08% entre 1996 e 2017. Considerando que em 1996 estavam incluídas as áreas de Goioxim e Marquinho que em 2006 totalizaram 11 unidades com esta dimensão e em 2017 cinco unidades, ao somar com Cantagalo temos 15 unidades em 2006 e 2017, dados que podem ser visualizados nos gráficos 4, 5 e 6.

Tabela 7 - Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares) por grupos de área total, do município de Cantagalo/PR, em 1996, 2006, 2017²⁷

| Grupos de área total | 1996 | | 2006 | | 2017 | | 1996 - 2017 |
|-------------------------|-------------------|-------|---------------|-------|---------------|-------|---------------|
| | Unidades | % | Unidades | % | Unidades | % | Variação % |
| Menos de 10 ha | 7.794,70 | 6,01 | 1.964 | 3,91 | 1.454 | 3,32 | -2,69 |
| 10 a menos de 20 ha | 10.865,72 | 8,38 | 3.472 | 6,92 | 2.672 | 6,09 | -2,29 |
| 20 a menos de 50 ha | 27.130,58 | 20,92 | 7.946 | 15,83 | 7.834 | 17,86 | -3,06 |
| 50 a menos de 100 ha | 16.329,45 | 12,59 | 6.616 | 13,18 | 4.551 | 10,38 | -2,21 |
| 100 a menos de 500 ha | 40.137,16 | 30,95 | 17.399 | 34,66 | 14.360 | 32,74 | 1,80 |
| 500 a menos de 1.000 ha | 9.815,52 | 7,57 | 6.471 | 12,89 | 6.552 | 14,94 | 7,37 |
| 1.000 há e mais | 17.625,58 | 13,59 | 6.331 | 12,61 | 6.435 | 14,67 | 1,08 |
| Sem declaração | - | - | - | - | - | - | - |
| Total | 129.698,73 | | 50.198 | | 43.858 | | -66,18 |

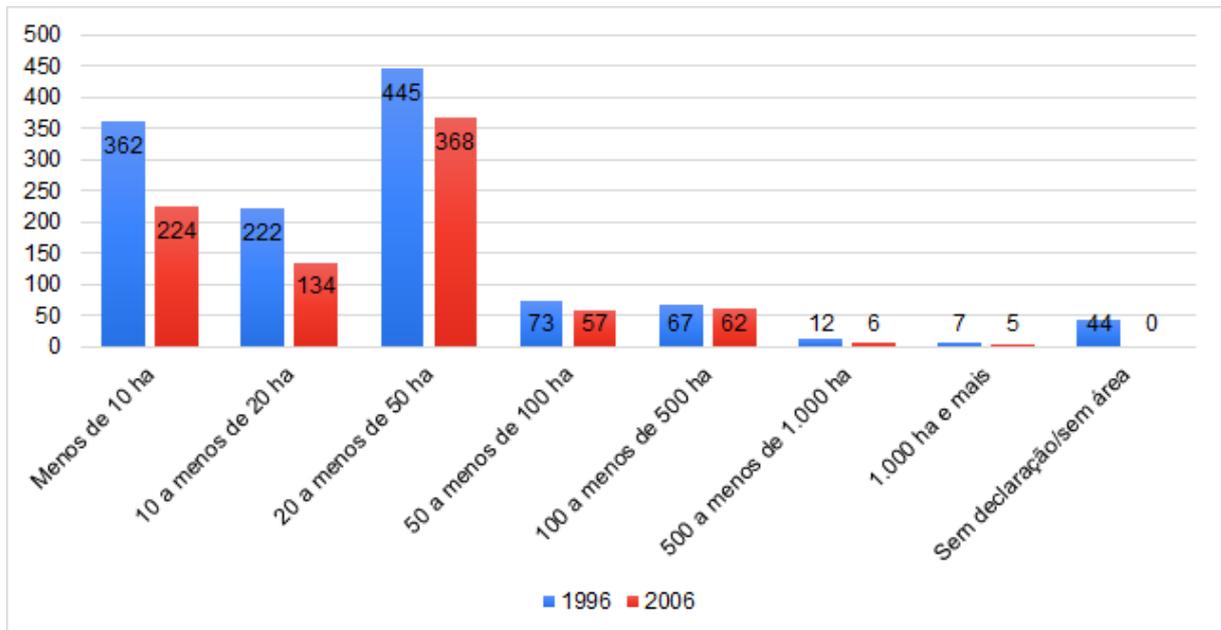
Fonte: IBGE (2021)

Podemos destacar ainda, que o município de Cantagalo, embora tenha reformado várias áreas antes das emancipações de Goioxim e Marquinho, mantém uma alta concentração de terras. Entre 1996 e 2017 as três maiores faixas de estabelecimentos aumentaram o percentual de área ocupada (acima de 100 ha) e as menores faixas (menos de 100 ha) diminuíram o percentual de área abrangida.

Desmembrado do município de Cantagalo e instalado no ano de 1997 (KRAJEWSKI, 2018), **Goioxim** conta com uma população estimada em 6.997 pessoas e uma área de 702,471 km² (IBGE, 2021). O gráfico 5 traz os dados para Goioxim no período estudado, no qual é possível visualizar que o município concentrou em 2006 um elevado número de unidades com até 50 ha, podendo explicar a diminuição do número de estabelecimentos dessa mesma faixa no município de Cantagalo. Também há uma diminuição do número de estabelecimentos em todos os recortes. No total o município passou de 1.232 unidades em 2006 para 856 em 2017, uma queda de 30,52% a tabela 8 mostra que o município teve uma diminuição de sua área agrícola em 17,87%.

²⁷ Na tabela 7 são apresentados dados absolutos e relativos.

Gráfico 6 - Número de estabelecimentos por área total, do município de Goioxim/PR, em 2006 e 2017



Fonte: Elaboração própria, IBGE (2021)

Em Goioxim o número de estabelecimentos agropecuários com menos de 10 ha diminuiu 38,12%, enquanto aqueles com áreas entre 10 e 20 ha reduziram em 39,64%. As unidades entre 20 e 50 ha apresentaram uma queda de 17,30%, enquanto entre 50 e 100 ha a redução foi de 21,92%, e na faixa de 100 a 500 ha de 7,46%. Nos estabelecimentos cujas extensões estão entre 500 e 1.000 ha a diminuição foi de exatos 50% e na faixa acima de 1.000 hectares registrou-se uma queda de 28,57% no número de unidades existentes e um aumento de 5,18% da área ocupada no município. Esses dados indicam que houve redução da área agrícola do município, levantando um questionamento que vale uma investigação mais profunda. O que ocorreu neste município para ter uma redução na área agrícola, considerando ser um município recentemente criado?

Tabela 8 - Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares) por grupos de área total, do município de Goioxim/PR, em 2006, 2017²⁸

| Grupos de área total | 2006 | | 2017 | | 1996 - 2017 |
|-------------------------|--------------|-------|--------------|-------|---------------|
| | Unidades | % | Unidades | % | Variação % |
| Menos de 10 ha | 1.707 | 2,95 | 1.042 | 2,19 | -0,76 |
| 10 a menos de 20 ha | 3.505 | 6,05 | 2.058 | 4,33 | -1,73 |
| 20 a menos de 50 ha | 12.153 | 20,98 | 9.781 | 20,56 | -0,42 |
| 50 a menos de 100 ha | 5.358 | 9,25 | 4.244 | 8,92 | -0,33 |
| 100 a menos de 500 ha | 14.853 | 25,64 | 13.999 | 29,43 | 3,78 |
| 500 a menos de 1.000 ha | 7.751 | 13,38 | 3.641 | 7,65 | -5,73 |
| 1.000 há e mais | 12.593 | 21,74 | 12.805 | 26,92 | 5,18 |
| Sem declaração | - | - | - | - | - |
| Total | 57919 | | 47570 | | -17,87 |

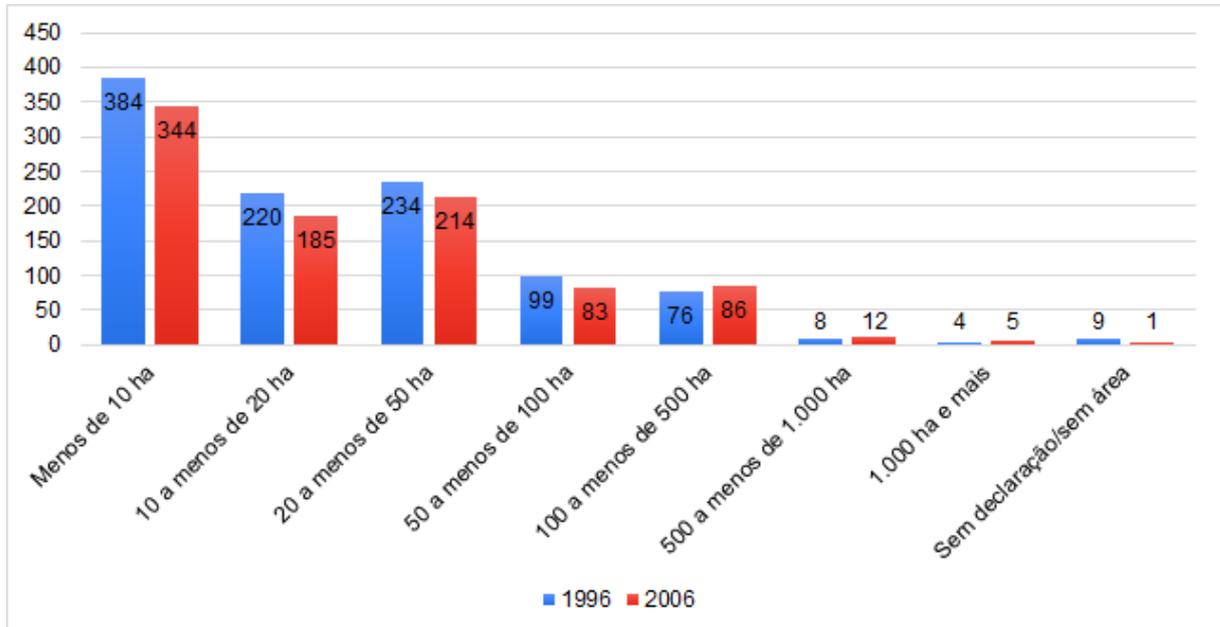
Fonte: IBGE (2021)

Com base nos dados coletados e apresentados é possível sinalizar que Goioxim concentrou terras entre 1996 e 2017. Tendo em vistas que o número de estabelecimentos diminuiu em todas as faixas, mas nas faixas de 100 a 500 ha e acima de 1.000 ha houve um aumento no percentual de área do município nessas faixas.

Como já citado, o município de **Marquinho** se desmembrou de Cantagalo no ano de 1997, de forma semelhante ao município de Goioxim. Por este motivo os dados apresentados no gráfico 6 trazem informações somente dos anos de 2006 e 2017. Marquinho possui atualmente uma área de 509,632 km² e uma população estimada em 4.283 pessoas (IBGE, 2021). Não havendo nenhuma implementação de PA após sua desmembração (INCRA, 2021).

²⁸ Na tabela 8 são apresentados dados absolutos e relativos.

Gráfico 7 - Número de Estabelecimentos por e área total, do município de Marquinho/PR, em anos de 2006, 2017



Fonte: Elaboração própria, IBGE (2021)

Ao contrário de Goioxim, Marquinho teve um aumento na área agrícola entre 2006 e 2017, que fica concentrado em áreas com mais de 100 ha. Pode ser observado no gráfico 6 e na tabela 9 que entre 2006 e 2017 há uma ampliação da concentração de terras em Marquinho, onde os estabelecimentos cujas áreas são maiores do que 1.000 hectares passaram de 4 para 5 unidades entre 2006 e 2017, aumentando a área total dessa faixa (de 7.181 para 7.243 ha). Nas unidades cujas áreas estão entre 500 e 1.000 ha observa-se ampliação em 50%, passando de 8 unidades em 2006 para 12 em 2017. As unidades com áreas entre 100 e 500 ha aumentaram em 10 unidades (13%), passando de 76 para 86 unidades entre os anos considerados.

Já nas unidades com áreas menores de 100 ha os dados indicam que ocorreu o contrário. Entre 50 e 100 ha de 99 unidades em 2006 o número passou para 83 em 2017, uma redução de 16,16%. O número de estabelecimentos com áreas entre 20 e 50 ha reduziu em 8,55% passando de 234 para 214 unidades. Aquelas com área entre 10 e 20 ha reduziram 15,91%, de 220 unidades em 2006 para 185 em 2017. Já os estabelecimentos com até 10 ha reduziram em 40 unidades (10,42%), de 384 em 2006 para 344 em 2017.

Tabela 9 - Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares) por grupos de área total, do município de Marquinho/PR, em 2006, 2017²⁹

| Grupos de área total | 2006 | | 2017 | | 1996 - 2017 |
|-------------------------|---------------|-------|---------------|-------|-------------|
| | Unidades | % | Unidades | % | Variação % |
| Menos de 10 ha | 1.933 | 4,08 | 1.747 | 3,54 | -0,54 |
| 10 a menos de 20 ha | 3.269 | 6,90 | 2.729 | 5,53 | -1,37 |
| 20 a menos de 50 ha | 7.205 | 15,22 | 6.336 | 12,84 | -2,37 |
| 50 a menos de 100 ha | 7.270 | 15,35 | 5.951 | 12,06 | -3,29 |
| 100 a menos de 500 ha | 14.723 | 31,09 | 16.485 | 33,42 | 2,32 |
| 500 a menos de 1.000 ha | 5.772 | 12,19 | 8.842 | 17,92 | 5,73 |
| 1.000 há e mais | 7.181 | 15,16 | 7.243 | 14,68 | -0,48 |
| Sem declaração | 0 | 0,00 | X | 0,00 | 0,00 |
| Total | 47.353 | | 49.334 | | 4,18 |

Fonte: IBGE (2021)

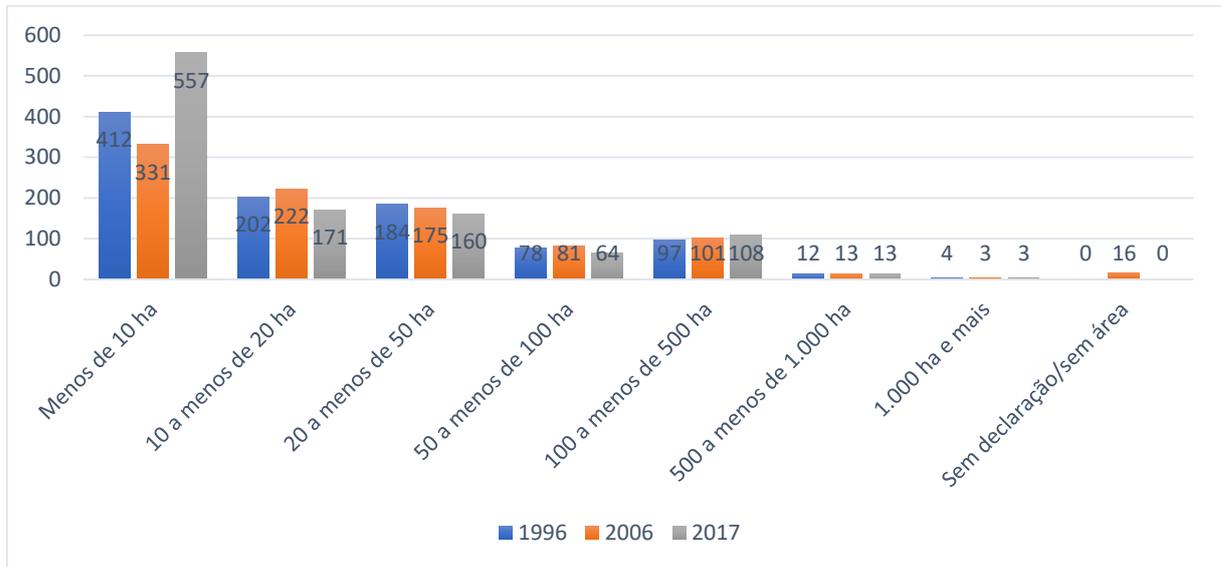
Com base no aumento da área agrícola indicada na tabela 9 e na diminuição de estabelecimentos observado no gráfico 6, os dados para o município de Marquinho indicam que houve concentração de terras no município neste período.

Com uma área de 581,756 km² e uma população estimada em 10.144 habitantes (IBGE,2021), **Catanduvás** foi desmembrado de Laranjeiras do Sul e instalado no ano de 1961 (KRAJEWSKI, 2018). O município possui um PA criado em 2005, assentando 44 famílias em uma área de 1.401,27 hectares. No gráfico 7 estão apresentadas as informações deste município.

Como podemos observar no gráfico 7, no número de estabelecimentos com menos de 10 ha ocorre uma redução entre 1996 e 2006 em 81 unidades, passando de 412 unidades para 331. Já no período entre 2006 e 2017 observa-se um aumento em 226 unidades, chegando a 557 unidades, totalizando um aumento de 35,19% entre 1996 e 2017. Já as unidades com área entre 10 e 20 ha aumentam entre 1996 e 2006, passando de 202 unidades para 222, mas reduzem para 171 em 2017, resultando numa queda de 15,35% entre 1996 e 2017. Nas áreas entre 20 e 50 ha houve uma redução contínua no número de estabelecimentos entre os anos, tendo passado de 184 unidades em 1996 para 175 em 2006 e 160 em 2017, contabilizando uma redução de 13,04% das unidades entre 1996 e 2017.

²⁹ Na tabela 9 são apresentados dados absolutos e relativos.

Gráfico 8 - Número de estabelecimentos por área total, do município de Catanduvas/PR, em 1996, 2006, 2017



Fonte: Elaboração própria, IBGE (2021)

As unidades com áreas de 50 a 100 ha, apresentam um aumento de 3 unidades entre 1996 e 2006, passando de 78 para 81 unidades, mas reduzem para 64 unidades em 2017. Ambas as faixas, até aqui apresentadas, diminuem o tamanho de área ocupada entre 1996 e 2017, dado que pode ser visualizado na tabela 10. Já as áreas com mais de 100 ha aumentam a área ocupada.

Já os estabelecimentos cujas áreas estão entre 100 e 500 ha têm um aumento contínuo ao longo dos anos, sendo que em 1996 foram contabilizadas 97 unidades, em 2006 são 101 e em 2017 chegam a 108 unidades, um aumento de 11,34% de 1996 a 2017. Unidades com extensões entre 500 e 1.000 ha aumentaram de 12 em 1996 para 13 em 2006, número que se mantém em 2017. Por outro lado, as áreas com mais de 1.000 ha possuíam quatro unidades em 1997, passam para 3 em 2006, número que se mantém em 2017.

Tabela 10 - Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares) por grupos de área total, do município de Catanduvas/PR, em 1996, 2006, 2017³⁰

| Grupos de área total | 1996 | | 2006 | | 2017 | | 1996 - 2017 |
|-------------------------|------------------|-------|---------------|-------|---------------|-------|-------------|
| | Unidades | % | Unidades | % | Unidades | % | Variação % |
| Menos de 10 ha | 2.318,41 | 4,61 | 1.696 | 3,19 | 1.998 | 3,74 | -0,86 |
| 10 a menos de 20 ha | 2.800,88 | 5,56 | 3.177 | 5,98 | 2.390 | 4,48 | -1,09 |
| 20 a menos de 50 ha | 5.794,80 | 11,51 | 5.384 | 10,14 | 4.958 | 9,29 | -2,22 |
| 50 a menos de 100 ha | 5.693,83 | 11,31 | 5.770 | 10,87 | 4.711 | 8,83 | -2,49 |
| 100 a menos de 500 ha | 20.143,16 | 40,02 | 22.551 | 42,47 | 24.062 | 45,08 | 5,06 |
| 500 a menos de 1.000 ha | 8.391,88 | 16,67 | 8.149 | 15,35 | 9.255 | 17,34 | 0,67 |
| 1.000 ha e mais | 5.188,47 | 10,31 | 6.373 | 12,00 | 6.000 | 11,24 | 0,93 |
| Sem declaração | - | 0,00 | 0 | 0,00 | - | 0,00 | 0,00 |
| Total | 50.331,46 | | 53.100 | | 53.374 | | 6,05 |

Fonte: IBGE (2021)

Com base no aumento da área agrícola dos municípios e dos estabelecimentos com mais de 100 ha, indicada na tabela 10, é possível apontar que houve concentração de terras no município no período abordado.

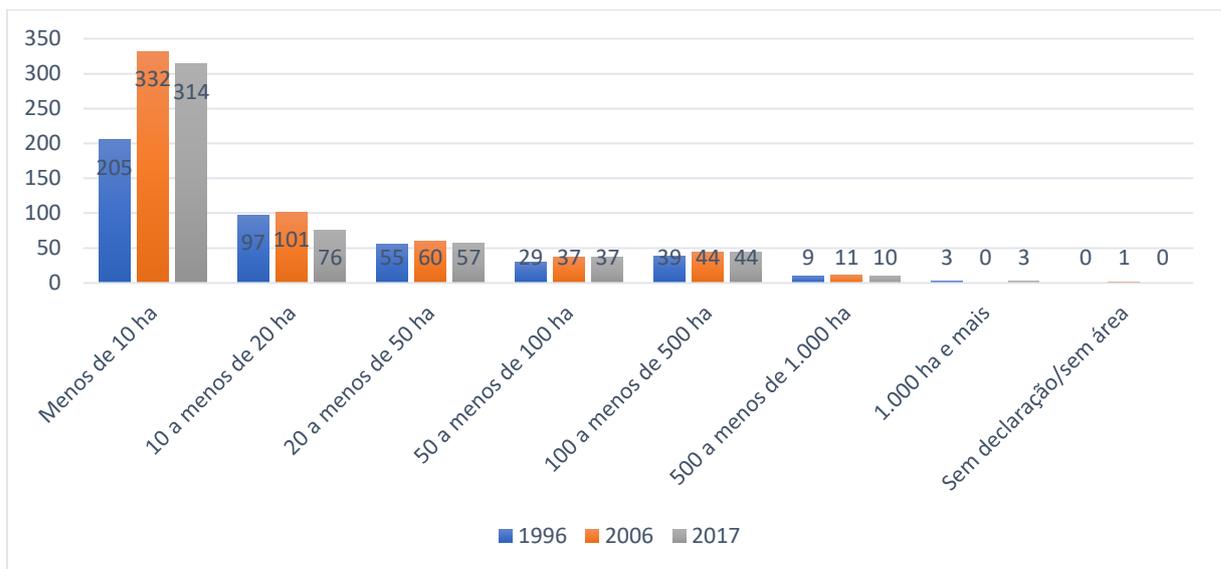
Desmembrado de Guaraniaçu no ano de 1993 (KRAJEWSKI, 2018), o município de **Diamante do Sul** possui uma área de 347,233 km² e uma população estimada em 3.409 pessoas (IBGE, 2021). Diamante do Sul não possui nenhum PA. No gráfico 8, é possível visualizar que em 2006 o município não possui área acima de 1.000 hectares, mas que em 2017 voltam a existir 3 estabelecimentos com áreas nesta dimensão, assim como era o dado em 1996. No entanto, como mostra a tabela 11, em 1996 os 3 estabelecimentos ocupavam 8.436,56 ha e em 2017 os 3 estabelecimentos ocupam 5.915 ha.

É possível observar que os estabelecimentos com áreas até 10 ha aumentam entre 1996 e 2006 em 61,95%, passando de 205 em 1996 para 332 em 2006 e diminuem para 314 em 2017, entre 1996 e 2017 aumentaram em 53,17% o número

³⁰ Na tabela 10 são apresentados dados absolutos e relativos.

de unidades. Aqueles estabelecimentos com área entre 10 e 20 ha passam de 97 unidades em 1996 para 101 em 2006 e diminuem para 76 unidades em 2017. Unidades com áreas entre 50 e 100 ha passam de 29 em 1996 para 37 em 2006 e se mantêm neste patamar em 2017.

Gráfico 9 - Número de estabelecimentos por área total, do município de Diamante do Sul/PR, em 1996, 2006, 2017



Fonte: Elaboração própria, IBGE (2021)

Estabelecimentos com áreas entre 100 e 500 ha aumentam de 39 para 44 unidades entre 1996 e 2006 e se mantêm em 44 em 2017. Já aqueles com áreas acima de 500 até menos de 1.000 ha eram 9 unidades em 1996 e aumentaram para 11 em 2006 e passaram para 10 unidades em 2017.

No gráfico 8 e na tabela 11 é possível observar que entre 1996 e 2017, o município aumentou o número de unidades em 24,49% e sua área agrícola em 4,63%. No entanto, o município segue concentrando terras, pois as áreas que mais aumentaram foram as acima de 100 ha até 1.000 ha. Portanto, os dados indicam que houve concentração de terras ao longo dos anos.

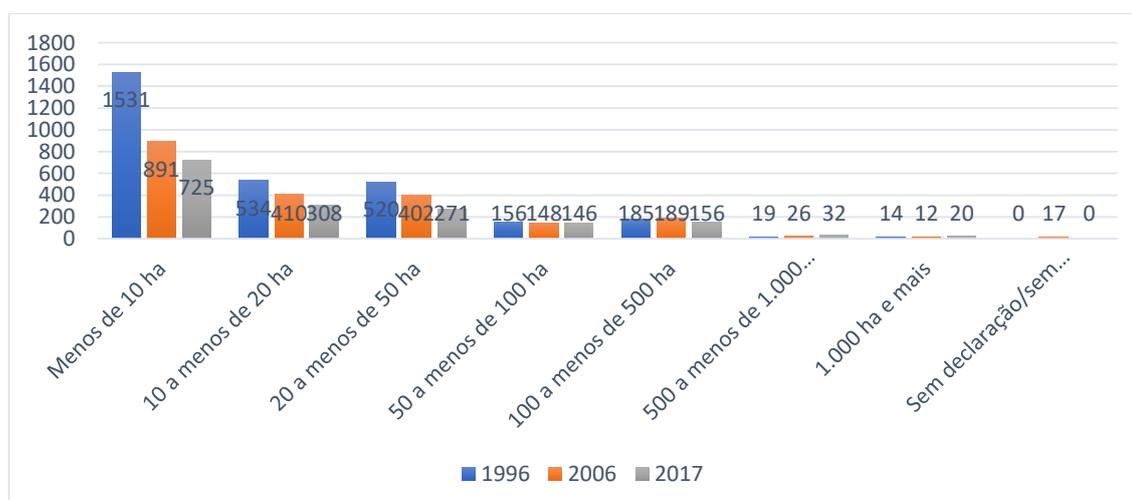
Tabela 11 - Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares) por grupos de área total, do município de Diamante do Sul/PR, em 1996, 2006, 2017³¹

| Grupos de área total | 1996 | | 2006 | | 2017 | | 1996 - 2017 |
|-------------------------|------------------|-------|---------------|-------|---------------|-------|-------------|
| | Unidades | % | Unidades | % | Unidades | % | Variação % |
| Menos de 10 ha | 1.070,91 | 3,74 | 1.371 | 5,28 | 1.218 | 4,07 | 0,33 |
| 10 a menos de 20 ha | 1.356,71 | 4,74 | 1.401 | 5,39 | 1.103 | 3,69 | -1,06 |
| 20 a menos de 50 ha | 1.717,61 | 6,01 | 1.845 | 7,10 | 1.717 | 5,74 | -0,27 |
| 50 a menos de 100 ha | 1.986,62 | 6,95 | 2.588 | 9,96 | 2.604 | 8,70 | 1,76 |
| 100 a menos de 500 ha | 8.119,28 | 28,39 | 10.732 | 41,32 | 10.258 | 34,28 | 5,89 |
| 500 a menos de 1.000 ha | 5.908,18 | 20,66 | 8.038 | 30,95 | 7.106 | 23,75 | 3,09 |
| 1.000 há e mais | 8.436,56 | 29,50 | 0 | 0,00 | 5.915 | 19,77 | -9,73 |
| Sem declaração | - | 0,00 | X | 0,00 | - | 0,00 | 0,00 |
| Total | 28.595,88 | | 25.974 | | 29.921 | | 4,63 |

Fonte: IBGE (2021)

Com uma área de 1.238,320 km² e uma população estimada em 11.969 habitantes (IBGE, 2021), **Guaraniaçu** foi desmembrado de Laranjeiras do Sul no ano de 1952 (KRAJEVSKI, 2018). Segundo o INCRA (2021) este município não possui nenhuma área reformada. No gráfico 9 estão apresentadas as informações do município em relação à evolução do número de estabelecimentos por área total.

Gráfico 10 - Número de estabelecimentos por área total, do município de Guaraniaçu/PR, em 1996, 2006, 2017



Fonte: Elaboração própria, IBGE (2021)

³¹ Na tabela 11 são apresentados dados absolutos e relativos.

Entre 1996 e 2017 o número total de estabelecimentos agropecuários em Guaraniaçu diminuiu em 43,97%, assim como a área agrícola que diminuiu 10,98%. Como pode ser visto no gráfico 9 as unidades com menos de 10 ha, passaram de 1.531 unidades em 1996 para 891 em 2006 e 725 em 2017, resultando em uma diminuição de 52,65% entre 1996 e 2017. Os estabelecimentos com áreas entre 10 e 20 ha diminuem de 534 unidades em 1996 para 410 em 2006 e 271 em 2017, correspondendo a uma redução de 42,32% no período de 1996 a 2017.

No número de estabelecimentos agropecuários na faixa de área com 20 a 50 há também ocorreu uma queda consecutiva entre os anos analisados. De 520 unidades em 1996 passaram para 402 em 2006 e 271 em 2017, uma queda de 47,88% das unidades entre 1996 e 2017. Os estabelecimentos com áreas entre 50 a 100 ha passaram de 156 em 1996 para 148 em 2006 e 146 em 2017, registrando uma diminuição no número de unidades de 6,41% entre 1996 e 2006. As unidades cujas áreas têm de 100 a 500 ha eram 185 em 1996, aumentaram para 189 em 2006 e reduziram para 156 unidades em 2017, ao longo dos anos 1996 e 2017 a queda foi de 15,68% no número de unidades dentro dessa faixa.

Por outro lado, o número de estabelecimentos com área acima de 500 ha aumentou ao longo dos anos estudados. Estes passaram de 19 em 1996 para 26 em 2006 e chegaram a 32 unidades em 2017, um aumento de 68,42% das unidades desse porte entre o ano inicial e o final. Estabelecimentos com mais de 1.000 ha apesar de apresentar uma queda no número de unidades entre 1996 e 2006 aumentaram 42,86% entre 1996 e 2017. Em 1996, o município possuía 14 unidades com mais de 1.000 ha, em 2006 passou para 12 e em 2017 chegou a 20 unidades nesta faixa de área.

Tabela 12 - Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares) por grupos de área total, do município de Guaraniáçu/PR, em 1996, 2006, 2017³²

| Grupos de área total | 1996 | | 2006 | | 2017 | | 1996 - 2017 |
|-------------------------|-------------------|-------|----------------|-------|----------------|-------|---------------|
| | Unidades | % | Unidades | % | Unidades | % | Variação % |
| Menos de 10 ha | 6.989,46 | 5,42 | 3.989 | 3,35 | 3.302 | 2,87 | -2,54 |
| 10 a menos de 20 ha | 7.685,66 | 5,96 | 5.838 | 4,90 | 4.393 | 3,82 | -2,13 |
| 20 a menos de 50 ha | 16.200,12 | 12,56 | 12.661 | 10,63 | 8.528 | 7,42 | -5,13 |
| 50 a menos de 100 ha | 10.590,52 | 8,21 | 10.154 | 8,53 | 9.994 | 8,70 | 0,49 |
| 100 a menos de 500 ha | 42.320,26 | 32,80 | 42.121 | 35,36 | 35.097 | 30,56 | -2,24 |
| 500 a menos de 1.000 ha | 13.198,68 | 10,23 | 18.309 | 15,37 | 22.203 | 19,33 | 9,10 |
| 1.000 há e mais | 32.043,22 | 24,83 | 26.035 | 21,86 | 31.339 | 27,29 | 2,45 |
| Sem declaração | - | 0,00 | 0 | 0,00 | - | 0,00 | 0,00 |
| Total | 12.9027,93 | | 119.107 | | 114.856 | | -10,98 |

Fonte: IBGE (2021)

Como podemos observar na tabela 12, houve um aumento na área ocupada pelos estabelecimentos com mais de 500 ha, e uma queda na área ocupada por estabelecimentos menos. E considerando o que indica o gráfico 9, que o número de estabelecimentos diminuiu ao longo dos anos, podemos afirmar que este município concentra terras no período estudado, 1996 e 2017.

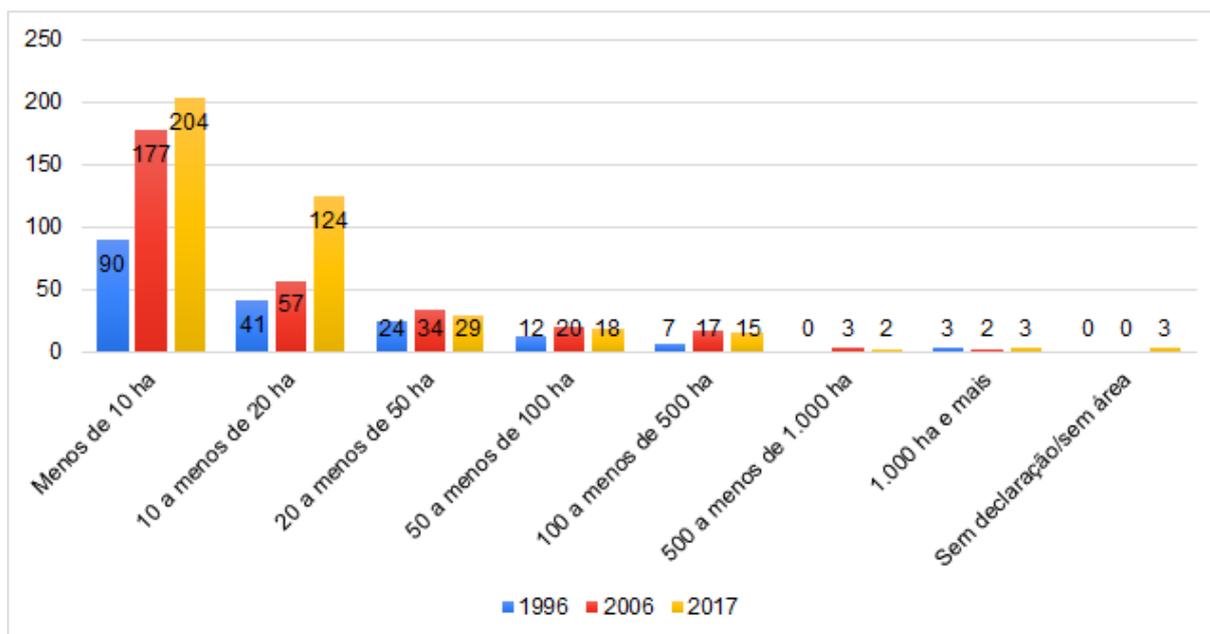
O município de **Ibema** foi desmembrado de Catanduvas no ano de 1990 (KRAJEVSKI, 2018), conta com uma população estimada em 6.387 pessoas e uma área de 145,446 km² (IBGE, 2021). Segundo o INCRA (2021) este município não possui nenhum PA. No gráfico 10 podem ser visualizadas as informações analisadas para o município.

Os dados apontam que houve um aumento no número de unidades agrícolas devido ao aumento da área agrícola do município. Em 1996 o município possuía 177 estabelecimentos agropecuários, número que em 2006 passou para 310 e em 2017

³² Na tabela 12 são apresentados dados absolutos e relativos.

para 398 unidades, um aumento de 124,86% entre 1996 e 2017. Já a área agrícola passou de 10.570,37 ha em 1996 para 15.744 ha em 2017, aumento de 48,94 ha.

Gráfico 11 - Número de estabelecimentos por área total, do município de Ibema/PR, em 1996, 2006, 2017



Fonte: Elaboração própria, IBGE (2021)

Os estabelecimentos com áreas menores de 10 ha aumentaram 126,67% entre os anos de 1996 e 2017, uma vez que em 1996 havia 90 unidades nesta faixa de área, em 2006 passou para 177 e em 2017 para 204. No entanto, esta faixa diminuiu sua representatividade na área total do município em 3,31%, no mesmo período. Do mesmo modo, os estabelecimentos com área entre 10 e 20 ha aumentaram em 202,44% entre 1996 e 2017 o número de unidades. Em 1996 eram 41 estabelecimentos com área entre 10 e 20 ha, em 2006 este número passou para 57 e em 2017 chegou a 124 unidades. Entretanto aqui a área ocupada no município aumentou sua representatividade em 6,69%.

Os estabelecimentos com áreas entre 20 e 50 ha constituíam 12 unidades em 1996, passaram para 34 em 2006 e reduziram para 29 em 2017. Aqueles com área de 50 a 100 ha eram 12 unidades em 1996, aumentaram para 20 em 2006 e reduziram para 18 em 2017. Na mesma lógica, as unidades com área entre 100 e 500 ha passaram de 7 unidades em 1996 para 17 em 2006, um aumento de 10 unidades (ou

143%), mas reduziram para 15 unidades em 2017. Em 1996 o município não possuía unidades agrícolas com mais de 500 e menos de 1.000 ha, em 2006 passa a ter três e em 2017 duas unidades. Já os estabelecimentos cujas áreas são maiores do que 1.000 ha perfazem três unidades em 1996, diminuem para duas em 2006 e voltam para três em 2017.

Tabela 13 - Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares) por grupos de área total, do município de Ibema/PR, em 1996, 2006, 2017³³

| Grupos de área total | 1996 | | 2006 | | 2017 | | 1996 - 2017 |
|-------------------------|------------------|-------|---------------|-------|---------------|-------|--------------|
| | Unidades | % | Unidades | % | Unidades | % | Varição % |
| Menos de 10 ha | 733,55 | 6,94 | 953 | 6,94 | 571 | 3,63 | -3,31 |
| 10 a menos de 20 ha | 538,46 | 5,09 | 815 | 5,93 | 1.856 | 11,79 | 6,69 |
| 20 a menos de 50 ha | 763,25 | 7,22 | 1.155 | 8,41 | 932 | 5,92 | -1,30 |
| 50 a menos de 100 ha | 828,60 | 7,84 | 1.500 | 10,92 | 1.290 | 8,19 | 0,35 |
| 100 a menos de 500 ha | 1.765,39 | 16,70 | 3.601 | 26,22 | 3.449 | 21,91 | 5,21 |
| 500 a menos de 1.000 ha | - | 0,00 | 2.021 | 14,71 | 1.185 | 7,53 | 7,53 |
| 1.000 ha e mais | 5941,1 | 56,21 | 3.690 | 26,87 | 6.461 | 41,04 | -15,17 |
| Sem declaração | - | 0,00 | - | 0,00 | X | 0,00 | 0,00 |
| Total | 10.570,37 | | 13.735 | | 15.744 | | 48,94 |

Fonte: IBGE (2021)

Ao observar os dados surge a curiosidade de entender o que ocorreu nas áreas com até 10 ha que aumentaram o número de estabelecimentos e ao mesmo tempo diminuiu a área ocupada. Já o crescimento no número de estabelecimentos na faixa de 10 e 20 ha pode ser decorrente da diminuição da área dos estabelecimentos com 50 a 100 ha.

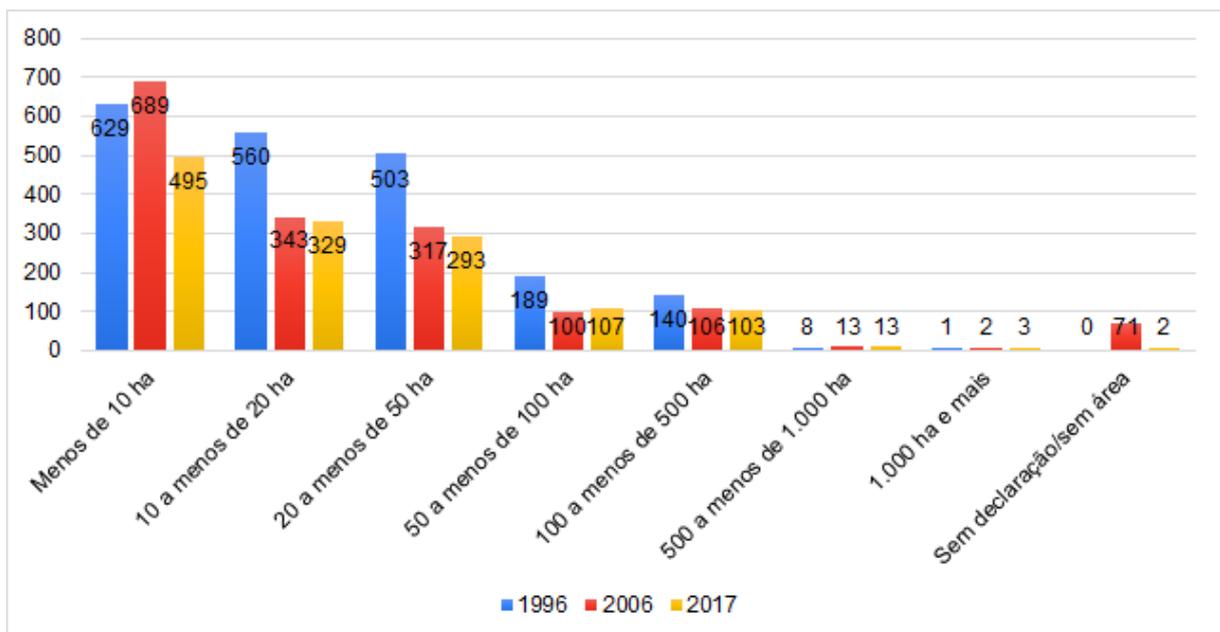
Na tabela 13 é possível observar que embora o município tenha aumentado o número de unidades devido o aumento da área agrícola, leva a uma falsa sensação de desconcentração fundiária. Pois é possível observar um aumento mais expressivo de área utilizada nas unidades com mais de 100 ha, ou seja o município concentra terras no período estudado embora tenha aumentado o número de estabelecimentos.

³³ Na tabela 13 são apresentados dados absolutos e relativos.

Criado como Território Federal do Iguaçu, **Laranjeiras do Sul** se desmembrou de Guarapuava em 1964 (KRAJEVSKI, 2018), hoje possui uma área de 673,599 km² e uma população estimada em 32.167 habitantes (IBGE, 2021). Segundo o INCRA (2021) o município possui três PAs, sendo dois deles implementados em 1987 e o terceiro em 2000. Foram reformados 2.267,44 hectares nos quais 114 famílias foram assentadas. O gráfico 11 traz as informações para este município.

Entre 1996 e 2017 Laranjeiras do Sul registrou uma diminuição de 33,74% no número total de estabelecimentos agropecuários e 21,31% em sua área agrícola. Este resultado possivelmente possa ser explicado pela desmembração do município de Porto Barreiro que ocorreu no ano de 1997.

Gráfico 12 - Número de estabelecimentos por área total, do município de Laranjeiras do Sul/PR, em 1996, 2006, 2017



Fonte: Elaboração própria, IBGE (2021)

Os estabelecimentos com áreas menores de 10 ha, tem um acréscimo no número de unidades em 2006, mas entre 1996 e 2017 diminuem 21,30%, sendo que em 1996 eram 629 unidades, aumentando para 689 em 2006 e em 2017 caem para 495. No entanto, na tabela 14 é possível visualizar que ao longo dos anos 1996 e 2017 essas unidades diminuíram em área ocupada. As unidades com áreas de 10 a 20 ha, passaram de 560 unidades em 1996 para 343 em 2006 e 329 em 2017, registrando uma queda de 41,25% das unidades dessa faixa entre 1996 e 2017. Do mesmo modo,

as unidades com 20 até 50 ha diminuem ao longo dos anos, uma vez que em 1996 havia 503 unidades, em 2006 diminuíram para 317 e em 2017 chegaram a 293 unidades, resultando em uma redução de 41,75% nos estabelecimentos entre 1996 e 2017. Assim como o percentual de área agrícola total do município reduziu em 5,05% entre 1996 e 2017.

Os estabelecimentos com áreas entre 50 e 100 ha, passaram de 189 em 1996 para 100 em 2006 e aumentaram para 107 em 2017, no entanto ao longo dos anos de 1996 e 2017, a diminuição registrada entre 1996 e 2017 foi de 43,39% nas unidades existentes e 5,21% da representatividade no total de área do município. Já os estabelecimentos agropecuários com área entre 100 e 500 ha diminuíram 26,43% entre 1996 e 2017, pois em 1996 havia 140 unidades, em 2006 passou para 106 e em 2017 chegou a 103 unidades, mas a área ocupada no município aumentou 1,04%.

Tabela 14 - Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares) por grupos de área total, do município de Laranjeiras do Sul/PR, em 1996, 2006, 2017³⁴

| Grupos de área total | 1996 | | 2006 | | 2017 | | 1996 - 2017 |
|-------------------------|-------------------|-------|---------------|-------|---------------|-------|---------------|
| | Unidades | % | Unidades | % | Unidades | % | Variação % |
| Menos de 10 ha | 3.385,68 | 4,59 | 3.014 | 5,18 | 2.165 | 3,73 | -0,86 |
| 10 a menos de 20 ha | 7.947,64 | 10,76 | 4.831 | 8,31 | 4.733 | 8,15 | -2,62 |
| 20 a menos de 50 ha | 15.459,19 | 20,94 | 9.547 | 16,41 | 9.230 | 15,89 | -5,05 |
| 50 a menos de 100 ha | 13.373,33 | 18,11 | 7.220 | 12,41 | 7.498 | 12,91 | -5,21 |
| 100 a menos de 500 ha | 26.402,9 | 35,76 | 21.592 | 37,12 | 21.379 | 36,80 | 1,04 |
| 500 a menos de 1.000 ha | 6.188,48 | 8,38 | 8.395 | 14,43 | 8.606 | 14,81 | 6,43 |
| 1.000 há e mais | 1.073,51 | 1,45 | 3.562 | 6,12 | 4.488 | 7,72 | 6,27 |
| Sem declaração | - | 0,00 | 0 | 0,00 | X | 0,00 | 0,00 |
| Total | 73.830,746 | | 58.161 | | 58.099 | | -21,31 |

Fonte: IBGE (2021)

Ao mesmo tempo em que cai o número de estabelecimentos nas faixas de área até 500 hectares, observa-se um comportamento distinto nas unidades com áreas entre 500 e menos de 1.000 ha, uma vez que estes aumentaram 60,5% do número de estabelecimentos entre 1996 e 2017. Enquanto a área ocupada aumentou em

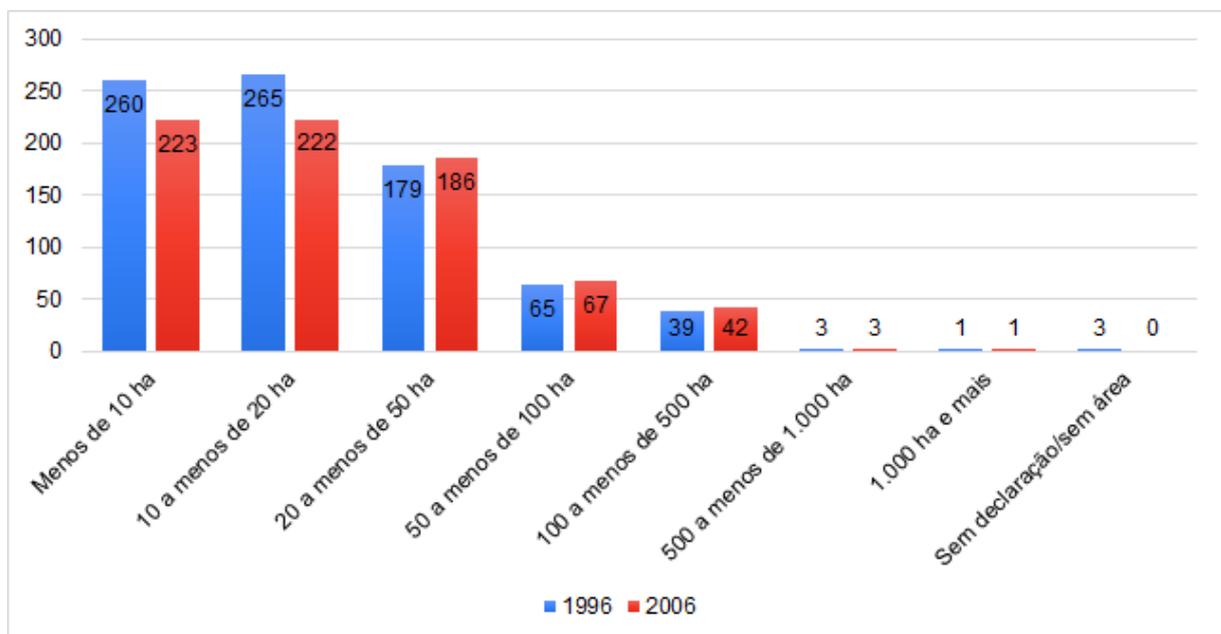
³⁴ Na tabela 14 são apresentados dados absolutos e relativos.

6,43% entre 1996 e 2017. Em 1996 havia 8 unidades desse porte, em 2006 aumentou para 13 unidades e permaneceu o mesmo número em 2017.

Com um aumento contínuo e linear as unidades com mais de 1.000 ha passaram de uma em 1996 para duas em 2006 e três em 2017. Aumentando o percentual de área ocupada em 6,27%. Com base no gráfico 11 e na tabela 14 é possível apontar que houve concentração de terras neste município, ao longo dos anos estudados. As menores áreas, com até 100 ha, diminuíram seu percentual de área ocupada, enquanto as maiores, acima de 100 ha, aumentaram o percentual de área ocupada.

Com uma população estimada em 3.133 pessoas e uma área de 361,020 km² (IBGE, 2021), o município de **Porto Barreiro** foi desmembrado de Laranjeiras do Sul no ano de 1997 (KRAJEVSKI, 2018). Segundo o INCRA (2021) o município não possui nenhum PA implementado. O gráfico 12 traz as informações para este município.

Gráfico 13 - Número de estabelecimentos por área total, do município de Porto Barreiro/PR, em 2006, 2017



Fonte: Elaboração própria, IBGE (2021)

Como já mencionado, devido ao fato de a desmembração do município ter ocorrido no ano de 1997 os dados do ano de 1996 estão incluídos no município de origem, Laranjeiras do Sul. Portanto, aqui olharemos somente 2006 e 2017 na análise de Porto Barreiro. O município registrou uma perda de 8,71% no número de

estabelecimentos agropecuários entre 2006 e 2017, possivelmente explicado pela diminuição da área agrícola do municípios, que passou de 29.429 ha para 29.047 ha (-1,30%).

As unidades com áreas menores de 10 ha diminuíram de 260 unidades em 2006 para 223 em 2017, queda de 14,23%. Assim como os estabelecimentos com áreas de 10 a 20 ha que de 265 unidades em 2006 passaram para 222 em 2017, uma diminuição de 16,23%.

Já os estabelecimentos cujas áreas tem entre 20 e 50 ha, aumentaram 3,91%, passando de 179 em 2006 para 186 em 2017. Aquelas unidades com 50 a 100 ha aumentaram em 2 unidades, aumentando de 65 em 2006 para 67 unidades em 2017. Do mesmo modo, os estabelecimentos cujas áreas têm mais de 100 e menos de 500 ha aumentaram entre os anos, de 39 em 2006 para 42 unidades em 2017. Na faixa de área de 500 a 1.000 ha o número de unidades permaneceu em 3 nos dois anos, assim como as unidades com mais de 1.000 ha que permaneceram em uma unidade.

Tabela 15 - Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares) por grupos de área total, do município de Porto Barreiro/PR, em 1996, 2006, 2017³⁵

| Grupos de área total | 2006 | | 2017 | | 1996 - 2017 |
|-------------------------|---------------|-------|---------------|-------|--------------|
| | Unidades | % | Unidades | % | Variação % |
| Menos de 10 ha | 1.180 | 4,01 | 1.139 | 3,92 | -0,09 |
| 10 a menos de 20 ha | 3.826 | 13,00 | 3.187 | 10,97 | -2,03 |
| 20 a menos de 50 ha | 5.521 | 18,76 | 5.863 | 20,18 | 1,42 |
| 50 a menos de 100 ha | 4.484 | 15,24 | 4.748 | 16,35 | 1,11 |
| 100 a menos de 500 ha | 7.614 | 25,87 | 9.698 | 33,39 | 7,51 |
| 500 a menos de 1.000 ha | 2.137 | 7,26 | 2.137 | 7,36 | 0,10 |
| 1.000 há e mais | 4.667 | 15,85 | 2.275 | 7,83 | -8,03 |
| Sem declaração | 0 | 0,00 | - | 0,00 | 0,00 |
| Total | 29.429 | | 29.047 | | -1,30 |

Fonte: IBGE (2021)

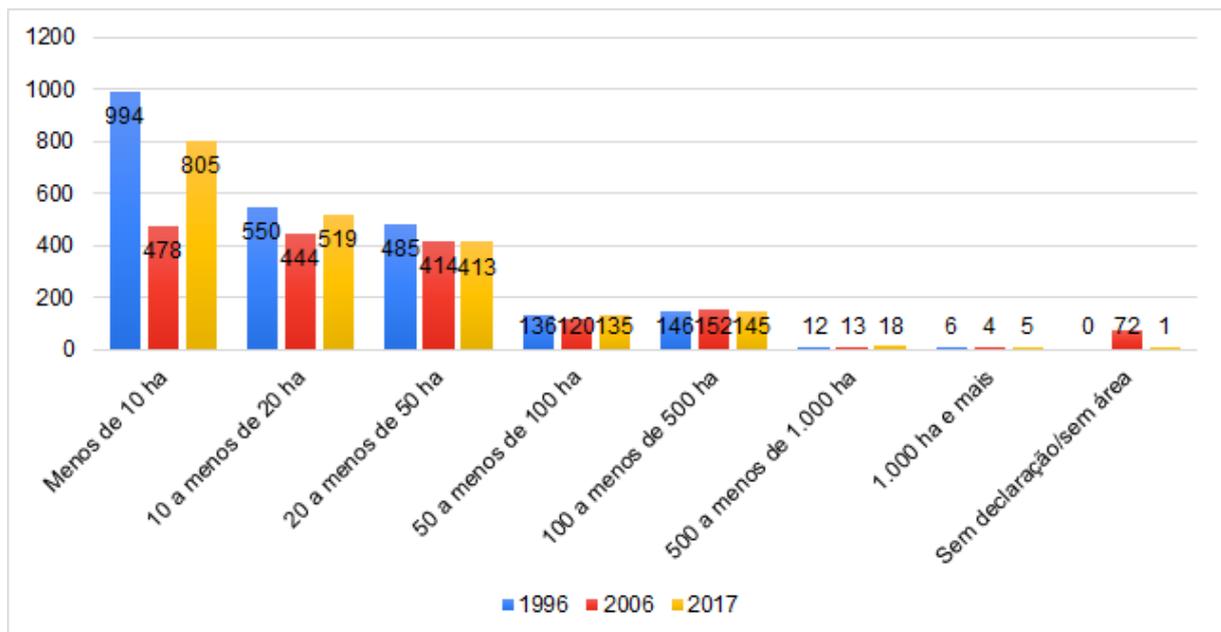
Na tabela 15 é possível visualizar que as áreas na faixa de 100 a 500 ha aumentaram 7,51% de área total do município ocupada, podendo ser consequência

³⁵ Na tabela 15 são apresentados dados absolutos e relativos.

da diminuição do tamanho da área com mais de 1.000 ha E as áreas com mais de 1.000 ha reduziram em quase 51,25% o número de hectares, diminuindo em 8,03% o percentual de área ocupada no município. Embora a unidade com mais de 1.000 hectares tenha se dividido em áreas menores a município segue apresentando uma alta concentração fundiária e não é possível afirmar que tenha havido desconcentração fundiária.

Também desmembrado de Laranjeiras do Sul, mas em 1993 (KRAJEVSKI, 2018), **Nova Laranjeiras** possui uma área de 1.210,205 km² e uma população estimada em 11.462 pessoas (IBGE, 2021). Conta com 3 PAs implementados nos anos de 1986, 1995 e 1997, reformando 3.437,12 hectares de terra com 217 famílias assentadas. O gráfico 13 apresenta as informações analisadas para o município.

Gráfico 14 - Número de estabelecimentos por área total, do município de Nova Laranjeiras/PR, em 1996, 2006, 2017



Fonte: Elaboração própria, IBGE (2021)

Com base nos dados do gráfico 13 é possível perceber uma diminuição no número de estabelecimentos com até 10 ha entre os anos observados, os quais passaram de 994 unidades em 1996 para 478 em 2006 e 805 unidades em 2017, totalizando uma queda de 17,01% entre 1996 e 2017. O mesmo ocorre com as unidades cujas áreas têm entre 10 e 20 ha, as quais em 1996 eram 550 unidades, passando para 444 em 2006 e 519 unidades em 2017. Os estabelecimentos com

áreas entre 20 a 50 ha diminuem ao longo dos anos, passando de 485 em 1996, para 414 em 2006 e 413 unidades em 2017. A faixa de áreas com 50 a 100 ha possuía 136 unidades em 1996, chegou a 120 em 2006 e cresceu para 135 em 2017.

Em relação ao número de estabelecimentos em Nova Laranjeiras com área entre 100 e 500 ha em 1996 havia 146 unidades agrícolas que passaram para 152 em 2006 e 145 em 2017. Já na faixa de áreas com 500 a 1.000 ha cresceu em 50% o número de unidades entre 1996 e 2017, uma vez que em 1996 contavam com 12 unidades, em 2006 com 13 e em 2017 passou para 18 unidades. Acima de 1.000 ha houve uma diminuição de 16,67% entre 1996 e 2017, sendo que em 1996 eram 6 unidades, em 2006 passaram para 4 e em 2017 para 5 unidades.

No município de Nova Laranjeiras constata-se uma queda de 12,37% no número de estabelecimentos, a qual é explicada pela diminuição na área agrícola do município que ao longo dos anos teve uma queda de 15,24%. E pode ser explicado pelo aumento do número de estabelecimentos com áreas menores e o aumento de unidades com áreas na faixa de 500 a 1.000 ha.

Tabela 16 - Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares) por grupos de área total, do município de Nova Laranjeiras/PR, em 1996, 2006, 2017³⁶

| Grupos de área total | 1996 | | 2006 | | 2017 | | 1996 - 2017 |
|-------------------------|------------------|-------|---------------|-------|---------------|-------|---------------|
| | Unidades | % | Unidades | % | Unidades | % | Variação % |
| Menos de 10 ha | 4.433,79 | 4,42 | 2.592 | 2,71 | 3.249 | 3,83 | -0,60 |
| 10 a menos de 20 ha | 7.792,62 | 7,78 | 6.334 | 6,63 | 7.438 | 8,76 | 0,98 |
| 20 a menos de 50 ha | 15.101,41 | 15,07 | 12.824 | 13,43 | 12.577 | 14,81 | -0,26 |
| 50 a menos de 100 ha | 9.819,98 | 9,80 | 8.437 | 8,84 | 9.660 | 11,37 | 1,57 |
| 100 a menos de 500 ha | 31.699,58 | 31,63 | 31.112 | 32,58 | 30.599 | 36,03 | 4,39 |
| 500 a menos de 1.000 ha | 8.092,09 | 8,08 | 9.968 | 10,44 | 12.255 | 14,43 | 6,35 |
| 1.000 ha e mais | 23.270,81 | 23,22 | 24.213 | 25,36 | 9156 | 10,78 | -12,44 |
| Sem declaração | - | 0,00 | 0 | 0,00 | X | 0,00 | 0,00 |
| Total | 100.210,3 | | 95.480 | | 84.934 | | -15,24 |

Fonte: IBGE (2021)

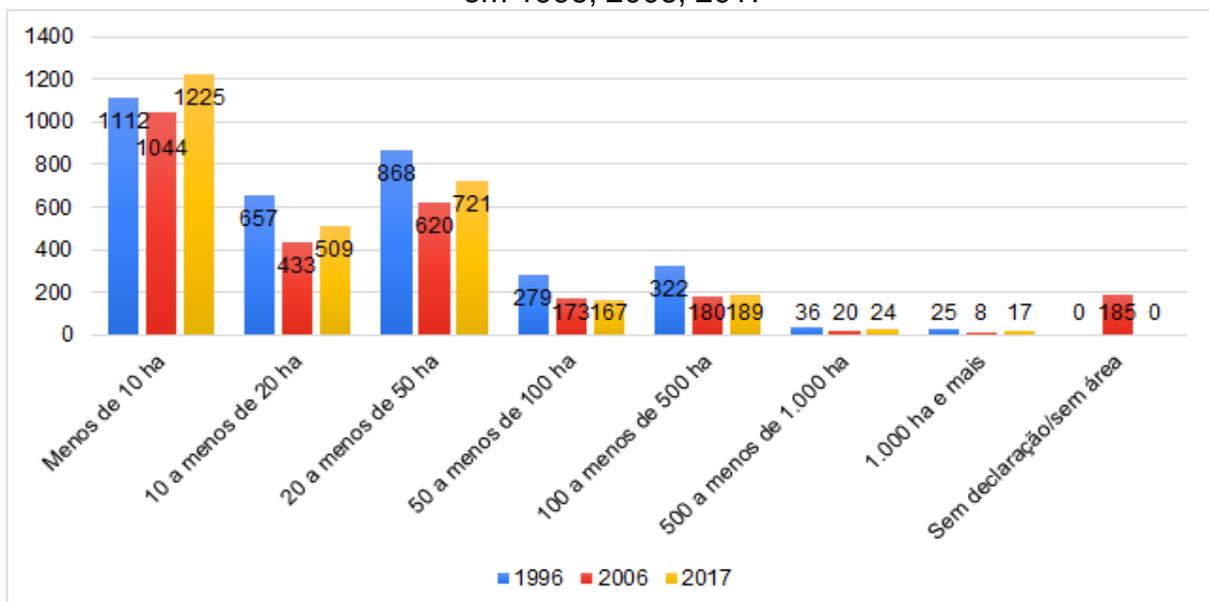
³⁶ Na tabela 16 são apresentados dados absolutos e relativos.

Na tabela 16 é possível perceber a diminuição na área total do município, mas o que mais se destaca é que embora o número de estabelecimentos com mais de 1.000 tenha se mantido, e inclusive aumentado entre 2006 e 2017, a área ocupada por esse diminuiu 37,81% nos mesmos anos. Os estabelecimentos com até 20 há aumentam nestes anos, os com 50 a 100 ha também, assim como os com 500 a 1.000 hectares.

Houve uma diminuição no tamanho das grandes áreas, mas tende a ser mais decorrente da diminuição da área agrícola do que de uma desconcentração fundiária, o que vale uma investigação mais profunda. Portanto esta pesquisadora não consegue apontar que houve desconcentração neste município nos anos estudados.

O município de **Pinhão** foi desmembrado de Guarapuava em 1965 (KRAJEVSKI, 2018), possui 2.001,588 km² e uma população estimada em 32.722 pessoas (IBGE, 2021). Conta com 4 PAs nos quais foram assentadas 201 famílias em 5.966,355 hectares de terra nos anos de 1989, 1992 (dois PAs) e 1999 (INCRA, 2021). O gráfico 14 e a tabela 17 trazem as informações pesquisadas para o município. As informações nos mostram que entre 1996 e 2017 o município perdeu 40,74% de sua área agrícola e tem uma diminuição de 13,55% do número de estabelecimentos. Podendo ser explicada pela desmembração do município de Reserva do Iguazu ocorrido em 1997.

Gráfico 15 - Número de estabelecimentos por área total, do município de Pinhão/PR, em 1996, 2006, 2017



Fonte: Elaboração própria, IBGE (2021)

Em 1996 o município possuía 1.112 unidades com menos de 10 ha, em 2006 este número diminuiu para 1.044 e aumentou para 1.225 em 2017, resultando em um aumento de 10,16% entre 1996 e 2017. Já as unidades com áreas entre 10 e 20 ha passaram de 657 unidades em 1996 para 433 em 2006 e 509 em 2017, registrando uma queda de 22,53% entre 1996 e 2017. O número de estabelecimentos com áreas entre 20 a 50 ha diminuiu 16,94% entre 1996 e 2017, uma vez que em 1996 havia 858 unidades, que diminuíram para 620 em 2006 e passaram para 721 unidades em 2017. Na faixa de área com 50 a 100 ha, também houve uma redução ao longo dos anos, neste caso de 40,14%. Em 1996 eram 279 unidades, em 2006 passou para 173 e em 2017 para 167 unidades.

Na faixa de áreas com 100 a 500 ha o número de unidades diminuiu de 322 unidades em 1996 para 180 em 2006 e 189 em 2017, uma queda de 41,30% entre 1996 e 2017. Com 36 estabelecimentos com área de 500 a 1.000 ha em 1996 o município passou para 20 em 2006 e aumentou para 24 em 2017. Já nas faixas maiores de área, ou seja, acima de 1.000 ha o número de unidades passou de 25 em 1996 para 8 em 2006 e chegou a 17 em 2017.

Tabela 17 - Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares) por grupos de área total, do município de Pinhão/PR, em 1996, 2006, 2017³⁷

| Grupos de área total | 1996 | | 2006 | | 2017 | | 1996 - 2017 |
|-------------------------|------------------|-------|----------------|-------|----------------|-------|---------------|
| | Unidades | % | Unidades | % | Unidades | % | Variação % |
| Menos de 10 ha | 5.458,0 | 2,40 | 4.057 | 3,44 | 5.028 | 3,73 | 1,33 |
| 10 a menos de 20 ha | 9.743,45 | 4,28 | 6.513 | 5,53 | 7.380 | 5,47 | 1,19 |
| 20 a menos de 50 ha | 26.829,68 | 11,78 | 18.610 | 15,79 | 21.420 | 15,88 | 4,09 |
| 50 a menos de 100 ha | 20.116,09 | 8,84 | 12.380 | 10,50 | 11.784 | 8,73 | -0,10 |
| 100 a menos de 500 ha | 67.743,72 | 29,76 | 36.294 | 30,79 | 41.527 | 30,78 | 1,03 |
| 500 a menos de 1.000 ha | 24.873,29 | 10,93 | 14.037 | 11,91 | 16.670 | 12,36 | 1,43 |
| 1.000 há e mais | 72.904,61 | 32,02 | 25.968 | 22,03 | 31.100 | 23,05 | -8,97 |
| Sem declaração | - | 0,00 | 0 | 0,00 | - | 0,00 | 0,00 |
| Total | 227.668,8 | | 117.859 | | 134.909 | | -40,74 |

Fonte: IBGE (2021)

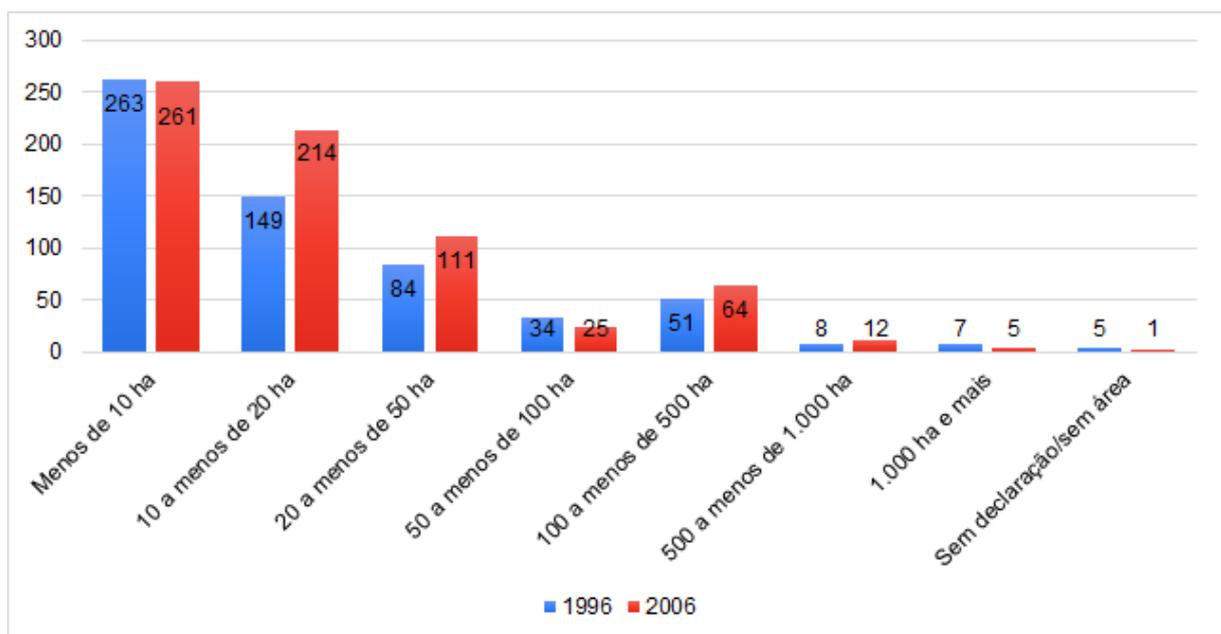
³⁷ Na tabela 17 são apresentados dados absolutos e relativos.

Para o município de Pinhão observa-se que entre 1996 e 2017 houve um aumento na área dos estabelecimentos com até 50 ha, mas por outro lado ocorreu também um aumento nas áreas ocupadas pelos estabelecimentos com 100 até 1.000 ha. Mantendo a concentração fundiária ao longo dos anos.

Como já mencionado, **Reserva do Iguaçu** foi implementado somente no ano de 1997, após sua desmembração do município de Pinhão (KRAJEVSKI, 2018), ele conta com uma área de 834,232 km² e uma população estimada de 8.127 pessoas (IBGE, 2021). O Município possui três PAs que assentaram 174 famílias em 4.330,80 hectares de terras, nos anos de 1999, 2000 e 2006.

Devido sua implementação tardia, as informações de 1996 deste município estão incluídas no município de Pinhão. Mas, como pode ser observado no gráfico 15 e na tabela 18, as unidades cujas áreas têm até 10 ha diminuem de 263 unidades em 2006 para 261 em 2017. Já os estabelecimentos com áreas entre 10 e 20 ha aumentaram de 149 em 2006 para 214 unidades em 2017, e passaram a ocupar mais 2,27% da área agrícola do município. Na faixa de área entre 20 a 50 ha as unidades passam de 84 para 111, aumentando 2,11% da área ocupada. Enquanto aquelas com 50 a 100 ha diminuíram de 34 estabelecimentos em 2006 para 25 em 2017, diminuindo 1,02% da área abrangida.

Gráfico 16 - Número de estabelecimentos por e área total, do município de Reserva do Iguaçu/PR, em 2006, 2017



Fonte: Elaboração própria, IBGE (2021)

Os estabelecimentos com área de 500 a 1.000 ha aumentaram de 51 para 64 unidades, aumentando 7,29% da área ocupada. Na faixa acima de 1.000 houve diminuição de 7 para 5 unidades diminuindo 15,63% da área ocupada.

Tabela 18 - Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares) por grupos de área total, do município de Reserva do Iguaçu/PR, em 2006, 2017³⁸

| Grupos de área total | 2006 | | 2017 | | 1996 - 2017 |
|-------------------------|---------------|-------|---------------|-------|--------------|
| | Unidades | % | Unidades | % | Variação % |
| Menos de 10 ha | 1.074 | 2,31 | 1.098 | 2,49 | 0,17 |
| 10 a menos de 20 ha | 2.311 | 4,98 | 3.201 | 7,25 | 2,27 |
| 20 a menos de 50 ha | 2.623 | 5,65 | 3.424 | 7,76 | 2,11 |
| 50 a menos de 100 ha | 2.404 | 5,18 | 1.835 | 4,16 | -1,02 |
| 100 a menos de 500 ha | 11.534 | 24,86 | 14.187 | 32,15 | 7,29 |
| 500 a menos de 1.000 ha | 5.846 | 12,60 | 7.681 | 17,41 | 4,81 |
| 1.000 há e mais | 20.610 | 44,42 | 12.700 | 28,78 | -15,63 |
| Sem declaração | 0 | 0,00 | X | 0,00 | 0,00 |
| Total | 46.402 | | 44.126 | | -4,90 |

Fonte: IBGE (2021)

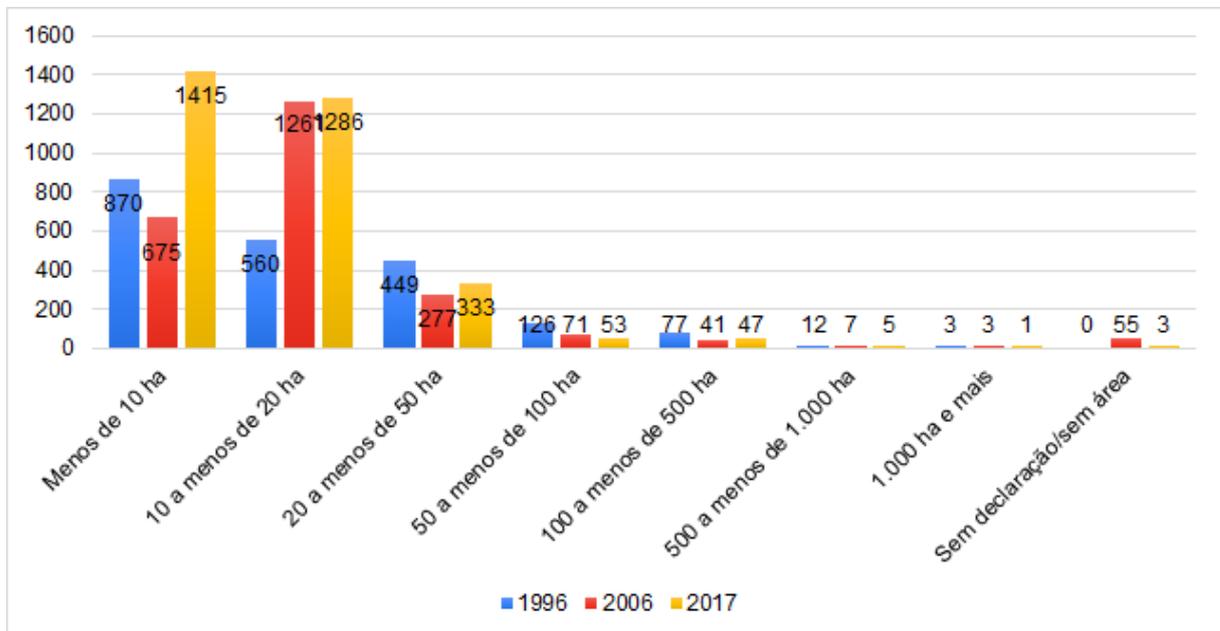
No total das unidades agrícolas o município teve um aumento de 15,31%, uma vez que em 2006 possuía 601 estabelecimentos e em 2017 passou para 693, enquanto a área agrícola diminuiu em 4,90%. Neste município é possível apontar que houve desconcentração fundiária.

O município de **Quedas do Iguaçu** foi desmembrado de Laranjeiras do Sul e instalado em 1968 (KRAJEVSKI, 2018), apresenta uma população estimada em 34.707 pessoas e uma área de 821,503 km² (IBGE, 2021). Segundo o INCRA, o município possui 3 PAs, implementados em 1988, 1995 e 2004, que assentaram 1.070 famílias em 25.575,68 hectares, deste total somente em 2004 foram 1.104 famílias assentadas em 23.733,18 hectares de terras. No gráfico 16 podemos observar que a implementação do PA em 2004 teve um grande impacto na estrutura fundiária deste município, assim como na tabela 19.

³⁸ Na tabela 18 são apresentados dados absolutos e relativos.

Observa-se que na faixa de área entre 10 a 20 ha o município passou de 560 unidades em 1996 para 1.261 unidades em 2006 e em 2017 com 1.286, totalizando um aumento de 129,64% de estabelecimentos e aumentou 12,63% do percentual de área agrícola ocupada no município, nessa faixa de área no período considerado. Ao mesmo tempo, o número de unidades acima de 1.000 hectares se mantém em 3, diminuindo para 2 somente após 2006. Mostrando que embora haja impacto dos territórios reformados no município, a concentração de outras terras se mantém no município.

Gráfico 17 - Número de estabelecimentos por área total, do município de Quedas do Iguaçu/PR, em 1996, 2006, 2017



Fonte: Elaboração própria, IBGE (2021)

Na faixa de área até 10 ha, no ano de 1996 havia 870 estabelecimentos, número que passa para 675 em 2006 e aumenta para 1.415 em 2017. Já os estabelecimentos com áreas entre 20 e 50 ha passam de 449 em 1996, para 277 em 2006, e 333 em 2017. Estabelecimentos com 50 a 100 ha reduziram de 126 unidades em 1996, para 71 em 2006 e 53 em 2017. As unidades cujas áreas têm entre 100 e 500 ha diminuíram de 77 em 1996 para 71 em 2006 e passaram para 47 em 2017. Por fim, aquelas entre 500 e 1.000 ha diminuíram de 12 unidades em 1996, para 7 em 2006 e 5 em 2017, uma queda de 58,33% entre 1996 e 2017.

Embora o município tenha perdido área com o desmembramento de Espigão Alto do Iguaçu, no ano de 1997, o número de estabelecimentos agropecuários não diminuiu, ao contrário somente aumentou. Elevando o percentual de área ocupada pelos estabelecimentos com 10 a 20 ha. Sendo essa a faixa em que se encontram os estabelecimentos de assentamentos. Mostrando que a reforma dos territórios ocupados pelo MST tem um impacto profundo na estrutura fundiária deste município.

Tabela 19 - Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares) por grupos de área total, do município de Quedas do Iguaçu/PR, em 1996, 2006, 2017³⁹

| Grupos de área total | 1996 | | 2006 | | 2017 | | 1996 - 2017 |
|-------------------------|------------------|-------|---------------|-------|---------------|-------|---------------|
| | Unidades | % | Unidades | % | Unidades | % | Varição % |
| Menos de 10 ha | 4.787,18 | 5,12 | 2.900 | 3,67 | 3.787 | 4,70 | -0,42 |
| 10 a menos de 20 ha | 8.123,57 | 8,69 | 16.043 | 20,29 | 17.178 | 21,32 | 12,63 |
| 20 a menos de 50 ha | 13.656,59 | 14,62 | 8.188 | 10,36 | 9.429 | 11,70 | -2,91 |
| 50 a menos de 100 ha | 8.545,37 | 9,15 | 4.794 | 6,06 | 3.551 | 4,41 | -4,74 |
| 100 a menos de 500 ha | 14.670,25 | 15,70 | 8.505 | 10,76 | 10.227 | 12,69 | -3,01 |
| 500 a menos de 1.000 ha | 7.973,29 | 8,53 | 4.448 | 5,63 | 3.500 | 4,34 | -4,19 |
| 1.000 ha e mais | 35.674,19 | 38,18 | 34.185 | 43,24 | 32.898 | 40,83 | 2,65 |
| Sem declaração | - | 0,00 | 0 | 0,00 | X | 0,00 | 0,00 |
| Total | 93.430,45 | | 79.063 | | 80.570 | | -13,76 |

Fonte: IBGE (2021)

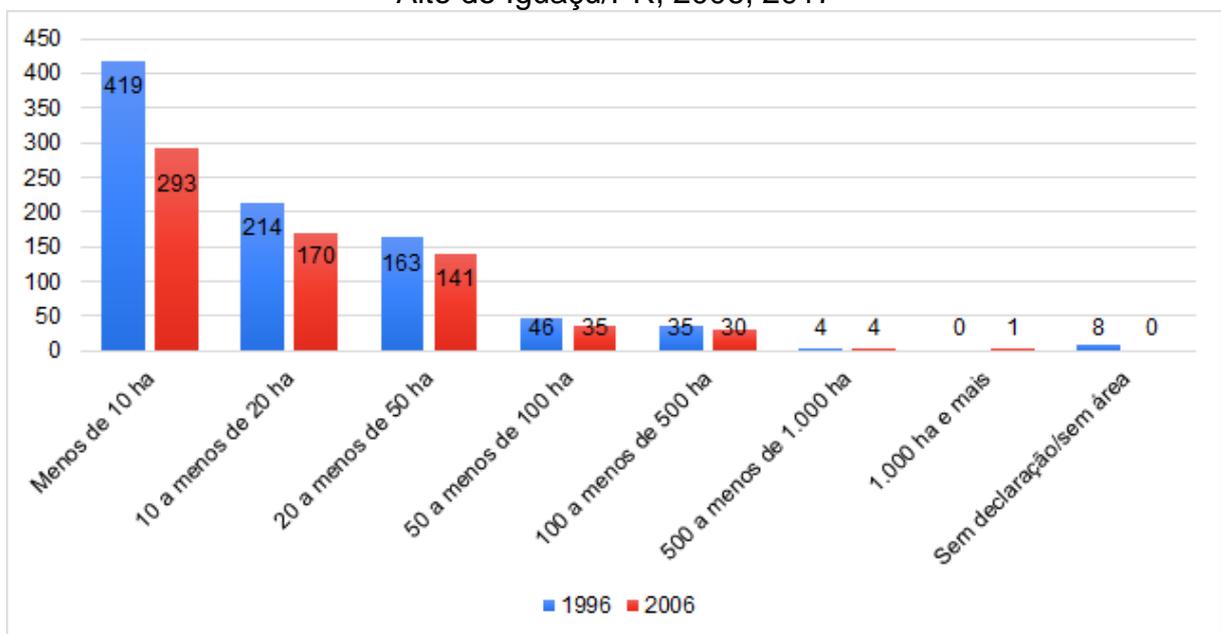
Observando os dados do gráfico 16 e da tabela 19 é possível apontar que o município desconcentrou terras neste período, mas ainda mantém concentração fundiária.

Com uma área de 326,440 km² e uma população estimada de 3.980 habitantes (IBGE, 2021), **Espigão Alto do Iguaçu** como já aqui evidenciado foi desmembrado de Quedas do Iguaçu e implementado no ano de 1997 (KRAJEWSKI, 2018). Por este motivo os dados referentes ao ano de 1996 deste município estão incluídos no município de Quedas do Iguaçu, sendo apresentados no gráfico 17 e na tabela 20 os anos de 2006 e 2017. Segundo o INCRA (2021) o município possui um PA que reformou 403 ha e assentou 23 famílias.

³⁹ Na tabela 19 são apresentados dados absolutos e relativos.

Neste município há uma constante diminuição de estabelecimentos com áreas até 500 ha, contabilizando uma redução em 23,72% do número de unidades, a área ocupada por estes também diminuiu ao longo dos anos. De 419 estabelecimentos com até 10 ha, em 1996, passou para 293 em 2017, perdendo 3,70% de área. Aqueles com área de 10 a 20 ha passaram de 214 para 170 entre os dois anos, diminuindo 1,64% da área ocupada. Enquanto nas faixas de 20 a 50 ha a redução foi de 163 em 2006 para 141 unidades em 2017, diminuindo 2,20% da área.

Gráfico 18 - Número de estabelecimentos por área total, do município de Espigão Alto do Iguaçu/PR, 2006, 2017



Fonte: Elaboração própria, IBGE (2021)

O número de estabelecimentos entre 50 e 100 ha passou de 46 para 35, perdendo 2,69% de área. Enquanto na faixa de 100 a 500 ha as unidades passaram de 35 em 2006 para 30 em 2017, representando uma diminuição de 1,81% da área.

Por outro lado, os estabelecimentos com área entre 500 e 1.000 ha se mantiveram em 4 unidades e aumentaram a área ocupada em 2,67%. Em 2006 não havia estabelecimento com mais de 1.000 e em 2017 o município passou a ter um com 2.064 ha. Ao todo, no ano de 2017 em relação a 2006, o município perdeu 24,18% das unidades agrícolas e 8,19% da área agrícola. Neste caso é possível apontar que houve clara concentração fundiária ao longo dos anos estudados.

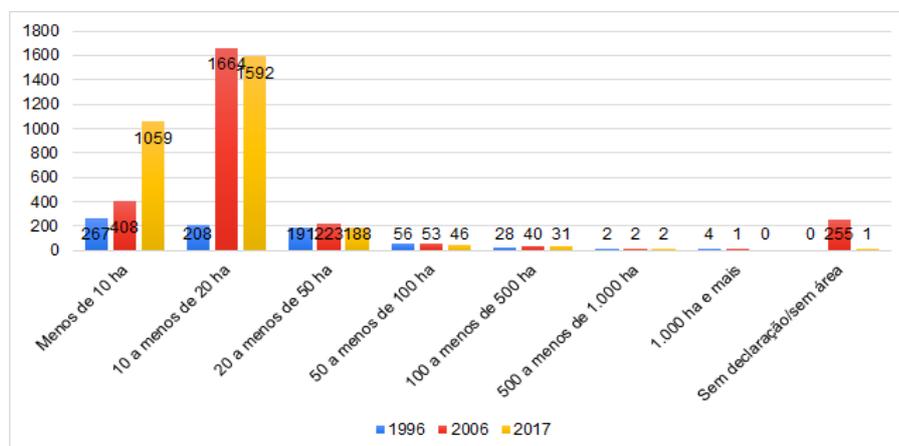
Tabela 20 - Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares) por grupos de área total, do município de Espigão Alto do Iguaçu/PR, em 2006, 2017⁴⁰

| Grupos de área total | 2006 | | 2017 | | 1996 - 2017 |
|-------------------------|---------------|-------|---------------|-------|--------------|
| | Unidades | % | Unidades | % | Variação % |
| Menos de 10 ha | 2.177 | 9,07 | 1.184 | 5,37 | -3,70 |
| 10 a menos de 20 ha | 3.084 | 12,85 | 2.471 | 11,21 | -1,64 |
| 20 a menos de 50 ha | 5.094 | 21,22 | 4.192 | 19,02 | -2,20 |
| 50 a menos de 100 ha | 3.361 | 14,00 | 2.493 | 11,31 | -2,69 |
| 100 a menos de 500 ha | 7.364 | 30,68 | 6.363 | 28,88 | -1,81 |
| 500 a menos de 1.000 ha | 2.919 | 12,16 | 3.269 | 14,83 | 2,67 |
| 1.000 ha e mais | 0 | 0,00 | 2.064 | 9,37 | 9,37 |
| Sem declaração | - | 0,00 | - | 0,00 | 0,00 |
| Total | 24.001 | | 22.036 | | -8,19 |

Fonte: IBGE (2021)

Com uma população estimada em 13.240 pessoas e uma área de 681,406 km² (IBGE, 2021), **Rio Bonito do Iguaçu** foi desmembrado de Laranjeiras do Sul e instalado no ano de 1993 (KRAJEVSKI, 2018). Possui 1.575 famílias assentadas em 27.982,91 hectares de terras em 3 PAs implementados nos anos de 1997, 1998 e 2005. No gráfico 18 e tabela 21 podemos visualizar o impacto dessas áreas reformadas no município.

Gráfico 19 - Número de estabelecimentos por área total, do município de Rio Bonito do Iguaçu/PR, em 1996, 2006, 2017



Fonte: Elaboração própria, IBGE (2021)

⁴⁰ Na tabela 20 são apresentados dados absolutos e relativos.

A mudança observada no gráfico 18 e na tabela 21 é otimista. Em 1996 Rio Bonito contava com 267 unidades com menos de 10 hectares de terras, que passaram para 408 em 2006 e 1059 em 2017, um aumento de 286,11% nos anos inicial e final. As unidades com área entre 10 e 20 hectares também apresentam um aumento significativo, uma vez que passam de 208 unidades em 1996, para 1.664 em 2006, e embora tenha uma queda para 1.592 em 2017, ainda é registrado um aumento de 665,38% de estabelecimentos nessa faixa entre 1996 e 2017. Essa faixa obteve um aumento de 49% da área entre 1996 e 2006.

Já as unidades cujas áreas estão entre 20 e 50 hectares que passam de 191 em 1996, para 223 em 2006, e caem para 188 em 2017, registrando uma queda de 1,57% entre 1996 e 2017, mas um aumento de 2,54% de área abrangida. As unidades com áreas entre 50 e 500 hectares apresentam uma redução na quantidade de estabelecimentos e áreas.

Aquelas de 500 a 1.000 se mantêm em dois estabelecimentos, mas na faixa de área com mais de 1.000 hectares observa-se que de 4 unidades em 1996, passam para apenas 1 em 2006, e zeram em 2017, observando uma queda de 64,87% de área ocupada por esses estabelecimentos.

Tabela 21 - Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares) por grupos de área total, do município de Rio Bonito do Iguçu/PR, em 1996, 2006, 2017⁴¹

| Grupos de área total | 1996 | | 2006 | | 2017 | | 1996 - 2017 |
|-------------------------|------------------|-------|---------------|-------|---------------|-------|---------------|
| | Unidades | % | Unidades | % | Unidades | % | Variação % |
| Menos de 10 ha | 1.591,44 | 2,72 | 1.801 | 3,94 | 4.199 | 9,34 | 6,62 |
| 10 a menos de 20 ha | 2.935,16 | 5,01 | 24.053 | 52,68 | 24.290 | 54,01 | 49,00 |
| 20 a menos de 50 ha | 5.917,65 | 10,10 | 6.303 | 13,81 | 5.686 | 12,64 | 2,54 |
| 50 a menos de 100 ha | 4.053,63 | 6,92 | 3.577 | 7,83 | 3.083 | 6,86 | -0,06 |
| 100 a menos de 500 ha | 4.834,70 | 8,25 | 7.331 | 16,06 | 6.322 | 14,06 | 5,80 |
| 500 a menos de 1.000 ha | 1.248,62 | 2,13 | 1.391 | 3,05 | 1.391 | 3,09 | 0,96 |
| 1.000 há e mais | 37.998,11 | 64,87 | 1.200 | 2,63 | 0 | 0,00 | -64,87 |
| Sem declaração | - | - | - | - | - | - | - |
| Total | 58.579,31 | | 45.656 | | 44.971 | | -23,23 |

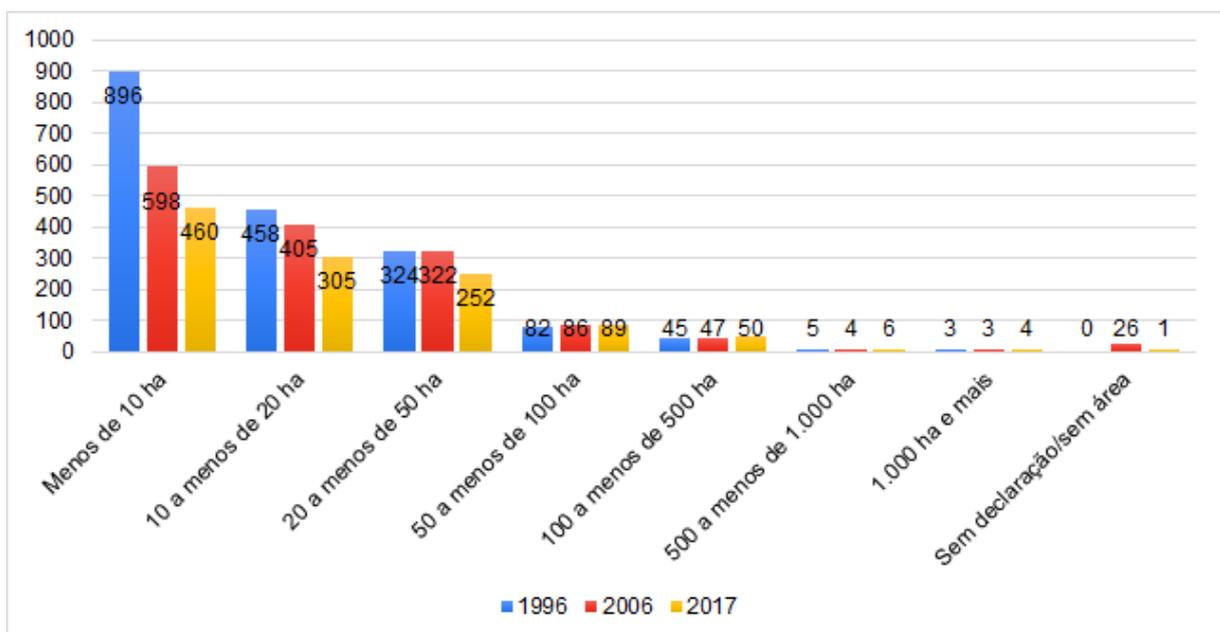
Fonte: IBGE (2021)

⁴¹ Na tabela 21 são apresentados dados absolutos e relativos.

Assim, observando na totalidade, o Rio Bonito do Iguazu apresentou um aumento de 286,11% do número de estabelecimentos agropecuários entre 1996 e 2017, e uma diminuição de 23,33% da área agrícola. Mas é possível afirmar que o município desconcentrou terras ao longo dos anos, pois em 1996 a unidade com 10 a 20 ha representavam apenas 5,01% da área agrícola e passaram para 54,01% em 2017. Já as unidades com mais de 1.000 ha que ocupavam 64,87% em 1996 deixaram de existir em 2017.

O município de **Três Barras do Paraná** foi desmembrado de Catanduvas e instalado no ano de 1983 (KRAJEVSKI, 2018), conta com uma área de 504,171 km² e uma população estimada de 12.036 habitantes (IBGE, 2021). Possui 1 PA implementado em 2001, com 21 famílias assentadas em 353,78 hectares de terra, e 2 PRB implementados em 2005, com 53 famílias em uma área de 1.836,92 hectares. Ao todo são 74 famílias assentadas em 2.190,70 hectares de terra no município.

Gráfico 20 - Número de estabelecimentos por área total, do município de Três Barras do Paraná/PR, em 1996, 2006, 2017



Fonte: Elaboração própria, IBGE (2021)

Ao observar o gráfico 19 e na tabela 22, constata-se que entre os anos de 1996, 2006 e 2017 houve um aumento da concentração da terra em Três Barras do Paraná, uma vez que houve uma diminuição de 35,63% no número de estabelecimentos considerando o ano inicial e o final da análise e um aumento no percentual de área

ocupada por estabelecimentos com mais de 50 ha, se intensificando em estabelecimento com mais de 100 há. É possível observar na tabela 22 que as unidades com mais de 1.000 ha aumentam 5,60% a área ocupada entre 1996 e 2017.

Tabela 22 - Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares) por grupos de área total, do município de Três Barras do Paraná/PR, em 1996, 2006, 2017⁴²

| Grupos de área total | 1996 | | 2006 | | 2017 | | 1996 - 2017 |
|-------------------------|------------------|-------|---------------|-------|---------------|-------|--------------|
| | Unidades | % | Unidades | % | Unidades | % | Variação % |
| Menos de 10 ha | 4.757,6 | 11,14 | 3.314 | 8,25 | 2.474 | 6,24 | -4,90 |
| 10 a menos de 20 ha | 6.567,98 | 15,37 | 5.911 | 14,71 | 4.450 | 11,22 | -4,16 |
| 20 a menos de 50 ha | 9.756,80 | 22,84 | 10.033 | 24,98 | 7.525 | 18,97 | -3,87 |
| 50 a menos de 100 ha | 5.429,04 | 12,71 | 6.049 | 15,06 | 6.011 | 15,15 | 2,44 |
| 100 a menos de 500 ha | 8.778,18 | 20,55 | 7.996 | 19,90 | 9.754 | 24,58 | 4,04 |
| 500 a menos de 1.000 ha | 3.460,4 | 8,10 | 3.349 | 8,34 | 3.551 | 8,95 | 0,85 |
| 1.000 ha e mais | 3.973,64 | 9,30 | 3.519 | 8,76 | 5.910 | 14,90 | 5,60 |
| Sem declaração | - | - | 0 | 0,00 | X | - | - |
| Total | 42.723,66 | | 40.172 | | 39.675 | | -7,14 |

Fonte: IBGE (2021)

O Município de Três Barras do Paraná concentrou terras nos anos estudados.

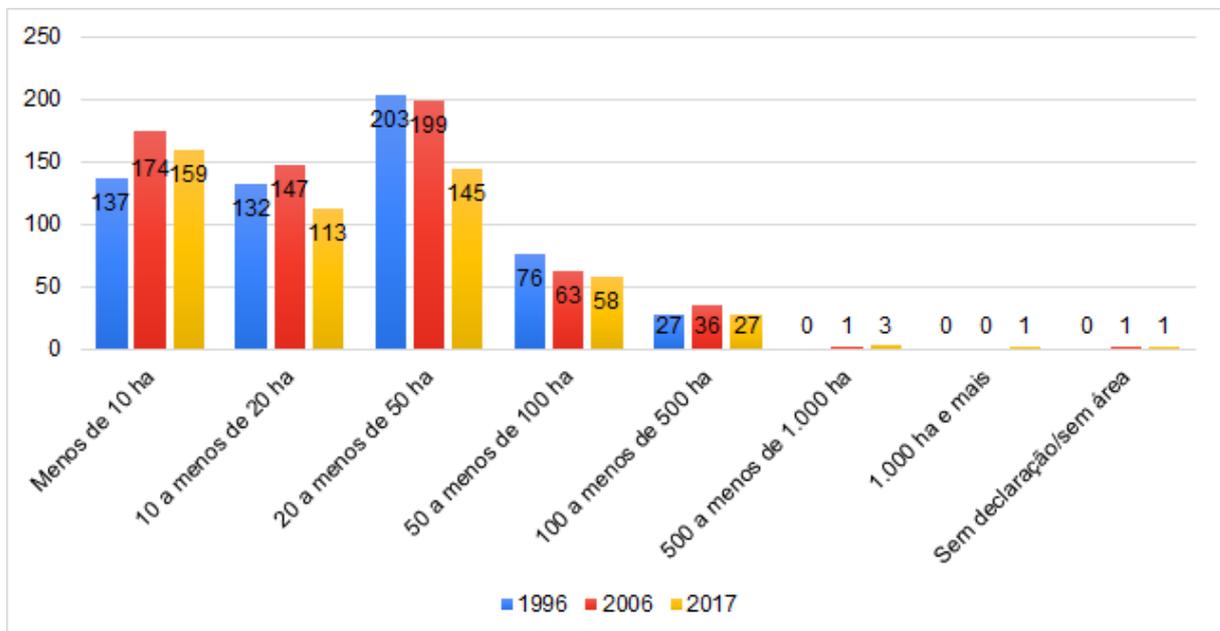
Com uma população estimada em 4.051 pessoas e uma área de 243,173 km² (IBGE, 2021), **Virmond** foi desmembrado de Laranjeiras do Sul e instalado no ano de 1993. Segundo o INCRA (2021) não possui nenhum PAs. O gráfico 20 e a tabela 23 trazem as informações coletadas para este município.

É possível observar que ao longo dos anos em Virmond foi aumentando a concentração de terras. É registrado um aumento de 8% no número de unidades em 2006 com relação a 1996, mas quando chegamos em 2017 é possível observar que ocorreu uma queda de 11,83% do número total de estabelecimentos comparando este último ano com 1996, queda que não foi acompanhada pela diminuição de área agrícola.

⁴² Na tabela 22 são apresentados dados absolutos e relativos.

Neste município as unidades com áreas até 10 ha aumentam de 137 em 1996, para 174 em 2006 e caem para 159 em 2017. Já os estabelecimentos com 10 a 20 ha, passam de 132 em 1996, para 147 em 2006, e caem para 113 em 2017. As áreas com 20 a 50 ha diminuem de 203 em 1996 para 145 em 2017. Na faixa de área entre 50 e 100 ha o número passa de 76 unidades em 1966, passa para 63 em 2006 e 58 em 2017. Os estabelecimentos com área entre 100 e 500 ha aumentaram de 27 em 1996 para 36 em 2006 e voltam para 27 unidades em 2017.

Gráfico 21 - Número de Estabelecimentos por área total, do município de Virmond/PR, em 1996, 2006, 2017



Fonte: Elaboração própria, IBGE (2021)

Por fim, nas áreas acima de 500 ha é possível visualizar um aumento no número de estabelecimentos. Entre 500 e 1.000 ha no ano de 1996 não havia unidades mas em 2006 é registrada uma e em 2017 são registradas 3 unidades. No caso daquelas com mais de 1.000 ha em 1996 e 2006 não havia áreas desse porte, e em 2017 o município passa a ter uma.

A tabela 23 apresenta que as unidades com 10 ha até as com 500 ha diminuíram a área ocupada entre 1996 e 2017. Enquanto as áreas com mais de 500 ha aumentaram a área ocupada. E tendo em vista a diminuição do número de

estabelecimentos é possível apontar que o município concentrou terras no período estudado.

Tabela 23 - Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares) por grupos de área total, do município de Virmond/PR, em 1996, 2006, 2017⁴³

| Grupos de área total | 1996 | | 2006 | | 2017 | | 1996 - 2017 |
|-------------------------|------------------|-------|---------------|-------|---------------|-------|--------------|
| | Unidades | % | Unidades | % | Unidades | % | Variação % |
| Menos de 10 ha | 823,04 | 4,25 | 958 | 4,75 | 877 | 4,57 | 0,32 |
| 10 a menos de 20 ha | 1.922,51 | 9,93 | 2.168 | 10,75 | 1.669 | 8,69 | -1,24 |
| 20 a menos de 50 ha | 6.434,85 | 33,24 | 6.125 | 30,38 | 4.511 | 23,49 | -9,75 |
| 50 a menos de 100 ha | 5.253,02 | 27,13 | 4.271 | 21,18 | 3.943 | 20,53 | -6,60 |
| 100 a menos de 500 ha | 4.925,91 | 25,44 | 5.926 | 29,39 | 4.700 | 24,47 | -0,97 |
| 500 a menos de 1.000 ha | - | 0,00 | 716 | 3,55 | 2.205 | 11,48 | 11,48 |
| 1.000 há e mais | - | 0,00 | - | 0,00 | 1.300 | 6,77 | 6,77 |
| Sem declaração | - | 0,00 | X | 0,00 | X | 0,00 | 0,00 |
| Total | 19.359,33 | | 20.164 | | 19.205 | | -0,80 |

Fonte: IBGE (2021)

Antes de adentrar a próxima seção deste capítulo evidenciamos que ao longo dos anos a maior parte dos municípios da região concentrou mais terras do que reformou. É possível afirmar que apenas três dos 20 municípios desconcentraram terras, sendo eles Reserva do Iguaçu, Rio Bonito do Iguaçu e Quedas do Iguaçu. Também pode ser afirmado que o MST impediu que a concentração de terras fosse ainda maior em todos os 14 municípios em que está presente. Destacando sua atuação em Rio Bonito do Iguaçu e Quedas do Iguaçu que tiveram as maiores divisões de terra através da luta dos camponeses organizados pelo Movimento Sem Terra.

⁴³ Na tabela 23 são apresentados dados absolutos e relativos.

5.2 DADOS DO TERRITÓRIO DA CIDADANIA CANTUQUIRIGUAÇU/PR E BRASIL

Nesta seção do capítulo, apresentamos os resultados obtidos para o TC Cantuquiriguaçu e os comparamos com os dados para o Brasil. Embora anteriormente tenhamos visto que houve territórios reformados antes e após 1996 em 14 dos 20 municípios estudados, 17 dos 20 municípios concentraram mais áreas do que reformaram. E ao olhar os dados do Território da Cantuquiriguaçu percebemos que, obviamente, a concentração ocorrida nos municípios reflete no somatório dos dados.

Na tabela 24 e 25, podemos observar que entre 1996 e 2017 há um aumento no número de unidades de 7,02% e uma diminuição da área agrícola 6,40%. Os estabelecimentos com até 10 ha aumentaram em unidades, mas diminuíram em área ocupada. Já os estabelecimentos com 10 a 20 ha aumentam em unidades, passando de 5226 em 1996 para 7.376 em 2006 e 6.955 em 2017, e aumentam a área ocupada que foi de 75.485,6 ha em 1996 para 100.866 ha em 2017.

Tabela 24 - Número de estabelecimentos agrícolas por área total (em hectares) no Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, em 1996, 2006 e 2017⁴⁴

| Grupos de área total | 1996 | | 2006 | | 2017 | | 1996 - 2017 |
|-------------------------|---------------|--------|---------------|--------|---------------|--------|--------------|
| | Unidades | % | Unidades | % | Unidades | % | Variação % |
| Menos de 10 ha | 9.285 | 40,10% | 8.961 | 35,19% | 10.140 | 40,92% | 0,82% |
| 10 a menos de 20 ha | 5.226 | 22,57% | 7.376 | 28,97% | 6.955 | 28,06% | 5,50% |
| 20 a menos de 50 ha | 5.204 | 22,47% | 4.817 | 18,92% | 4.537 | 18,31% | -4,17% |
| 50 a menos de 100 ha | 1.647 | 7,11% | 1.529 | 6,00% | 1.401 | 5,65% | -1,46% |
| 100 a menos de 500 ha | 1.516 | 6,55% | 1.518 | 5,96% | 1.416 | 5,71% | -0,83% |
| 500 a menos de 1.000 ha | 170 | 0,73% | 190 | 0,75% | 204 | 0,82% | 0,09% |
| 1.000 ha e mais | 108 | 0,47% | 89 | 0,35% | 112 | 0,45% | -0,01% |
| Sem declaração/sem área | 0 | 0,00% | 983 | 3,86% | 17 | 0,07% | 0,07% |
| Total | 23.156 | | 25.463 | | 24.782 | | 7,02% |

Fonte: IBGE (2021)

⁴⁴ A tabela 24 possui dados absolutos e relativos.

Os estabelecimentos com 20 até 500 ha diminuem em unidade e área ocupada ao longo dos anos estudados. Já os com 500 até 1.000 ha aumentaram em unidade e área. Aquelas acima de 1.000 ha diminuíram de 108, em 1996, para 89, em 2006, aumentando para 112 em 2017, totalizando um número maior que em 1996. Já a área ocupada diminuiu de 308.616,55 ha em 1996 para 234.040 em 2006 e chegou em 256.960 em 2017, apontando que embora tenha aumentado o número de unidade desta faixa entre 1996 e 2017 a área ocupada por eles diminuiu

Na tabela 24 e 25 é possível visualizar que as áreas com 10 até 20 ha aumentaram sua representatividade no TC Cantuquiriguaçu em unidade (5,5%) e área (2,82%). Na outra ponta temos os estabelecimentos com mais de 1.000 ha que diminuíram sua representatividade em unidades (0,01%) e área (2,98%). Já as unidades com 20 até 50 ha diminuíram suas representatividade em áreas e as com 100 até 1.000 ha aumentaram.

Tabela 25 - Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares) por grupos de área total, do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu/PR, em 1996, 2006, 2017⁴⁵

| Grupos de área total | 1996 | | 2006 | | 2017 | | 1996 - 2017 |
|-------------------------|---------------------|-------|---------------------|-------|---------------------|-------|--------------|
| | Unidades | % | Unidades | % | Unidades | % | Variação % |
| Menos de 10 ha | 47.940,51 | 4,19 | 40.398 | 3,74 | 40.135 | 3,75 | -0,44 |
| 10 a menos de 20 ha | 75.485,62 | 6,60 | 104.922 | 9,72 | 100.866 | 9,42 | 2,82 |
| 20 a menos de 50 ha | 158.815,43 | 13,88 | 145.682 | 13,49 | 136.112 | 12,71 | -1,17 |
| 50 a menos de 100 ha | 115.772,70 | 10,12 | 107.871 | 9,99 | 98.900 | 9,24 | -0,88 |
| 100 a menos de 500 ha | 318.033,86 | 27,80 | 316.325 | 29,30 | 307.420 | 28,71 | 0,91 |
| 500 a menos de 1.000 ha | 119.460,20 | 10,44 | 132.376 | 12,26 | 130.482 | 12,18 | 1,74 |
| 1.000 há e mais | 308.616,55 | 26,97 | 232.040 | 21,49 | 256.960 | 24,00 | -2,98 |
| Sem declaração | - | 0,00 | - | 0,00 | - | 0,00 | 0,00 |
| Total | 1.144.124,86 | | 1.079.614,00 | | 1.070.875,00 | | -6,40 |

Fonte: IBGE (2021)

Portanto é possível apontar que, embora o território tenha desconcentrado terras nesse período, mantém uma concentração fundiária alta. Pois as unidades com

⁴⁵ Na tabela 25 são apresentados dados absolutos e relativos.

mais de 100 ha representam em 2017 o menor percentual de unidades e o maior percentual em área ocupada, assim como era em 1996.

Tabela 26 - Número de estabelecimentos agrícolas e área ocupada (em hectares) no Brasil, em 1996, 2006 e 2017⁴⁶

| Grupos de área total | 1996 | | 2006 | | 2017 | | 1996 - 2017 |
|-------------------------|------------------|-------|------------------|-------|------------------|-------|-------------|
| | Unidades | % | Unidades | % | Unidades | % | Variação % |
| Menos de 10 ha | 2.402.374 | 49,43 | 2.477.151 | 47,86 | 2.543.681 | 50,14 | 0,71 |
| 10 a menos de 20 ha | 701.417 | 14,43 | 736.798 | 14,24 | 730.662 | 14,40 | -0,03 |
| 20 a menos de 50 ha | 814.695 | 16,76 | 843.920 | 16,31 | 855.865 | 16,87 | 0,11 |
| 50 a menos de 100 ha | 400.375 | 8,24 | 390.882 | 7,55 | 394.157 | 7,77 | -0,47 |
| 100 a menos de 500 ha | 411.557 | 8,47 | 370.130 | 7,15 | 365.841 | 7,21 | -1,26 |
| 500 a menos de 1.000 ha | 58.407 | 1,20 | 54.158 | 1,05 | 54.878 | 1,08 | -0,12 |
| 1.000 ha e mais | 49.358 | 1,02 | 47.578 | 0,92 | 51.203 | 1,01 | -0,01 |
| Sem declaração | 21.682 | 0,45 | 255.019 | 4,93 | 77.037 | 1,52 | 1,07 |
| Total | 4.859.865 | | 5.175.636 | | 5.073.324 | | 4,39 |

Fonte: IBGE (2021)

Na tabela 26 observamos que em 1996 era de 49,43% o percentual dos estabelecimentos do Brasil que possuíam menos de 10 ha, em 2006 representavam 47,86% e em 2017 chegam a representar 50,14%, já em termos de área representavam apenas 2,23% em 1996, 2,34% em 2006 e 2,28% em 2017. Enquanto as unidades com mais de 500 ha representam meros 1,47% dos estabelecimentos em 1996 passam para 1,97 em 2006 e chegam a 2,09 em 2017, mas em área em 1996 ocupavam 56,46%, em 2006 passam para 56,16% e em 2017 chegam a representar 58,42%.

Entre 1996 e 2017 o Brasil registrou um aumento no número de unidades em todas as faixas até 50 ha e nas com mais de 1.000. Assim como em área utilizada nesses recortes. Portanto, não é possível apontar que o Brasil desconcentrou terras neste período, pois embora tenha aumentado o número em unidades a área não foi dividida de forma a desconcentrar das grandes estabelecimentos (500 ha e mais) que seguem dominando mais de 58% do território agrícola do país.

⁴⁶ A tabela 26 possui dados absolutos e relativos.

Tabela 27 - Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares) por grupos de área total, no Brasil, em 1996, 2006, 2017⁴⁷

| Grupos de área total | 1996 | | 2006 | | 2017 | | 1996 - 2017 |
|-------------------------|-----------------------|-------|--------------------|-------|--------------------|-------|--------------|
| | Unidades | % | Unidades | % | Unidades | % | Variação % |
| Menos de 10 ha | 7.882.194,05 | 2,23 | 7.798.777 | 2,34 | 7.993.969 | 2,28 | 0,05 |
| 10 a menos de 20 ha | 9.799.203,59 | 2,77 | 10.289.758 | 3,08 | 10.205.797 | 2,91 | 0,13 |
| 20 a menos de 50 ha | 25.438.628,71 | 7,19 | 26.120.877 | 7,83 | 26.661.932 | 7,59 | 0,40 |
| 50 a menos de 100 ha | 27.455.753,27 | 7,76 | 26.483.343 | 7,94 | 26.942.917 | 7,67 | -0,09 |
| 100 a menos de 500 ha | 83.355.220,07 | 23,57 | 75.603.795 | 22,66 | 74.255.950 | 21,14 | -2,43 |
| 500 a menos de 1.000 ha | 40.186.297,06 | 11,36 | 37.240.391 | 11,16 | 38.001.742 | 10,82 | -0,55 |
| 1.000 há e mais | 159.493.949,05 | 45,10 | 150.143.096 | 45,00 | 167.227.511 | 47,60 | 2,50 |
| Sem declaração | - | 0,00 | 0 | 0,00 | - | 0 | 0,00 |
| Total | 353.611.245,79 | | 333.680.037 | | 351.289.816 | | -0,66 |

Fonte: IBGE (2021)

A preservação da concentração fundiária no século XXI segue sendo uma opção do Estado. Zeneratti (2021) aponta, que até o ano de 2006 se mantém um número razoável de territórios reformados anualmente, sendo este período aquele no qual houve desconcentração de terras no TC e no Brasil. Mas que o autor aponta que passa a diminuir drasticamente a partir de 2006. A situação é resultado de dois fatores, a diminuição de ocupações de terras e das políticas de regularização fundiária para grandes proprietários (IDEM, 2021).

No caso do TC Cantuquiriguaçu observamos que as ocupações de terras se concentram antes do período abordado na pesquisa, mas também muitas delas se deram entre 1996 e 2006 sendo justamente este período que pudemos apontar aqui como o que desconcentrou terras mais do que concentrou. Confirmando a indagação feita por Zeneratti (2021).

⁴⁷ Na tabela 27 são apresentados dados absolutos e relativos.

E reafirmando que o observado nos 20 municípios é apenas um reflexo das decisões políticas do Estado Brasileiro. Embora seja uma região com grandes áreas reformadas e em conflito, é uma região formada por grandes latifúndios que se mantiveram ao longo dos anos e na maioria dos municípios, se ampliaram.

Autores como Prado Jr., Galeano nos apontam que o gargalo do desenvolvimento brasileiro está na concentração fundiária. Sendo o TC Cantuquiriguaçu um recorte espacial que apresenta forte concentração fundiária, possivelmente este seja um dos gargalos que mantém este território como o segundo menos desenvolvido do Paraná.

Outro fator importante é a territorialidade do MST, apontada por Bernardo Mançano Fernandes. O MST chegou na região na década de 1980 no município de Cantagalo, logo se espalhou e hoje possui assentamentos em 14 dos 20 municípios. Sendo este Movimento o responsável pela desconcentração de terras no território estudado e possivelmente no Brasil, pois está presente em 24 estados com cerca de 450 mil famílias (MST, 2022).

A formação do Brasil é marcada pela desigualdade de direitos e oportunidades e a desigualdade no acesso à terra debatida e apresentada pelos autores e autoras que ajudaram a embasar esta pesquisa se comprova ao olhar de perto os dados, que deveriam ser muito mais promissores. O Estado não olha para o campo como um espaço de vida, olha como um espaço meramente mercantil para crescimento econômico. Portanto, não se preocupa em atender às reais necessidades dos que ali vivem e promover um desenvolvimento social, ambiental, cultural, econômico do País.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate da reforma agrária nasceu da problemática da concentração fundiária, mas atualmente engloba muito além da divisão justa da terra, está relacionada à posse, uso e propriedade da terra. Entretanto este debate tem muito a avançar, pois somente é pautado pelo Estado devido à pressão dos Movimentos Sociais organizados, como o MST, que lutam pela terra através do enfrentamento direto aos latifúndios. Portanto, a questão agrária brasileira ainda tem muito a ser debatida e compreendida pela sociedade e principalmente dentro da atuação institucional do Estado para que seja efetivada como uma política pública institucional.

A não efetivação da Reforma Agrária, como Política Pública, nos possibilita afirmar que não temos Reforma Agrária no Brasil. No entanto, temos territórios reformados através da atuação do Estado, que só se efetivaram através de muita luta e resistência de movimentos sociais para conquistar seu direito ao acesso à terra.

Esta resistência e luta é realizada por diversos povos de diferentes culturas, e dentre eles estão os agricultores familiares camponeses. Estes sujeitos possuem nomenclaturas diferentes, porém esta autora compreende que os agricultores familiares são camponeses, pois trazem consigo o conhecimento milenar, a relação direta com a terra e envolvimento da família no processo de produção. Mas sim, também se modernizaram, se adaptaram às mudanças sociais. Sendo a agricultura familiar um termo institucional, que acaba por apagar parte da história do(a) camponês(a). Estes sujeitos, além de se enquadrarem nos limites da lei, optam por esta nomenclatura, de origem do campesinato, porque trazem consigo a resistência política desses sujeitos e dessa história.

O Território estudado possui uma forte presença desses sujeitos desde sua colonização europeia, após 1500. Mas também possui muito presente em sua formação a resistência dos povos Indígenas. Em meados de 1770 são descobertos os Campos de Guarapuava e em seguida é formado os Campos de Laranjeiras que vão dar origem aos 20 municípios que compõem o Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, e vários outros. Com a expulsão de povos originários a região abrigou diversas sesmarias em sua formação, constituindo a origem de diversos latifúndios atuais.

A resistência marca este território, seja nos povos indígenas, quilombolas e outros, seja na luta pela terra travada por famílias Sem Terra organizadas pelo MST desde o final da década de 1980. O MST ajudou a reformar diversos territórios, os quais constituem 98.475,31 hectares de terra reformados em 14 municípios do TC onde vivem 4.393 famílias. Contribuindo diretamente para a desconcentração da terra no período abordado.

Conclui-se que, embora tenhamos esse número de áreas e famílias assentadas, a concentração de terra é uma realidade encontrada nos municípios deste Território. Mostrando e confirmando, que embora haja diversas lutas organizadas, sem a atuação séria do Estado para realizar a reforma agrária esta problemática não será solucionada. A realidade dos municípios da Cantuquiriguaçu é apenas um reflexo das decisões governamentais desde a colonização. Os dados coletados pelo IBGE e apresentados por esta autora evidenciam uma realidade similar entre o TC Cantuquiriguaçu e o Brasil.

Cabe ressaltar que entre 1996 e 2017 é possível apontar que somente 3 dos 20 municípios do território estudados desconcentrou terras, Reserva do Iguaçu, Rio Bonito do Iguaçu e Quedas do Iguaçu. Nos anos estudados, entre 1996 e 2006 houve um aumento de 9,96% no número total de estabelecimentos agrícolas e embora tenha ocorrido a queda de 2,94% entre 2006 e 2017, na comparação entre 1996 e 2017 o TC Cantuquiriguaçu aumentou o número de estabelecimentos em 7,02%.

Todos os 20 municípios merecem uma investigação mais profunda. Pois diversos questionamentos surgem ao observar o quanto de terras se concentram neste período. O que levou a diminuição de área agrícola nos municípios e no Brasil? Porque a concentração de terras segue sendo uma opção do Estado, se há tantas pesquisas e comprovações de que este modelo não ajuda no desenvolvimento econômico, social, ambiental e cultural do país?

Por fim, volta-se a destacar o papel do MST na luta pela reforma agrária e sua presença notável no recorte espacial estudado. Sendo as famílias camponesas organizadas por esse Movimento as responsáveis por reformar diversos estabelecimentos improdutivos e ilegais nestes municípios e assim contribuirão diretamente para que a concentração fundiária encontrada não fosse ainda maior.

REFERÊNCIAS

ALENTAJANO, Paulo. **Estrutura Fundiária**. In. CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO G. (Orgs.). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

BENSON, Aline; ALLEBRANDT, Sergio Luis. **Organizações Rurais & Agroindustriais**. 16 v. 2. n. Minas Gerais: Universidade Federal de Lavras, 2014. 247-261 p.

_____. Decreto, de 25 de fevereiro de 2008. **Institui o Programa Territórios da Cidadania e dá outras providências**. 2008. Disponível em: <[https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DSN & numero=25/02-1](https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DSN&numero=25/02-1) > ano=2008 & ato=f4coXVU9UNRpWT27b>.

_____. Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. **Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos a reforma agrária, previstos no capítulo iii, título vii, da constituição federal**. D.O.U, 1993. 2349 p. Disponível em: <<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=8629&ano=1993&ato=6a4ATTU5ENFpWT108>>.

BRASIL. **Coleção das leis do Brasil**. 1. v. 1850. 307 p. Disponível em: <<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LIM&numero=601&ano=1850&ato=8350TPR9EeJRVT7f0>>.

BRASIL. **Coleção das Leis do Império do Brasil**. Parte I. 1888. Tomo XXXV. 1 p. Disponível em: <<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LIM&numero=3353&ano=1888&ato=25f0TPn5keVRVT6f8>>.

BRASIL; MDA, Ministério do Desenvolvimento Agrário; INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **II Plano Nacional de Reforma Agrária: Paz, Produção e Qualidade de Vida no Meio Rural**. 2003. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/pp/a_pdfdht/plano_nac_reforma_agraria_2.pdf>

BRASIL, **Dispõe sobre o Estatuto Da Terra, E Dá Outras Providências**. D.O. 1964. 49 p. Disponível em: <[https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=4504 & ano= 1964 & ato=03cMT WE9UN RVT5b5](https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=4504&ano=1964&ato=03cMTWE9UNRVT5b5)>.

BRASIL, Memória da Administração Pública Brasileira. **Lei Eusébio de Queirós**. 2019. Disponível em: <<http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/288-lei-euzebio-de-queiroz>>. Acesso jan. de 2022.

CATTELAN, Renata; DE MORAES, Marcelo Lopes; ROSSONI, Roger Alexandre. **A reforma agrária nos ciclos políticos do Brasil (1995–2019)**. REVISTA NERA, n. 55, p. 138-164, 2020. Disponível em <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/viewFile/6907/5802>>. Acesso em abril de 2022.

CARVALHO, H. M. COSTA. F. A. **Agricultura camponesa**. In. CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO G. (Orgs.). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CARVALHO, H. M. **A contra reforma agrária e o aumento das desigualdades sociais no campo**. 35. ano. 1. v. 2. n. Curitiba: Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), 2014. 79-92 p. ISSN 0102-1184.

CEZIMBRA, Elmar do Nascimento. **Desenvolvimento socioambiental do Assentamento Oito de Junho**. 2013. 112 f. Dissertação. (Mestrado). Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Pato Branco, 2013.

CEZIMBRA, Elmar do Nascimento. **O MST e a Participação Política dos Camponeses Sem Terra – O Caso do Acampamento Herdeiros da Terra de Primeiro de Maio em Rio Bonito Do Iguaçu/PR. 2021**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural Sustentável) Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável – Centro de Ciências Agrárias da Unioeste, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2021.

COSME, Claudemir Martins. **Reforma Agrária No Brasil Do Século Xxi: Qual Reforma Agrária?**. 106. n. São Paulo: Boletim DATALUTA, 2016. ISSN 2177-4463. Disponível em <www.fct.unesp.br/nera>. acesso set de 2021.

DELGADO, Guilherme C. **A questão agrária no Brasil, 1950-2003**. JACCOUD, L. (ed.). Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo. Brasília: IPEA, 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1996

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Políticas públicas, questão agrária e desenvolvimento territorial rural no Brasil**. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. 381-400 p.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brasil: 500 anos da luta pela terra**. 28. v. 1, 2 e 3. In: Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA) n. Jun/Ago 1999.

FERNANDES, M. J. C. Da luta pela terra à luta pela reforma agrária no Brasil. Revista Geolnterações, Assú, v.1, n.1, p. 55-67, jan./jun. 2016. Disponível em: <<http://natal.uern.br/periodicos/index.php/RGI/article/view/1072/986>> Acesso em: 01 fev. 2022.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. 1.ed. Porto Alegre, RS: L&PM, 2016. Tradução de Sergio Faraco.

HAMMEL, Ana Cristina. **Luta camponesa pela terra no latifúndio da Araupel: um estudo do histórico domínial, práticas de grilagem e vidas camponesas**. 2020. Tese (Doutorado em História) Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2020.

IBGE. Cidades e Estados. Brasil. 2021. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados.html?view=municipio>> . Acesso em: jan de 2022.

IBGE. **Sidra: sistema IBGE de recuperação automática**. Brasil. 2021. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/territorio>>. Acesso em: jul. de 2021.

IBGE. **Variável: Área territorial e população estimada dos municípios do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu e Paraná. 2021**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados.html>>. Acesso em: 01 set. 2021.

IPARDES. **Diagnóstico socioeconômico do Território Cantuquiriguaçu: 1ª fase: caracterização global**. Curitiba: IPARDES, 2007. 145 p.

INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Acesso à informação, institucional, o Incra**, 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/incra/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/o-incra>>.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Incra nos Estados - Informações gerais sobre os assentamentos da Reforma Agrária**. 2021. Disponível em: <<https://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>>.

KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento rural: conceito e medida**. 21. v. 3. n. Brasília: Cadernos de Ciência & Tecnologia, 2004. 379-408 p.

KRAJEVSKI, Luis Claudio. **A Importância da UFFS/Campus Laranjeiras do Sul (PR) e o Desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu**. 2018. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional). Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB), Blumenau, Santa Catarina. 2018.

KÜHN, Daniela Dias. **Desenvolvimento Rural: afinal, sobre o que estamos falando?**. 20. v. 2. n. Santa Cruz Sul, RS: Redes, 2015. 11-30 p.

LINHARES, Maria Yedda; TEIXEIRA, Francisco Carlos. **Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil**. 1. ed, São Paulo: Expressão Popular, 2021. 275 p.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Editora Contexto, 2010 288 p. Disponível em: <<http://www.suelourbano.org/wp-content/uploads/2017/09/O-Cativo-da-Terra-Jos%C3%A9-de-Souza-Martins-1.pdf>>.

MATTEI, L. **O debate sobre a reforma agrária no contexto do Brasil rural atual**. 15. v. Edição Especial. Política & Sociedade, 2016. 234-260 p.

MIRALHA, Wagner. **Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje**. 9. ano. 8. n. Presidente Prudente/SP: Revista Nera, 2006. 151-172 p.

MOVIMENTO, Sem Terra. **Reforma Agrária transforma latifúndio da Giacomet Marodin em terra de fartura**. 2021. Disponível em: <https://mst.org.br/2021/04/17/reforma-agraria-transforma-latifundio-da-giacomet-marodin-em-terra-de-fartura/>. Acesso jan. de 2022.

MST, Movimento Sem Terra. **Que Somos**. 2022. Disponível em: <https://mst.org.br/quem-somos/>. Acesso em janeiro de 2022.

NAVARRO, Zander. **Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro**. 16. v. 44. n. São Paulo: USP, 2001. Estudos Avançados.

NORDER, Luiz Antonio Cabello. **Controvérsias sobre a reforma agrária no Brasil (1934-1964)**. 17. ano. 24. n. Presidente Prudente/SP: Revista Nera, 2014. 133-145 p.

ODS-Objetivo de Desenvolvimento Sustentável. **O que é o IDH**. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-o-idh.html>. Acesso em: jul. de 2021.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A Questão Agrária no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.

PREFEITURA de Guarapuava. **História de Guarapuava**. Guarapuava, 2022. Disponível em <https://www.guarapuava.pr.gov.br/conheca-guarapuava/historia/>. Acesso em janeiro de 2022.

PONTAROLO, Fabio. **Terra, trabalho e resistência na fronteira agrária: história dos “povoadores pobres” em Guarapuava (Século XIX)**. 2019. Tese (Doutorado em História, Poder e Práticas Sociais) UNIOESTE-Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Guarapuava-PR, 2019.

RAMOS, Pedro. **Uma história sem fim: a persistência da questão agrária no Brasil contemporâneo**. In: Antônio Márcio Buainain; Eliseu Alves; José Maria da Silveira; Zander Navarro. (Org.). **O mundo rural no Brasil do século 21: A formação de um novo padrão agrário e agrícola**. 1. ed. Brasília,DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2014. 655-694 p.

SABOURIN, Eric. **Reforma agrária no Brasil: considerações sobre os debates atuais**. 16. v. 2. n. Estudos Sociedade e Agricultura, 2008. 151-184 p.

SANTO, Maureen; GLASS, Verena, org. **Altas do agronegócio: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos**. 2018. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll.

SCHNEIDER, S. (Orgs.). **Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural**. Porto Alegre, RS: Série Estudos Rurais, UFRGS, 2016. 93 - 140 p.

SIT, Sistema de Informações Territoriais. **Perfil Territorial Cantuquiriguaçu.** Disponível em http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_025_Cantuquirigua%C3%83%C2%A7u%20-%20PR.pdf. Acesso em: jul. 2021.

SIT, Sistema de Informações Territoriais. **Perfil Territorial Cantuquiriguaçu.** Disponível em http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_025_Cantuquirigua%C3%83%C2%A7u%20-%20PR.pdf. Acesso em: jul. 2021.

SOUZA, Sérgio Pereira de.; HESPANHOL, Rosângela Ap. de Medeiros. **O Programa Territórios da Cidadania como Política Pública de Desenvolvimento Territorial.** 2021. Disponível em <http://www.uel.br/eventos/orcamentopublico/pages/arquivos/O%20PROGRAMA%20TERRITORIOS%20DA%20CIDADANIA.pdf>. Acesso em: abr. 2021

STEDILE, João Pedro. **A Questão agrária no Brasil, V.5 – A classe dominante agrária, natureza e comportamento – 1964-1980.** São Paulo/SP: Expressão Popular, 2006.

STEDILE, João Pedro. **Questão Agrária.** In. CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO G. (Orgs.). *Dicionário da Educação do Campo.* Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

WANDERLEY, M. N. B. **Agricultura familiar e campesinato rupturas e continuidade.** 21. n. Rio de Janeiro: Estudos Sociedade e Agricultura, 2003. 42-62 p.

WESTIN, Ricardo. **Há 170 anos, Lei de Terras oficializou opção do Brasil pelos latifúndios.** 71. ed. Brasília: Agência Senado Questão Agrária, 2020. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/ha-170-anos-lei-de-terras-desprezou-camponeses-e-oficializou-apoio-do-brasil-aos-latifundios>. Acesso em 01 de set. de 2021.

ZACHOW, M.; PLEIN, C. **A gestão como característica da agricultura familiar.** 4. v. 6. n. Curitiba: *Brazilian Journal of Development*, 2018. 3318-3334 p. ISSN 2525-8761.

ZENERATTI, Fábio Luiz. **O acesso à terra no Brasil: reforma agrária e regularização fundiária.** 24. v. 3. n. Florianópolis: R. Katál., 2021. 564-575 p.